



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

*R*EFERIR E *A*RGUMENTAR:

ATIVIDADES DE MANIPULAÇÃO DE SENTIDOS

Patrícia Fernandes de Messias

Recife, maio de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

*R*EFERIR E *A*RGUMENTAR:

ATIVIDADES DE MANIPULAÇÃO DE SENTIDOS

Patrícia Fernandes de Messias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Lingüística.

Orientador: Drof. Dr. Antônio Carlos Xavier
Co-Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Marchuschi

Messias, Patrícia Fernandes de
Referir e argumentar: atividades de manipulação
de sentidos / Patrícia Fernandes de Messias. –
Recife : O Autor, 2006.
153 folhas: il.,tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Pernambuco. CAC. Lingüística, 2006.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Lingüística. 2. Jornalismo. 3. Argumentação.
4. Referenciação. 5. Lingua portuguesa –
Ensino. I. Título.

801
410

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

UFPE
CAC 2006-
19

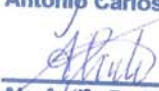
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

*R*EFERIR E *A*RGUMENTAR:

ATIVIDADES DE MANIPULAÇÃO DE SENTIDOS

EXAMINADORES:


Antônio Carlos Xavier (orientador)


Abundância Padilha Peixoto Pinto


Vicentina Maria Ramires Borba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Recife, maio de 2006

“De um lado, na teoria, persistem os debates a respeito da manipulação que a imprensa exerce sobre a sociedade. De outro, na prática, a mesma imprensa continua modelando opiniões direcionadas aos seus interesses políticos, sociais e econômicos.

O fato é que o papel apenas informativo do discurso, já clichê, de que os veículos de comunicação constroem opiniões não muda o exercício de manipulação que ela exerce. Falta uma conscientização da sociedade e uma resistência a essa absoluta influência da mídia.

Essa sua influência, exercida por jornalistas através do papel político da linguagem, não é só verificada no momento atual. No transcorrer da história, a manipulação de informações teve papel significativo, como na propagação do discurso utópico que se referia aos Estados Unidos como “a terra das oportunidades”, durante os “vibrantes anos 20”, e como nas propagandas nacionalistas e totalitárias que influenciaram a 2ª Grande Guerra.

Esses casos não são os únicos que mostram esse papel manipulativo dos veículos de comunicação. Se tivermos alguma dúvida a respeito da influência que eles exercem, é só observarmos as modas trazidas pelas novelas globais, modificando costumes em todo o país.

A verdade é que nem sempre a realidade corresponde à imagem (ou ao discurso sobre essa realidade), e os meios de informação vêm distorcendo e modificando a realidade dos fatos, tornando-se uma espécie de quarto poder e exercendo, cada vez mais, uma forte influência sobre a sociedade.”.

(Camila Teixeira Lima, aluna do 3º ano do Ensino Médio do Instituto Helena Lubienka)

Ao meu SEMPRE ORIENTADOR E AMIGO, Luiz Antônio Marcuschi,
com admiração, carinho, respeito, amor.

in memoriam:

Aos meus avós, Elbe, Edvaldo e Helena,
com tudo o que é de amor que existe em mim.

Ao meu avô FERNANDES, o meu **Painho Papi,**
cuja essência de amor percorre o infinito,
auxiliando, com a sua luminosidade, o brilho das
estrelas, para guiar minha jornada em busca de
paz. **Ele é o super-herói** que me ensinou que é
pela simplicidade que se nos mostram os
corações dos seres mais elevados, que vivem
permanentemente para o exercício da bondade e
da caridade. **Ele** é a síntese de todas as minhas
essências.

- ⇒ **Ao meu querido Mestre**, o Professor **Luiz Antônio Marcuschi**, a quem admiro e respeito, por tudo o que me ensinou, pela cumplicidade, empenho, engajamento nos procedimentos de orientação deste trabalho e, muito especialmente, pelo exemplo de simplicidade e de competência com que brinda a todos os seus orientandos sendo parâmetro de conduta profissional.
- ⇒ **Ao orientador e amigo Antônio Carlos Xavier**, com admiração e respeito profissional, pelas preciosas intervenções desde período de elaboração do projeto desta idéia até o dia em que, finalmente, pude vê-la executada.
- ⇒ **Às professoras Abuêndia Padilha e Vicentina Borba**, pelo incentivo e pelas orientações imprescindíveis quando do exame do meu trabalho.
- ⇒ **Ao Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística** da Universidade Federal de Pernambuco pelo apoio dado à execução desta pesquisa e pela credibilidade que dá ao meu trabalho.
- ⇒ **Ao CNPq e à CAPES**, pelo fomento sem o qual, em muitos aspectos, esta pesquisa seria dificultosa.
- ⇒ **A Ana Lima (Coordenadora de Letras em 2003.1) e Mércia (Técnica Administrativa)**, pela compreensão da minha necessidade de realizar este sonho meu e de todos os que me amam.
- ⇒ **A Diva, Eraldo, Salmo, Frank, Seu Carlos e Ana Paula**, pelo incentivo constante e pelo apoio incondicional.
- ⇒ **A Márcia Mendonça e a Abuêndia Padilha**, com carinho, pelo crédito e incentivo dados ao meu trabalho como professora e pesquisadora.
- ⇒ **Ao Instituto Helena Lubienka, a Dayse Luna e a Maria Maciel**, por terem possibilitado um espaço confortável para o desenvolvimento de um trabalho nos parâmetros que aprendi como apropriados, pela confiança depositada no meu desempenho docente, pela compreensão das minhas necessidades como pesquisadora, por todo o carinho com que fui acolhida naquela Instituição.
- ⇒ **Aos colegas e amigos de Letras: Maurinho, Amigo Charles, Martinha, Brendoca, Nini, Diógenes, Kênia, Djário, Cecília, Emanuel, Jambinho, MB e Ritinha**, pelo incentivo e pelo papel que cada um, ao seu modo, exerceu na minha formação pessoal e profissional.
- ⇒ **Aos amigos de longas datas: Binho, Alan, Pedro, Jairinho, Márcio, Neto, Veri e, muito especialmente, a Jacq.** Agradeço a todos pela cumplicidade e também pelo respeito pelos nossos milênios de amizade para toda a vida.
- ⇒ **Aos amigos: Dora, Núbia, Chris, Bárbara, Polly, Didi, Bibi, Gilma, Daysoca, Haidée, Bibix, Júlio, Stressália, à família Paiva/Sobreira e à família Moura/Marques**, com reciprocidade no amor.

- ⇒ **À minha família, tios e tias, primos e primas, especialmente Baby, Tiquinho e Lídia.**
- ⇒ **À minha mãe, Helena,** pelo acompanhamento do meu desenvolvimento pessoal e profissional.
- ⇒ **A Ana Paula,** com a força de toda minha gratidão, minha admiração, meu respeito, meu amor.
- ⇒ **A Tia Bete,** pelo afeto distinto, absoluto e irrestrito, ao que tento, dentro das minhas possibilidades, retribuir em igual intensidade, se é que isso é possível.
- ⇒ **A Thiago,** ser de luz, amor de luz, com um amor incondicional capaz de irradiar em todas as direções.
- ⇒ **A Juninho,** lindo, perspicaz, sensível, pleno em qualidades e defeitos, único, imprescindível, meu irmão.

O objetivo central desta investigação é descrever o papel das estratégias de referenciação da *nominalização*, do *encapsulamento anafórico* e da *expressão nominal* na construção de notícias e reportagens da imprensa escrita, dando conta de que, no procedimento referencial que elas executam, existe um fazer argumentativo embutido. Essa crença é reforçada por teorias da referenciação que levam em conta os aspectos sociais, históricos e cognitivos do seu processamento e também se reforçam pela idéia de argumentação como aspecto constitutivo das atividades de linguagem. Para comprovar tal hipótese, esta investigação debruçou-se sobre a análise de textos do domínio jornalístico, tendo como foco *notícias* e *reportagens* dos jornais Folha de S.Paulo/SP, Diário da Manhã/GO, Jornal do Comércio/RS e Jornal do Commercio/PE. As matérias foram selecionadas durante o período de 03 a 08 de outubro de 2005. Com isso, questiona-se o trabalho discursivo de indução desempenhado pelos veículos de informação na reprodução dos fatos junto ao público leitor. Ao mesmo tempo, também se duvida da carapaça de “neutralidade” de que se reveste o fazer jornalístico. Os resultados das análises apontaram para o necessário acréscimo do potencial argumentativo à descrição das estratégias remissivas referenciais aqui trabalhadas, ao passo que suscita a necessidade de um trabalho escolar que contemple tais recursos para o desenvolvimento da competência argumentativa. Em termos de implicações pedagógicas, essa necessidade ensejou a construção de uma proposta de intervenção didática referente à leitura e produção de textos no Ensino Médio, visando à preparação de cidadãos aptos ao reconhecimento desses engendros jornalísticos e, portanto, senhores do exercício da sua cidadania.

Palavras-chave: 1. referenciação; 2. argumentação; 3. texto jornalístico

The main objective of this inquiry is to describe the role of referencing of *nominalization*, *anaphoric encapsulation* and *nominal expression* in the construction of *notices* and *news articles* of the written press, giving account of that, in the referential procedure that they execute, one exists an inlaid argumentative making. This belief is supported by theories of referencing that into account the social, historical and cognitive aspects of its processing. It is also based on the argumentative idea as a constitutive aspect of the language activities. In order to prove such hypothesis, this study analysed journalistic texts, having into focus *notices* and *news articles* from Folha de S.Paulo/SP, Diário da Manhã/GO, Jornal do Comércio/RS and Jornal do Commercio/PE. The subjects were selected from October 03 to 08, 2005. With this, the introduction discursive work played by the information vehicles in the reproduction of facts to the reading public is questioned. At the same time, it is also questioned the "neutrality" that composes the journalistic writings. The results point to the necessary addition of argumentative mechanisms in to the description of remissive strategies worked here. At the same time thy point to the necessity of a school work that deals with such resources for the development of the argumentative competence. In terms of pedagogical implications, this need to a didactic intervention proposal concerned to the reading – writing of texts in High School. Such proposal aims at the preparation of citizens able to recognize these journalistic manipulations. In other words, gentlemen able to exercise their citizenship.

Keywords: 1. referential procedure; 2. argumentative process; 3. journalistic writing

INTRODUÇÃO.....	10
 CAPÍTULO 1	
Referencial teórico.....	18
1.1. Sociedade, linguagem, gêneros e tipos textuais.....	23
1.1.1. sobre gêneros textuais.....	26
1.1.2. sobre tipologia textual.....	32
1.2. Argumentação.....	36
1.3. Referenciação.....	47
 CAPÍTULO 2	
Metodologia.....	63
 CAPÍTULO 3	
Análises.....	74
3.1. O caso das NOMINALIZAÇÕES	74
3.1.1. as notícias.....	75
3.1.2. as reportagens.....	80
3.2. O caso dos ENCAPSULAMENTOS	90
3.2.1. as notícias.....	90
3.2.2. as reportagens.....	96
3.3. O caso das EXPRESSÕES NOMINAIS	102
3.3.1. as notícias.....	102
3.3.2. as reportagens.....	105
 CAPÍTULO 4	
Proposta de intervenção didática.....	110
4.1. Do “estado de coisas”.....	111
4.2. Da proposta de intervenção didática.....	118
4.2.1. o planejamento.....	119
4.2.2. a realização.....	124
4.2.3. a culminância.....	128
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
 ANEXOS.....	144

TABELA 1

Lastros das referências aos segregados (encapsulamento com e sem dêitico).....	93
--	----

TABELA 2

Esquema de planejamento da proposta de intervenção didática.....	123
--	-----

 NTRODUÇÃO

Vive-se numa época em que é preciso ter consciência crítica e olhos abertos tanto para as informações que são oferecidas à sociedade, quanto para a sua demanda. Existe a necessidade de se perceber a procedência das notícias que chegam através dos mais diversos suportes para que seja averiguado a que interesses aquele conteúdo, da forma como é veiculado, está servindo, a fim de que não se caia no abismo da alienação estruturado pela imprensa.

Hoje, sabe-se que a mídia e seus meios de comunicação são aparelhos de difusão de informações de grande alcance e poderosos instrumentos formadores de opinião. Levando-se em conta o desenvolvimento tardio das práticas de leitura, no Brasil, e sabendo-se que, durante longos anos, a educação de qualidade foi monopólio das classes que tinham poder, pode-se dizer da necessidade de leitores críticos para a facilitação do processo de inclusão e atenuação da disparidade social, que, em grande parte, é favorecida pelos interesses defendidos pelos veículos de informação.

Isso porque uma leitura atenta pode fazer perceber um trabalho discursivo indutivo desempenhado pelos veículos de informação na reprodução dos fatos junto ao público leitor, mesmo no que diz respeito aos textos tidos convencionalmente como “neutros”. Existem meios, no jornalismo informativo, que tendem à expressão de uma subjetividade “autoral” e manifestam forte carga argumentativa no processo de veiculação de dados. Um deles, conforme aqui se defende, é a escolha estratégica dos elementos referenciais a serem utilizados ao longo dos textos.

Assim sendo, esta investigação destina-se a descrever o papel da atividade referencial no processamento textual, admitida como processo (portanto **referenciação**) e não como atividade de rotulação motivada pelo mero propósito da etiquetagem do mundo. Entende-se que o léxico tem um potencial ilocutório formulado discursivamente e que realiza, nos textos, através da referenciação, efeitos argumentativos – entenda-se, aqui, **argumentação** como na proposta formulada pelos teóricos da *Nova Retórica* (cf. capítulo 1).

Nesta pesquisa, o fenômeno referencial é abordado como processo argumentativo em potencial. Por isso, postula-se que a referenciação poderia estar agrupada no quadro das estratégias argumentativas – uma vez que o quadro de estudos sobre esse tema¹ privilegia a descrição de relações no nível frasal (relações interfrásticas, operadores argumentativos, tempos verbais...) – e situa a argumentação, num nível discursivo, como um efeito dessas relações.

Logo, a tese central desta investigação é a de que **referir é argumentar**, pois se acredita que os tópicos progressivamente construídos nos textos constituem uma *formulação discursiva*. Ou seja, cogita-se que uma observação mais atenta da atividade referencial desenvolvida ao longo de textos pode identificar e dar conta de posturas argumentativas embutidas quanto ao emprego de determinadas estratégias de retomada.

Essa postura atende por uma idéia de linguagem concebida como elemento constitutivo e heterogêneo, já que com ela os seres humanos constroem o mundo e constituem a si mesmos, através de uma intersubjetividade (Bakhtin, 1979) que os concebe como agentes sociais historicamente situados, construtores de uma

¹ Koch (2002); Ducrot (1980, 1983, 1985).

realidade. Desse modo, tende-se a admitir que os saberes sociais que circulam através da língua são construídos conforme as trocas de experiências e a ponderação de posturas discursivas.

Essa é uma posição que distancia as atividades de linguagem de uma concepção imanentista e formal de sistema autônomo exaurível no código. Situa, portanto, o ato de **referir** como uma instância de produção de sentidos segundo experiências particulares dos interactantes, cada qual enquadrando referencialmente o tópico discursivo segundo suas convicções, suas pretensões (seu “projeto de dizer” – Koch, 2003: p. 35) no agir comunicativo.

Sobre esse *enquadre ilocucional* (Marcuschi, 2003: p. 54), em que a seleção do léxico atua na formulação (subjativa) de um esquema conceitual, deseja-se abordar como é possível atuar argumentativamente dando prosseguimento e continuidade aos sentidos. É nesse expediente que o emprego do léxico contribui para a exposição de um ponto de vista e para a fundamentação de juízos de valor, pela remissão tópicos discursivos, através do emprego de *objetos-de-discurso* (terminologia de Mondada e Dubois, 1995).

Assim, admitido como importante condutor de negociações interpretativas, o léxico é compreendido, dentro do fazer interpretativo, como elemento mediador do trabalho de argumentação. Entende-se, aqui, que “o enunciador, em seu fazer enunciativo, faz escolhas lexicais para produzir os sentidos que viabilizem seus propósitos em relação ao enunciatário, na interação em desenvolvimento.” (Hilgert, 2003: p. 72). Acredita-se, portanto, num princípio de *indicialidade* (“incompleteness natural das palavras” – Coulon, 1995: p. 33, apud Hilgert, 2003: p. 75), segundo o qual o trabalho de seleção lexical representa uma tentativa de dar conta da parte de

sentido que interessa ao enunciador tornar pública ao seu interactante. Em outras palavras, no dizer de Hilgert (2003: p. 75), “a cada novo contexto, a cada nova situação de uso de uma palavra, os falantes se deparam com o desafio de reunir-lhe o sentido”, o que torna possível uma seleção apropriada de termos convenientes para o alcance de certos objetivos.

Numa dimensão específica, este estudo visa mostrar, em textos do domínio jornalístico², como determinadas formas referenciais recategorizadoras concebem uma atitude persuasiva. Isso porque, freqüentemente, a mídia se impõe como agente transformador de informações, o que, em grande parte, se deve ao trabalho de textualização das idéias nos gêneros textuais que produz.

Assim, também por conta desse expediente de manipulação, a noção de **gênero textual** adotada nesta investigação entende esse fenômeno como “realização empírica das atividades discursivas” (Marcuschi, no prelo) e que se constitui pela função social que exerce, dentro do contexto social em que se insere. Por isso, pode-se compreender os gêneros textuais como agentes controladores das práticas sociais, já que atuamos discursivamente com eles, que organizam todas as atividades sobre o mundo: os gêneros são “eventos comunicativos e formas de atuação social” (Miller, 1984/1994) dotadas de intencionalidade.

Acredita-se, ainda que, pela sua relativa estabilidade (Bakhtin, 1979), os gêneros possam emergir de situações discursivas em que se tornam típicos e aptos a exercer um controle das atividades comunicativas³. Isso favorece o engendrar de conteúdos pela imprensa, além de definir relações de poder. Deste modo, à luz de

² Para mais detalhes, confira-se metodologia.

³ Como é o caso deste texto (artigo científico), situação que foi ilustrada no primeiro parágrafo.

Marcuschi (2004a), entende-se que os gêneros textuais são “*formas socialmente sancionadas de organizar e controlar as atividades sociais*”.

Em contrapartida, a associada denominação **tipo textual**, referida comumente como seqüência textualizada correspondente ao comportamento atitudinal dos locutores quanto aos propósitos de seu agir comunicativo, será aqui constituída como uma modalidade retórica (Marcuschi, no prelo). Portanto, longe de apenas denotar uma seqüência tipológica textualmente marcada, pretende-se conceber a argumentação como uma atividade estruturante da linguagem: “ação sobre o mundo dotada de intencionalidade” (Koch, 2002). E, em sendo a argumentação assim considerada, como elemento inerente à linguagem, este estudo tende a se afastar da visão tradicional (aristotélica, cartesiana), que postula a argumentação como um componente a mais a ser acrescentado durante as práticas de linguagem.

Em cumprimento a essas indicações, foi adotado o seguinte esquema de estruturação para os conteúdos abordados neste trabalho:

- **Capítulo 1:** referencial teórico: neste capítulo, há uma revisão de estudos sobre *referência* e *argumentação*, levando em consideração diferentes perspectivas de como estes temas foram tratados ao longo dos estudos lingüísticos. Com isso, é possível instaurar uma discussão sobre abordagens distintas, através do que se pode justificar a opção por uma visão mais construtivista destes aspectos.

É também nesse estágio que serão tecidas breves considerações a respeito da teoria dos gêneros textuais na

qual esta pesquisa se baseou, para descrever as particularidades dos usos lingüísticos de cada gênero textual jornalístico escolhido. A relevância dessa descrição para o transcorrer das considerações sobre os fenômenos aqui visados decorre do fato de que, uma vez que se consideram os gêneros, em consonância com a idéia de Marcuschi (2004a), como *“formas socialmente sancionadas de organizar e controlar as atividades sociais”* deve-se admitir que todas as atividades empreendidas no interior dessas práticas (no que se inclui a referenciação) estarão submetidas ao crivo dessa *“genericidade”*.

Aqui, então, insere-se uma breve releitura de alguns dos mais recentes trabalhos a respeito do fenômeno dos gêneros textuais, a fim de que sejam esclarecidos os pressupostos que norteiam a utilização dessa terminologia nesta pesquisa.

- **Capítulo 2:** metodologia – nesta etapa, enquadram-se esclarecimentos aprofundados acerca das motivações / objetivos de pesquisa, da relevância do trabalho, do material e da sistemática de análise empreendida e das disposições gerais de organização dos conteúdos abordados neste trabalho;
- **Capítulo 3:** análises – aqui é feito um detalhamento da constituição do fazer argumentativo pelas expressões referenciais, através de uma descrição dos efeitos de sentidos ocasionados por essa atividade. Para tanto, são utilizadas como “rótulos” as

categorias que definem as características e os usos pertinentes a esse processamento.

Neste capítulo, é descrito o papel dos *encapsulamentos*, das *recategorizações por expressões nominais (in)definidas* e das *nominalizações* como elementos / grupos lexicais textualizadores de toda essa atividade retórica. Este estágio encerra uma averiguação do que Marcuschi (2003b) e Mondada e Dubois (1995) apontam a respeito da referenciação: *as formas remissivas referenciais são formas de enquadramento das pretensões discursivas dos locutores*, daí a adoção da terminologia complexa *objetos-de-discurso*.

- ➔ **Capítulo 4:** proposta de intervenção didática – este é o espaço para que seja situada a *referenciação* como aspecto válido ao desenvolvimento da competência argumentativa, dentro de uma metodologia de trabalho construtivista focada em compreensão e produção textual;

Deseja-se alertar que, sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, o recorte do *corpus* ampliado para um *corpus* reduzido aponta para uma preocupação maior de diagnóstico e descrição do problema de pesquisa⁴.

⁴ Destarte, não foi interessante proceder como na gênese desta investigação (período de Iniciação Científica, em projeto empreendido junto ao NELFE, quando se optou pela contabilização percentual das estratégias de referenciação). Fica, aliás, registrado agradecimento pelo suporte teórico e pelo *corpus* interessante à semente desta dissertação. Ressalte-se que este procedimento de contagem foi válido, em um primeiro momento das pesquisas daquele núcleo de estudos, para que se pudesse verificar se certas estratégias eram mais recorrentes em determinados gêneros.

O material de análise, nesta dissertação, soma 12 textos: seis de cada gênero (*notícia e reportagem*), todos referentes a cada um dos quatro veículos pesquisados – Jornal do Commercio (PE), Diário da Manhã (GO), Jornal do Comércio (RS) e Folha de S.Paulo (SP). Muito do *corpus* se encontra dispersa ao longo do texto desta investigação para auxiliar na fundamentação teórica, quando também se pretenderá empreender uma breve caracterização do chamado *efeito de prototipicidade* que faz com que se reconheçam / identifiquem os gêneros como tais.

Finalmente, é importante salientar que foi feita a opção por um *corpus* inter-regional para evitar qualquer associação autoral ou preferência editorial por um ou por outro jornal impresso. Esse procedimento também permitiu observar como as linhas editoriais de cada veículo dão tratamentos distintos a um mesmo tema (no caso dos textos que noticiaram um mesmo fato).

Espera-se que este estudo auxilie na ampliação da descrição das estratégias referenciais aqui estudadas, estendendo-se ao que concerne à consideração do seu potencial argumentativo. Entende-se que isso pode contribuir para o enriquecimento do quadro teórico dos estudos sobre *referenciação*. Além disso, espera-se que este trabalho não traduza apenas um esforço teórico, ou que se esgote num fim-em-si-mesmo, reverberando-se à sala de aula de Língua Portuguesa ao se propor como material subsidiário à transformação deste espaço em um local em que se faculta a circulação de saberes.



REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são expostos os dados teóricos que norteiam as análises desta pesquisa. A organização desses elementos, nesta etapa, visa à justaposição das noções teóricas da *argumentação* e da *referenciação*.

Sendo assim, já que se considera a atividade argumentativa como processo estruturante da linguagem, constrói-se primeiro um quadro teórico sobre a história dos estudos da argumentação para depois se delinearem os pressupostos que fundamentam as idéias sobre referenciação. Posteriormente, há uma explicação sobre a implicação de tais fenômenos para o transcorrer da textualização.

Essas preocupações decorrem de que resultados obtidos pelo *Projeto Fala e Escrita: Características e Usos IV*⁵ (NELFE – Núcleo de Estudos da Língua Falada e Escrita) apontaram para a necessidade de ampliação no tratamento teórico dado à atividade referencial para dar conta do processo argumentativo embutido. Durante o período de 2001-2003, as investigações do NELFE demonstraram que as retomadas de tópicos por expressões sinônimas ou quase sinônimas nos textos jornalísticos se deviam à manipulação de sentidos relativos ao tema das matérias conforme fosse a linha editorial do veículo em que circula o texto.

⁵ Processo número 523612/96-6. O período de pesquisas se entendeu de março de 2001 a março de 2004, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Antônio Marcuschi.

Compartilhando dessa ótica, nas análises prévias realizadas para a presente investigação, foi verificada uma carga ilocutória⁶ não só em textos jornalísticos prototipicamente argumentativos como em textos em que não predomina essa tendência à defesa de um juízo. Isso chamou a atenção, posto que, a notícia, um dos gêneros analisados, é concebida como um texto de caráter mais objetivo, sintético, de configuração rígida, cujo modelo mais simples de realização é o lide (*lead*) [Faria (1991: p. 102)]. De acordo com essa configuração, a exposição de pontos de vista não seria válida.

Na notícia, ainda segundo Faria (1991), predomina a narração de um acontecimento, o que permite enquadrá-la no *hall* dos gêneros do jornalismo informativo, através do qual se busca a caracterização de todo um contexto (quadro ou cena dramática) que se faz noticiar (Quais os envolvidos? Como tudo ocorreu? Quando? Onde? Por quê?). Entretanto, conforme demonstraram as análises realizadas no *corpus* (cf. capítulo 3), mesmo essa configuração mais rigorosa não impede que, através de escolhas lexicais, os tópicos sejam conduzidos de acordo com o engendro do veículo de comunicação em que o texto circula.

Na opinião de Nilson Lage (1979: p. 34), ambos os gêneros tratados nesta pesquisa incluem-se na esfera do jornalismo *informativo*. A notícia como a *reportagem*, assim, inserem-se na dinâmica tecnológica do jornalismo contemporâneo como instrumentos para se arcar com uma demanda de informações que surgem e se esgotam em ritmo alucinante. As diferenças entre

⁶ Expressão assimilada da *Teoria dos Atos de Fala*, de John Austin, referente ao “espaço” de discurso em que o locutor engendra suas pretensões comunicativas desempenhando práticas enunciativas (exemplo: *veja você no cinema* – verifica-se a enunciação de um convite ou de uma confirmação de encontro). Há comentários a respeito da teoria de Austin na página 39.

esses textos apenas se acentuam ao passo que se especializam as finalidades do quadro informativo a ser reproduzido:

“Entre os gêneros de texto correntes nos jornais, a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam fatos, instaurando um dado conhecimento do mundo.”

Por isso, é válido dizer que a *notícia* é o retrato de um fato ocorrido, enquanto que a *reportagem* se trata de uma interpretação, de versões desses fatos. E é justamente sobre esse particular que o próprio Nilson Lage (op. cit.) encerra:

“É ainda a reportagem o instrumento mais facilmente disponível – investigação e interpretação – quando se trata de elidir os esforços do controle de informação desenvolvidos em várias instâncias do sistema de notícias.”

Sobre essa veiculação (ou não) de opinião, o jornalismo distingue duas categorias para as matérias produzidas: os *textos de comentário* (no que se incluem editoriais, artigos de opinião, colunas opinativas...) e os *textos de informação* (canonicamente representados por *notícia* e *reportagem*⁷). Melo (2000: p. 76) relata que, para a redação de matérias da categoria informativa, os manuais de redação e estilo jornalísticos recomendam a composição de frases curtas, de colocação direta e o emprego de palavras precisas, evitando-se a adjetivação tendenciosa e dando-se preferência ao emprego de verbos na 3ª pessoa, a fim de que se atinja uma imparcialidade.

⁷ esta última é descrita nos manuais do jornalismo (Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo...) como um desdobramento da notícia, vez que cabe à reportagem a investigação e o aprofundamento crítico no relato de um fato. Cabe, inclusive, ao repórter, enquadrar o fato em uma determinada ótica (econômica, política, tecnológica...).

Na opinião da mesma autora (p. 26), embora a imprensa tenha sua linguagem escrita socialmente aclamada como autoridade em clareza e precisão, nos textos impressos, lida-se com jogos verbais (recursos de estilo) que burlam essa carapaça rígida e camuflam a suposta neutralidade, sendo o jornalista o sujeito intermediário entre o fato e o leitor. Melo (p. 110) verifica, em seu trabalho, que, entre esses recursos, figura a escolha de palavras e a progressão referencial, entre outros instrumentos. Diz a autora (p. 26):

“A imagem da escrita existente nos meios de comunicação é anterior à própria criação da mídia (Olson, 1997). Ela nada mais é do que uma invenção fantasiosa. O processo de escrituração é, na verdade, um fenômeno cultural, devido à construção da significação ser um processamento discursivo e sócio-cognitivo.”.

Então, esses pareceres de Melo (2000) abalizam a convicção de que, mesmo nos gêneros que seguem uma configuração menos flexível quanto à exposição de juízos de valor (tais como *notícia* e *reportagem*), as formas remissivas referenciais podem realizar um intuito argumentativo, já que a língua, como os gêneros, é uma *“forma de ação sobre o mundo dotada de intencionalidade”* (Koch, 1999: p. 15). Este parâmetro força conceber a referenciação fora dos limites tradicionais da imanência do código e dá lugar à consideração desse fenômeno como uma atividade social negociada.

Tal condição também torna preciso redimensionar a concepção de argumentação, desconsiderando o paradigma da eficácia do ato (*Retórica Tradicional*), para dar lugar ao modelo de *busca da adesão* de um auditório. Com isso, deixa-se também de lado a cisma de que a argumentação não passa de um fenômeno discursivo, para admiti-la como um processo inerente à textualização. E

os esforços da corrente conhecida como *Nova Retórica*, encabeçada por Claim Perelman, apóiam esse particular da *adesão* (para mais detalhes, cf. p. 26).

Além dessa corrente de estudos, também Ducrot, nos anos 80, começa a observar marcas de argumentação implicadas na construção textual, tais como a manutenção de tempos verbais e o emprego de conectores interfrásticos, por exemplo. Essas idéias são endossadas, na mesma década, pela *teoria dos atos de fala*, de Austin (cf. 2.2. argumentação, p. 24).

Assim sendo, um olhar sobre o processo de referenciação, como condutor de sentidos, pode ampliar o escopo das estratégias de argumentação, incluindo a referência no hall das atividades argumentativas – além daquelas já consagradas pelos estudos de Ducrot (1980) e de Koch (1999). A manipulação de sentidos a partir da atividade referencial, então, deve ser vista como instrumento reforçativo da constituição argumentativa da língua.

Estes são os aspectos tratados neste capítulo.

1.1. SOCIEDADE, LINGUAGEM, GÊNEROS E TIPOS TEXTUAIS

A complexificação das sociedades tem se voltado, no mesmo grau, para uma transfiguração dos recursos de linguagem utilizados para que o ser humano possa agir sobre o mundo. Tempos atrás, se, por um lado, para se comunicar à distância, fazia-se necessário o envio de uma *carta* e o aguardo de uma resposta, num processo que levaria um longo espaço de tempo e que caracterizava o cenário de uma sociedade pouco industrializada, hoje, por outro, com o advento da chamada Revolução Tecnológica, os *clicks* dos provedores da Internet perfazem distâncias infinitas em poucos instantes, carregando consigo as mensagens até a caixa de e-mail dos destinatários. Isso acaba por concorrer para a implementação de um dinamismo maior a essa modalidade de escrita, a comunicação interpessoal⁸.

Assim, a globalização e os avanços tecnológicos incentivam transformações freqüentes e em um espaço de tempo curto, a exemplo do que podem ser consideradas as adaptações sofridas pelos *gêneros textuais* e, conseqüentemente, a descrição teórica destes fenômenos. Marcuschi (2003a: p. 19) assinala que, por conta desse cenário de mudanças quase que instantâneas, já se tornou comum considerar os *gêneros* como fenômenos históricos e profundamente vinculados à vida social. Isso decorre da observação de que é com os gêneros textuais (*e-mails, reportagens, chats, telefonemas, conversações espontâneas...*) que realizamos todos os nossos propósitos comunicativos, e isso também implica dizer que não se age sobre o mundo senão por intermédio de um *gênero textual*.

⁸ Isso não quer dizer que, hoje em dia, não sejam enviadas cartas, ou que elas tenha ficado totalmente obsoletas. Esse exemplo visa apenas demonstrar como os avanços tecnológicos têm interferido na rotina da cultura escrita das sociedades e as têm oferecido alternativas aos processos tradicionais.

É válido considerar, então, que, se as sociedades se transformam, as suas formas de interação acompanham esse ritmo, posto que, são coletivamente elaboradas e, por isso, manipuladas social e culturalmente. Nas palavras de Marcuschi (op. cit.),

“Já se tornou trivial a idéia de que os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de atuação social. (...) Surgem aparelhados necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.”

É preciso postular, então, para esse fenômeno, uma definição que abarque essas suas potencialidades. Ao longo da história dos estudos sobre a língua, já se pôde verificar investimentos teóricos nesse sentido. Marcuschi (2004a)⁹ conta que, em 1979, Mikhail Bakhtin descreveu os gêneros como *“enunciados relativamente estáveis”*. Mas, segundo Marcuschi (op. cit.), essa caracterização seria apenas parcialmente aceitável, uma vez que essa estabilidade de que falava Bakhtin passou a ser considerada, a partir de então, como o dado essencial de identificação dos textos, resultando num investimento classificatório e de catalogação inútil. Marcuschi enxerga que Bakhtin frisou mais o ponto da estabilidade que o da relatividade. Com isso, as variações da prototipicidade (prototipicidade esta que geraria o tal efeito de estabilidade) estariam relegadas apenas ao plano sócio-histórico de realização deste fenômeno.

⁹ Programa da disciplina *Gêneros textuais: conceituação, constituição e circulação*, ministrada no 2º semestre de 2004.

Essa foi uma postura que trouxe aos estudos dos gêneros um enfoque mais formalista, já que motivou uma vocação prioritariamente classificatória e deu ênfase a uma excessiva descrição *tipológica*¹⁰. Isso ocasionou o equívoco didático, em salas de aula da educação básica, de se trabalhar muito mais com *tipos textuais* (canonicamente a narração, a descrição e a argumentação) em lugar de gêneros, uma vez que os primeiros, os *tipos*, possuem traços lingüísticos característicos e que seriam passíveis, assim, de uma análise direcionada por parâmetros mais rígidos. Sobre esse assunto, o próprio Marcuschi (2003a: p. 19) esclarece:

“Mesmo apresentando alto poder preditivo, e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa.”.

Hoje em dia, dado aquele mencionado quadro social de diversidade e de complexidade, os gêneros tendem a cumprir exigências cada vez maiores de elaboração para atender à demanda dessa sociedade e é por essa razão que qualquer descrição teórica a respeito deles não pode se submeter a critérios universalistas. Gêneros são criados, outros se tornam obsoletos e, em certos casos, mesclas de gêneros são processadas, tudo para que se garanta a realização dos propósitos comunicativos.

É por isso que, atualmente, a agenda lingüística tem abandonado essa preocupação classificatória. Uma vez que, como são fenômenos “maleáveis, dinâmicos e plásticos” (Marcuschi, op. cit.), existe uma multiplicidade de gêneros. Estes se realizam, por vezes, através de hibridizações que, com isso, causariam imprecisões aos critérios utilizados naquele intuito classificatório.

¹⁰ Referência aos estudos dos tipos textuais (cf. p. 25).

De outro modo, Marcuschi (2004a) menciona que é preferível admitir que a variação existe, mas que se pode perceber que “os *gêneros textuais se realizam nas situações em que seus usos se tornam mais prototípicos*”. Então, assim como este autor, admite-se, neste trabalho, que “os *gêneros textuais são uma espécie de gramática sócio-discursiva, isto é, eles são parte da organização social e se dão como práticas discursivas poderosas na vida diária*”.

Neste item, daqui por diante será apresentada a definição de *gênero* em que se baseia esta pesquisa e também serão esclarecidos certos pontos sobre a terminologia análoga, *tipos textuais*, igualmente importante a esta investigação.

1.1.1. SOBRE GÊNEROS TEXTUAIS

Abarcar a totalidade das teorias existentes, hoje, sobre o fenômeno dos gêneros textuais é praticamente impossível. Até porque, hoje em dia, o trabalho com este fenômeno está na pauta de inúmeros lingüistas, sobretudo daqueles que lançam esforços na construção de pontes entre a ciência de descrição dos gêneros e a sua aplicabilidade às salas de aula. A respeito disso, Marcuschi (2004a) relata:

“o tema ‘**análise de gêneros**’ acha-se hoje mais do que nunca na agenda dos lingüistas. Várias são as razões deste enquadre. Em primeiro lugar, tem-se hoje clara a noção de que não se pode produzir texto a não ser em algum gênero, o que lhe dá uma enorme centralidade. Em segundo lugar, uma análise dos gêneros textuais permite tanto um macro como um micro-enfoque dos mais variados usos da língua. Em terceiro lugar, o estudo permite estabelecer uma série de pontos concretos para a análise das relações entre formas lingüísticas, cognição, cultura e ação social. Também serve para se analisar as

relações de poder, tal como mostrei em Marcuschi (2003). Por fim, trata-se de uma oportunidade para se fixar conceitos e posições, pois, apesar das numerosas abordagens dadas ao tema, não se tem ainda uma teoria consensual.”.

Mas, para efeito de esclarecimento do ponto de vista adotado nesta pesquisa a respeito dos gêneros, é preciso que sejam consideradas algumas de suas abordagens vigentes. O próprio Marcuschi (2004b) considera que existem, no Brasil, cerca de quatro correntes de estudos desse tema.

A primeira delas segue a perspectiva da chamada Escola de Genebra, baseia-se no interacionismo vygotskyano e traduz-se, segundo Marcuschi (op. cit.), por uma linha de pesquisa bakhtiniana. Trata-se de uma linha de pesquisa voltada essencialmente ao ensino de língua materna, assim como são os trabalhos dos seus mais representativos representantes estrangeiros, Bronckart, Schneuly e Dolz, e é desenvolvida sobretudo no sul do país.

A segunda linha também é cultivada no sul do Brasil, e é influenciada pela Escola Australiana de Sidney, que tem como pressuposto a teoria sistêmico-funcionalista de Halliday. É, portanto, um campo de pesquisa vinculado pela perspectiva sistêmico-funcional e inclinado à análise lingüística dos gêneros e à análise textual.

A terceira das quatro vertentes descritas por Marcuschi é influenciada pela Escola Americana representada por Swales, Bazerman, Bhatia e Miller, e é mais dispersa pelo país, podendo ser verificada nas pesquisas tanto de universidades da Região Sul como da Região Nordeste.

A última delas é a que é desenvolvida predominantemente no Recife, na qual se enquadra esta investigação. Trata-se de uma linha da qual se pressupõe informações originadas de diversas correntes de pesquisa e que se agrupam por elementos que evidenciam alguma coerência teórica. Os teóricos mais influentes são Bakhtin, Adam, Bronckart, Van Dijk, Bazerman e Miller (Marcuschi chama a atenção, ainda, para o crédito às posições da Análise do Discurso Crítica de Fairclough e de Kress e dos alemães).

Diante desse quadro, a primeira definição que se adota nesta investigação a respeito do fenômeno dos gêneros é a que consta na reflexão feita na introdução deste item: sugere-se, conforme Marcuschi (2003a, 2004a, 2004b e no prelo), razões de ordem social, cognitiva e cultural para a realização dos gêneros.

A segunda definição acompanha alguns dos pressupostos da corrente americana de estudos sobre a linguagem¹¹, que se trata de uma vertente de estudos mais inclinada a uma perspectiva sócio-retórica ou sócio-histórica e cultural. Essa linha de pesquisa, encabeçada por Carolyn Miller e Charles Bazerman, debruça-se sobre preocupações com a organização social e as relações de poder encapsuladas pelos os gêneros. É uma visão que os toma como realizações empíricas das pretensões das entidades que os produzem. A atenção se volta para a compreensão de seu funcionamento social e histórico bem como para a sua relação com o poder¹².

¹¹ Os dados colhidos para a descrição desta corrente foram os descritos em Marcuschi (2004b), mimeo destinado à aula de número 1 do curso sobre *gêneros textuais*, oferecido no Programa Pós-graduação em Letras no 2º semestre daquele ano.

¹² Para mais detalhes, conferir Marcuschi (2004b).

Assim, os gêneros são admitidos como formas de controle social, identificáveis na sociedade pela sua prototipicidade recorrente. Bazerman (2004: 316), os concebe como *fenômenos psico-sociais de reconhecimento*, porque, dada aquela relativa estabilidade de que são dotados os gêneros, acredita-se que eles possam emergir de situações discursivas em que se tornam típicos e aptos a exercer um controle das atividades comunicativas, além de definirem relações de poder. Por isso, à luz de Marcuschi (2004b), entende-se que os gêneros textuais são “*formas socialmente sancionadas de organizar e controlar as atividades sociais*”.

Por outro lado, quanto às mudanças, hibridizações e mesclas que se processam com os gêneros no decorrer da história e dos avanços tecnológicos, pode-se dizer que a *genericidade* tende a sofrer adaptações para suprir as necessidades de um sempre renovado contexto. Por isso, hoje em dia, surgem tantos novos gêneros pelo desmembramento de outros, que, em suas formas advindas, *consolidam novas formas e funções* (Marcuschi, 2004b).

Este ponto de vista torna possível, ainda, definir os gêneros como *formas de cognição situadas*, posto que são artefatos da produção de sentido com os quais a sociedade atua em contextos específicos para fins determinados.

Em resumo, adota-se uma definição de gênero na qual se entende esse fato lingüístico-discursivo como uma forma organizada e dinâmica (plástica) de atuação social que se reitera no cotidiano, a partir do qual ganha forma para os usuários poderem realizar significados. Neste ponto, os próprios gêneros que compõem o *corpus* desta investigação podem esclarecer certas dúvidas.

A notícia, conforme se mencionou antes, é comumente concebida como um gênero que se reveste de um caráter textual mais objetivo e rígido quanto à exposição dos juízos de valor. É um texto que se costumou reconhecer como uma fotografia da cena noticiada, com o qual se tentaria reproduzir com isenção um acontecimento. Faria (1991: p. 102) descreve que o lide (ou *lead*) é considerado o modelo mais simples de realização da notícia (porque se limitaria a responder àquelas seis perguntas básicas do jornalismo¹³). Segundo essa descrição, predomina, portanto, na notícia, a narração de um acontecimento e isso a faz figurar no hall dos gêneros do jornalismo informativo.

Estes são os parâmetros gerais que fazem com que se possa reconhecer uma notícia entre tantos outros gêneros textuais. Mas, inserindo-se no cenário social de dinamicidade e de complexidade das organizações sociais da atualidade, pode-se encontrar o traço de plasticidade da produção dos gêneros noticiosos nas estratégias de manipulação de sentidos que burlam a o estereótipo de neutralidade mantido pelo jornalismo. Por meio disso, a imprensa se propõe não só como fonte de informação sobre acontecimentos, mas se afigura como elemento formador de opinião. Tal condição pode ser percebida nas análises (cf. p. 75), quando se mostra que as estratégias de referenciação constituem um meio encontrado pelas entidades autorais para induzirem a compreensão do público leitor e tentar fazê-los acatar suas idéias acerca do fato noticiado.

Também não foge a essa descrição o gênero *reportagem*, outro que é contemplado nas análises. A sua definição canônica também enquadra esse gênero dentre os textos tipicamente informativos do jornalismo. Mais aprofundado do que a

¹³ Conferir página 21.

notícia, o texto da reportagem permite ao seu autor enquadrar o fato relatado sob diversas óticas: a econômica, a política, a policial...

Rocha Júnior (2005: p. 61) explica que esse enquadramento é essencial para a sobrevivência do fazer jornalístico, já que é preciso selecionar fatos que se vinculem diretamente aos interesses dos leitores em relação ao seu dia-a-dia. Abordagens de fatos tendendo a óticas mais ligadas a saúde, educação, sexo e ciência¹⁴, bem como as de ordem mais geral (inclinadas ao que este autor chama de *macros do jornalismo*: política e economia) despertam o interesse do público e fazem com que um ou outro aspecto seja mais realçado na composição de um texto noticioso.

Além disso, esse direcionamento do relato dos fatos e o caráter investigativo deste gênero facultam a expressão da subjetividade, se for comparado esse modelo de composição da reportagem ao monitoramento objetivo da notícia. Assim, nas reportagens se pode manipular conteúdos com maior liberdade, influenciando-se na formação de opiniões do público leitor, para o que também contribui o fazer argumentativo desempenhado pelo encadeamento referencial nesses textos. Com isso, procede-se à reconstrução dos fatos através dos relatos jornalísticos, pois há uma liberdade de criação maior concedida à entidade autoral.

Esta plasticidade caracterizadora de *notícias* e *reportagens* torna possível admiti-los, à luz da definição de gênero de Carolyn Miller (1984/1994), como “*eventos comunicativos e ‘formas de ação social’, operando como parte integrante da sociedade*”. Esse parecer da referida estudiosa traz encerra os aspectos de circulação, conceituação, descrição aqui relatados, ao mesmo tempo em que situa o direcionamento que se dará à análise desses dois gêneros. Finalmente, esclarece

¹⁴ Rocha Júnior considera que essas são áreas que causam grande repercussão por causa no número de respostas enviadas pelos leitores por carta, e-mail e telefonemas.

também que os gêneros se constituem e se definem pela função social que exercem no âmbito de uma negociação social (no caso de *notícia* e *reportagem*, essa negociação se dá entre o veículo de comunicação (ou jornalista) e o público leitor).

Mais adiante, são tratadas as questões a respeito das *tipologias textuais*, terminologia análoga da noção *gênero textual*, discutida neste ponto.

1.1.2. SOBRE TIPOLOGIA TEXTUAL

A questão das tipologias também é assunto que ocupa lugar especial ao lado dos estudos dos gêneros, já que se trata de um conceito análogo e que direciona os usos lingüísticos dos textos. É possível dizer que existem marcas textuais que direcionam a composição textual para o objetivo a ser alcançado com aquela atividade comunicativa. Portanto, é através dessas mesmas marcas que se pode deduzir um propósito interacional.

Longe de pertencer à esfera das classificações, os *tipos textuais* se implicam na construção dos gêneros para que estes possam cumprir a função social que os caracteriza. Por exemplo, para o entretenimento e moralização a partir do exemplo, a partir de uma lição, pode ser enunciado o gênero *conto de fadas*, que vai ter a predominância de uma *narração*; se o objetivo é instruir acerca da composição e do preparo de um artefato culinário, produz-se o gênero *receita culinária*, onde predomina uma *injunção*.

Os tipos textuais, então, se definem pela atividade lingüística que realizam. Sobre isso, Marcuschi (2003a: p. 29) diz que

“Um elemento central na organização dos textos narrativos é a organização temporal. Já no caso dos textos descritivos, predominam as seqüências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de seqüências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos apresentam o predomínio de seqüências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de seqüências imperativas.”

Isso significa que diversas tipologias podem estar implicadas na composição de um mesmo texto, desde que se considere que as tipologias são atividades estratégicas utilizadas para a construção dos textos, e não os próprios textos, que são os gêneros. Esse é o equívoco em que freqüentemente incorrem os materiais didáticos, quando propõem atividades de produção textual pautando-se exclusivamente na santíssima trindade (*narração, descrição e argumentação*), ou quando descrevem os textos no transcorrer de uma explicação – para utilizar o mesmo exemplo citado por Marcuschi (2003a: p. 25): “a carta é um **tipo de texto** informal...”.

É preciso, então que se esclareça que, à revelia dos gêneros, que são as “realizações empíricas das atividades comunicativas” (Marcuschi, no prelo: p. 02), nesta investigação, os *tipos textuais* estão sendo aceitos como entidades teoricamente definidas, do mesmo modo como Marcuschi (op. cit.) encerra:

*“Admito que se possa falar em tipos textuais se com isto referimos um conjunto limitado, teoricamente definido e sistematicamente controlado de formas abstratas e não artefatos materiais (...) os **gêneros** são vistos como fenômenos ou entidades sociocomunicativas, ao passo que os **tipos** serão tomados como constructos teóricos.”*

Para descrever as tipologias textuais, este mesmo autor se vale de uma matriz proposta por Werlich (1973), cujos critérios de construção se alicerçam nas estruturas típicas que caracterizam os enunciados dos textos. Werlich conclui-se por cinco tipos textuais básicos que, segundo Marcuschi (2004a), constituem-se como modalidades retóricas, sejam eles: *descrição*, *narração*, *exposição*, *argumentação* e *injunção*. É interessante perceber que essas são categorias apenas abstratamente definidas e que não se dão, na interação, de maneira homogênea.

Para esclarecer isso utilizando o *corpus* desta pesquisa, pode-se dizer que os gêneros jornalísticos, como qualquer outra instância de utilização da linguagem, não se realizam de maneira homogênea no que diz respeito aos tipos. É possível, então, que sejam encontradas, em uma mesma matéria (*notícias* ou *reportagens*, foco desta investigação), seqüências tipológicas distintas, mas mutuamente solidárias na consecução do propósito enunciativo dos textos. Observe-se o caso do trecho de notícia abaixo:

N2, DM-GO, 04/10/2005, Última Hora

Tristeza

Adeus a Emilinha

Morre a cantora 'Rainha do Rádio' dos anos 40 e 50, famosa por suas marchinhas de carnaval
Da Agência Estado, do Rio de Janeiro

Emilinha Borba morreu no início da tarde de ontem, provavelmente em decorrência de problemas cardíacos, em sua casa no Rio. Rainha do Rádio, sucesso nacional nos anos 40 e 50, ela completara 82 anos em 4 de setembro. Fez uma festa na Sala Baden Powell, também para comemorar sua recuperação de um tombo que sofrera em junho e a deixou internada durante quase um mês.

No período negrito, podem ser observadas preocupações com marcações temporais, ao mesmo tempo em que se procede ao início do registro da morte de Emilinha Borba. Essas são características típicas de uma *seqüência narrativa*, dado essencial para a construção do relato noticioso, uma vez que esse gênero cumpre a função de contar fatos ao seu público leitor.

Já no período seguinte, diferentemente da narração produzida no anterior, ocorre a identificação da personagem principal da notícia, acerca de quem se procede ao relato. Esse é um procedimento que visa facultar ao público leitor do jornal o reconhecimento do referente de mundo do item Emilinha Borba, através da enunciação das características que marcaram a sua personalidade no papel de pessoa pública. Neste caso, evidencia-se uma seqüência *descritiva*.

Essas são estratégias corriqueiras utilizadas para a construção de textos jornalísticos noticiosos, cuidando-se para que exista clareza no discurso das matérias que chegarão ao público leitor. Tais questões também concorrem para que se cumpra a função precípua da imprensa que é a de prestar um serviço de utilidade pública com isenção.

Entretanto, embora sustentem socialmente esse estereótipo de “imparcialidade”, os veículos de comunicação se valem de outros meios para engendrar suas pretensões no transcorrer desse registrar de fatos frente à comunidade. Um exame de algumas estratégias de progressão referencial em *reportagens* e *notícias* mostrou que, independente do predomínio de seqüências narrativas ou descritivas nas matérias, há um fazer argumentativo embutido na atividade de retomada executada nos textos jornalísticos.

Neste caso, fica posto em xeque o discurso de “neutralidade” socialmente circulante a respeito da mídia jornalística e questiona-se se a prestação de serviço dessa esfera da comunicação está sendo executada com idoneidade. É isto que este trabalho pretende mostrar daqui para frente e em consequência de mais algumas noções teóricas que serão adiante explicitadas. O próximo item desta pesquisa destina-se à discussão do aspecto tipológico da *argumentação*.

1.2. ARGUMENTAÇÃO

Ao longo dos anos e dos estudos sobre a língua, a idéia do que viria a ser *argumentação* modificou-se continuamente sob a influência dos paradigmas teóricos vigorados. O referido quadro teórico apresenta uma série de avanços num movimento de renovação das suas produções científicas desde a Antigüidade até os nossos dias. E é por essa razão que, daqui por diante, considera-se a historicidade dos estudos sobre argumentação à luz de uma idéia de saber científico renovável, dialético e recorrente.

Também são consideradas válidas todas as pesquisas a respeito da argumentação, se observadas dentro de um espaço da história humana, como relevantes contribuições para o aperfeiçoamento progressivo da Lingüística e da sociedade. A reconstrução do percurso histórico das teorias sobre a argumentação justifica-se, pois, pelo objetivo maior de integração entre a educação científica e a vida social, rejeitando-se a idéia de dogmatismos científicos, para o que se consideram os resultados científicos como provisórios e os seus métodos apenas como perfectíveis.

Inicialmente, pode-se dizer que a história dos estudos sobre argumentação registra duas principais perspectivas de tratamento do tema: uma assentada na lógica formal, inclinada a um raciocínio cartesiano, em cujos limites a linguagem se colocaria como um instrumento necessário ao processamento argumentativo; outra sustentada por bases de ordem pragmática e apontando para uma perspectiva em que a atividade argumentativa se dimensiona conforme a concepção dos papéis sociais envolvidos (os interlocutores constituídos intersubjetivamente). Esta revolucionaria o paradigma tradicional. Os referenciais teóricos das duas fincam-se,

respectivamente, na tradição da *Retórica Clássica* (e em Descartes) e, por fim, nas considerações da *Nova Retórica* (cujo discurso compreende uma noção dialética da argumentação, compreendida não mais na dimensão da eficácia, mas na da adesão).

A primeira etapa das pesquisas sobre o fenômeno em questão tem suas raízes bem cravadas na lógica aristotélica (ou lógica proposicional clássica). Surgida como técnica vinculada ao discurso jurídico, destinada ao convencimento de um auditório sobre o *falso* ou sobre o *verdadeiro*, a argumentação foi posteriormente incorporada por Aristóteles aos estudos da Retórica, quando ganhou força, uma vez que a referida disciplina era tida como uma faculdade capaz de promover o convencimento do grande público.

Durante muito tempo vigorou a posição aristotélica de necessidade de uma eficácia do ato argumentativo, até tomar forma o início de uma guinada de posições (fase de transição) operada sob a influência de Descartes. Os métodos de observação do mundo adotados por este teórico assentavam numa tentativa de universalização dos fenômenos e de suas descrições, independentemente da natureza que os regiam (fosse ela de ordem social ou natural).

Assim, Descartes buscava aliar o rigor matemático ao que julgava ser uma análise racionalista da realidade. Seu método se alicerçava nas regras 1. da **evidência** (pelo distanciamento das dúvidas); 2. da **análise** (pela metodologia da fragmentação do objeto de pesquisa); 3. da **síntese** (pela conclusão dos pensamentos, ordenando-se as informações por ordem ascendente de complexidade); e 4. da **certeza** da eficácia da descrição (pela fidelidade aos

aspectos metodológicos que tenderiam a esgotar as possibilidades de análise do objeto de pesquisa).

Inclinado ao raciocínio de universalização de propriedades, este autor cumpriu um programa de estudos dentro do qual todos os homens estariam passíveis de sempre entrar em acordo dentro dos trâmites das práticas argumentativas (os desacordos eram inadmissíveis). Tais inclinações se justificam dentro de uma teoria baseada apenas nas evidências e no pensamento racional, característicos de um sistema dedutivo.

Entretanto, a mudança absoluta dos paradigmas propostos até então foi encabeçada por Claim Perelman (1976), a partir da sua consideração de que as práticas argumentativas se desenvolvem em função do auditório para o qual se voltam. Não mais existiria, por conseguinte, a necessidade da consideração de evidências, mas se preferiria trabalhar no sentido da adesão. O primeiro passo para que se operasse tal abertura foi a consideração, por este estudioso, de categorias propostas por Aristóteles, dando-se ênfase ao processamento *dialético* da argumentação. Esta forma de pensar influenciou largamente teorias de pesquisadores mais recentes sob a influência da “guinada pragmática” (segunda metade do século XX).

Austin e Ducrot, por exemplo, reavivaram as pesquisas sobre Semântica, até então abafados pelos estudos da superfície da linguagem defendidos pelos estruturalistas. Os dois estudiosos se detiveram a fenômenos autênticos, referentes aos *usos* da língua, à revelia da análise tradicional de frases isoladas e artificializadas. Estudaram fatores que regem as escolhas lingüísticas na interação

social e os efeitos dessas escolhas sobre outrem: os interlocutores (Weedwood, 2002)¹⁵.

Oswald Ducrot (1980) concilia a Pragmática à língua, recusando distinção entre Semântica e Pragmática por admitir que *“toda semântica comporta um aspecto pragmático”*. Desta maneira, Ducrot salta da análise simplista da superfície de enunciados da língua, lançando esforços sobre uma análise transfrástica, tendo como foco de verificação os conectivos enquanto elementos textualizadores de uma prática argumentativa. Mas, ainda sim, este estudioso não admite o caráter intrinsecamente argumentativo da língua, pois observa os conectores como sinalizadores de uma postura argumentativa eminentemente ligada à eficácia do ato, como pretendiam as concepções da Retórica Clássica. Além disso, essa postura de Ducrot traduz uma preocupação analítica essencialmente centrada na superfície dos textos.

Mas, sobretudo a partir dessas pesquisas de Ducrot, que propôs uma determinação frástica para a argumentação, pôde-se perceber uma preocupação com manifestações lingüísticas que levavam a crer numa orientação argumentativa para os enunciados da língua. É nesse sentido que se pode afirmar que, depois de consolidada uma mudança de paradigmas (do Estruturalismo à Pragmática, influenciada pela Ciência Cognitiva), a *argumentação* passa a ser considerada uma ação estruturante da língua, sendo efetivada em maior ou menor intensidade, porém sendo, sempre, inerente a ela. Isso distancia os recentes estudos da visão tradicional, que postulava a argumentação como um componente a mais a ser acrescentado durante as práticas de linguagem.

¹⁵ Aqui, são descritas, em linhas gerais, as bases norteadoras das pesquisas de Austin e Ducrot. Elas servem apenas de pano de fundo para a construção do quadro teórico desta pesquisa. Para informações mais aprofundadas, recomenda-se consultar Rangel (2004) e Amorim (2004).

John Austin, à sua vez, debruçou-se sobre a construção da *Teoria dos Atos de Fala*, com o que questiona o descritivismo superficial da idéia de linguagem da lógica formal. Essa é uma postura que já promove uma revisão quanto à concepção de referência, pois, em Austin (1990), o sujeito falante e as condições de produção fundamentam a construção do sentido: não se desvincula o sujeito da fala (essencialmente vista como um *ato de fala*).

Com isso, são desenvolvidos os conceitos fundamentais de **ato constativo** (enunciação que afirma ou descreve o estatuto ontológico de fatos ou coisas, à revelia de quaisquer resultados dessa enunciação) e de **ato performativo** (enunciação que indicia 1. intenções em se fazer algo, ao se dizer: *ato ilocutório*; ou 2. efeitos buscados, pelo fato de se dizer: *ato perlocutório*).

“o efeito equivale a tornar compreensível o significado e a força da locução. Assim, a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar sua apreensão. O ato ilocucionário ‘tem efeito’ de certas maneiras, o que se distingue de produzir conseqüências no sentido de provocar estado de coisas de maneira ‘normal’, isto é, mudanças no curso normal dos acontecimentos.”. (Austin, 1990: p. 100).

A interpretação adotada nesta investigação sobre esse parecer de Austin é a de que se pode considerar uma atividade argumentativa (de acordo com a concepção da *Nova Retórica*) em todo ato de fala, posto que existem intencionalidades que manobram a construção dos enunciados. Essa questão, *de per si*, evidencia uma postura de trabalho sobre um conteúdo e dá base a novas noções que vão nortear os estudos argumentativos e sobre referenciação.

Esse novo enfoque das pesquisas que influenciou Austin e Ducrot é a postura assumida pela *Nova Retórica* – Perelman (1996a e 1996b) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e por muitos estudiosos da Lingüística atual – Koch (1999), Abreu

(2002), Faria (2004), Brandão (1998), Santos (1996 e 1999) –, para os quais a argumentatividade também se pode realizar mais caracteristicamente em seqüências textuais (tipológicas) conforme sejam os propósitos discursivos dos usuários. Isso não nega as suas outras múltiplas formas de manifestação – discurso de autoridade e discurso polifônico, operadores de seqüenciação, modalizadores, emprego de tempos verbais (Koch, 1999).

Contribuem, também, para esse novo quadro a pesquisa de Carolyn Miller (1984/1994), trabalho intitulado *Gênero como forma de ação social*. A autora analisa como o novo paradigma a respeito de argumentação interfere na forma de se encarar o fenômeno dos gêneros textuais, dando a estes últimos o lugar de práticas lingüísticas instrumentalizadoras de poder e, por isso, controladoras das atividades sociais. Dessa maneira, a própria genericidade é reconhecida como instrumento retórico e a argumentação passa a ser observada como aspecto constitutivo de toda e qualquer prática social, já que a interação só se dá a partir de gêneros.

Trata-se, pois, de uma abordagem de argumentação como atividade de manipulação de conteúdos que se afasta também dos parâmetros da Semântica Argumentativa, uma vez que não considera o fenômeno da argumentação como uma base para as realizações da língua. Antes, enfatiza-se o trabalho de compreensão do interlocutor, atribuindo à argumentação um caráter construtivista, cuja concretização depende, fundamentalmente, de um trabalho cognitivo do *outro* da interação para a atualização dos sentidos.

É relevante observar, então, que o choque entre os princípios dos dois vieses aqui apresentados (*Retórica Clássica* e *Nova Retórica*) se dá na medida da concepção basilar que lhes norteiam os estudos sobre a língua. Nos primeiros

momentos (perspectiva aristotélica), concebe-se a linguagem de uma maneira especular, como se à língua coubesse a etiquetagem da realidade. Esse conceito corrobora para uma idéia de argumentação exterior às práticas lingüísticas; como atividade que dispõe da língua como instrumento para se concretizar.

Já o quadro atual de estudos da linguagem que tende a uma abordagem interacionista, influenciado pela segunda tendência, caminha para a admissão do caráter transdisciplinar do fenômeno argumentativo, concebendo a língua como fenômeno de ordem social, histórica e cognitiva, cujo local de realização é o texto. Foge-se, assim, das considerações anteriores em que a linguagem foi reducionisticamente observada na instância do código, com o que se renegam os elementos discursivos, os dialógicos e os mecanismos de atuação intersubjetiva.

Pode-se dizer que, no primeiro momento sugerido, as bases dos estudos sobre a linguagem mostraram-se ligadas ao que os traria o prestígio social e o *status* de ciência: os modelos de análise das já reconhecidas ciências naturais. Para tanto, foi fundamental uma noção de argumentação que se ligasse à eficácia das ações empreendidas com a linguagem, daí ao respeito de que gozaram até o final do século XIX os estudos de Retórica (nos parâmetros de Aristóteles) e de Oratória (especialmente encapsulado no fazer jurídico).

Como estava essencialmente vinculado aos moldes de exatidão, o discurso de pesquisa a respeito da argumentação se portava como mensuração do resultado das ações retóricas (do ato de persuadir o grande público). Sob esse aspecto, interessa esclarecer, como diferença fundamental, o ponto de vista que lidava com a noção da eficácia e o que trabalha, hoje, com a idéia de adesão. Enquanto o primeiro se debruça sobre o ato de convencer (e, portanto, lida com as valorações

de *falso* e de *verdadeiro*), o segundo se interessa pela integração entre o fazer argumentativo e o fazer persuasivo como possibilidades de fazer crer nas possibilidades apresentadas como argumento, propondo a um auditório, portanto, uma admissão dos juízos levantados.

Essa mudança de postura caracteriza o que Kuhn (1998) chama de movimento de mudança de paradigmas, configurando-se como uma revolução nos trâmites da ciência. Há de se considerar, ainda, que se tratou de uma modificação necessária, já que os parâmetros positivistas não se sustentam (ou não se aplicam com propriedade) ao fazer das ciências sociais – em que não se tem um objeto de observação e análise (como é o caso das ciências naturais), mas se está imerso dentro do próprio objeto de pesquisa.

As preocupações normativas, com isso, foram cedendo lugar às considerações das variantes dos sistemas lingüísticos, compreendidos como práticas sociais legítimas e constituidoras de subjetividades, e que, por isso mesmo, se sujeitam a transformações individuais e coletivas no curso da história. Assim, se transgrediu de uma fase em que se primava apenas pela descrição de fenômenos, para se chegar a uma outra em que coube, além dela, a explicação desses acontecimentos (Dascal e Borges Neto, 1991: p. 32). Isso configura, já, um novo padrão de cientificidade, ou, no caso, de análise do fenômeno argumentativo.

Na etapa atual dos estudos lingüísticos, como há um vínculo com o exame das ações praticadas pelos usuários da linguagem sobre o mundo e existe, por isso mesmo, uma preocupação de ordem muito mais pragmática do que estrutural, as indagações inclinaram-se à investigação do processamento intersubjetivo da argumentação. Adotou-se, portanto, um viés menos positivista e mais empírico.

As pesquisas da *Nova Retórica* sobre argumentatividade, por conseguinte, tornaram-se plausíveis depois do muito desprestígio que sofreu o raciocínio dialético em detrimento da lógica formal e do raciocínio analítico. Este salto possibilitou não apenas uma diferenciação em relação aos estudos retóricos tradicionais, para os quais a língua é um mecanismo biunívoco de etiquetagem da realidade, mas permitiu a insurgência de uma concepção de argumentação que cobrisse o contexto (atores sociais, tempo, gênero, objetivos...).

Hoje, o consenso dos estudiosos considera como movimentos argumentativos a exposição do *ponto de vista* (quando se enuncia uma opinião sobre um tema), a *justificativa* (quando se selecionam as idéias necessárias à defesa do ponto de vista) e a *contra-argumentação* (quando se antecipa uma negação das idéias divergentes). Isso leva a uma incorporação, na análise das práticas discursivas, de conteúdos, modos de interação, participantes e transformações ocorridas no ato de interação, compreendendo, à luz do que postula Brandão (1988: p. 88), que

“Enquanto atividade de linguagem, a argumentação, produzida por um sujeito e dirigida a outros, portanto, constitutivamente dialógica, é, sobretudo uma atividade interacional”.

Apenas para contextualizar essas noções de movimentos argumentativos em relação ao *corpus* desta pesquisa, pode-se dizer que os movimentos de exposição de ponto de vista e de contra-argumentação não transparecem na escrita de notícias e reportagens – ao menos, não ficam marcadamente explícitos. Se eles assim se apresentassem (ou seja, se estivessem claramente identificáveis na superfície textual), a instituição jornalística cairia em contradição notória e se descredenciaria, já que esses gêneros não se configuram como o espaço mais propício à apresentação de juízos de valor.

Mas isso não impediria que a subjetividade do redator se fizesse presente na composição. Conforme é mostrado nas análises, certos artifícios de construção textual servem para orientar a interpretação dos fatos pelo público leitor, induzindo-os à compreensão dos acontecimentos consoante a ótica dos veículos de comunicação. Esses meios, à sua vez, situam-se no campo do movimento argumentativo de *justificativa*, a exemplo do que podem ser citadas as estratégias de referenciação que são tratadas no capítulo 3.

Por exemplo, percebe-se uma postura argumentativa de *justificativa* no seguinte trecho negrito:

R3, DM-GO, 05/10/2005, Brasil/Mundo

São Francisco

Multidão celebra ação de frei

Da Agência Estado, de Cabrobó, Pernambuco

Índios, católicos, evangélicos, agricultores, artistas populares e representantes de movimentos sociais de todos os Estados nordestinos solidarizaram-se ontem com o frei Luiz Flávio Cappio, no dia do aniversário de 59 anos dele, mesma data dedicada ao Rio São Francisco e à morte de São Francisco de Assis. **Frei Luiz, bispo da Diocese de Barra (BA), está em greve de fome há dez dias pela revogação do projeto do governo federal de transposição do rio.**

O segmento destacado legitima a necessidade da existência da matéria, pois chama a atenção para a controversa decisão do religioso que se contrapôs a determinações do Governo Federal e assim angariou adeptos à sua causa. O segundo período *justifica* a razão de ser da polêmica acerca da avultosa reunião em torno do frei no dia do seu aniversário, a propósito do que se compôs a matéria.

A consideração desses aspectos se enquadra dentro de uma perspectiva de argumentação tomada como um procedimento através do qual se busca a adesão de um público. Essa visão decorre da mudança do viés de abordagem da argumentação como empreendimento cartesiano para o ponto de vista que a situa como um procedimento de busca de possibilidades para se chegar a uma conclusão

passível de crédito. Os novos parâmetros demonstram que não é válido arbitrar leis supostamente universais para o fenômeno em pauta através da arbitragem de leis universalistas.

O caso de a visão da Nova Retórica, hoje, sobrepujar a concepção tradicional de argumentação mostra uma necessidade da lingüística de atender às demandas de uma sociedade dinâmica e instável (na medida das suas transformações técnico-científicas). A busca por uma visão de argumentação que cubra o contexto e as práticas sociais mediatizadas pela linguagem confere com um esforço teórico por dimensionar as condições em que as esferas pragmática e cognitiva se integram para atuar na interação. Isso concretiza um quadro em que língua e argumentação são indissociáveis na constituição do mundo e das subjetividades dos usuários interactantes.

O item seguinte traz um histórico das definições do fenômeno da referenciação e incorpora uma descrição (com exemplos) das estratégias de encadeamento referencial aqui enfocadas. Após isso, nas análises, pode ser visto como essa busca pela adesão de um público se realiza, através de uma postura retórica de *justificativa*, nos textos jornalísticos do *corpus*.

1.3. REFERENCIAÇÃO

A referenciação é tomada, aqui, como um expediente de **criação** e de **atualização** de sentidos, que consiste no relacionamento entre (1) expressão e referente e (2) entre as diversas expressões empregadas ao longo de um texto e o referente primeiramente introduzido no discurso. Sob essa ótica, o fenômeno ganha *status* de atividade e é admitido como *processo*, sendo este um procedimento intersubjetivo.

Compreende-se a atividade referencial distante do mero propósito de etiquetagem do mundo, entendendo-a como um trabalho de elaboração de sentidos, na concepção mesma de Koch e Marcuschi (1999: p. 56), que admitem que os referentes “*são introduzidos, identificados, retomados e reformulados*” ao longo dos textos. E, atendendo ainda a essa demanda de produção, considera-se o papel dos enunciadorees como atores sociais historicamente situados e que interagem entre si como co-construtores de uma realidade cognitivamente elaborada.

Isso distancia este estudo da concepção de língua dos formalistas, tais como Russell (1966) (língua como espelhamento do mundo, como código), já que os itens lexicais utilizados ao longo dos textos se organizam para atuar na construção referencial negociadamente. Além disso, uma vez que a língua(gem) não é concebida, neste trabalho, como um sistema *in vitro*, mas como atividade constitutiva, compreendida como um fazer social para o qual convergem fatores de ordem histórica e cognitiva, torna-se evidente a língua(gem) como um *lugar de ação*. Logo, fazer referência, sendo uma forma de atuar com / pela língua(gem), é agir estrategicamente.

Ao longo da história dos estudos de lógica, da Lingüística e da Filosofia da Linguagem, o fenômeno da referência se mostrou um ponto nodal a ser desatado. Assim como Russel, Wittgenstein (num primeiro momento) foi um dos primeiros a postular uma lógica atomística para o fenômeno da referência, adotando parâmetros da racionalidade matemática para tentar compreender a relação entre linguagem e realidade.

Além desses dois, Frege, já em 1892 (texto o traduzido data de 1978), alça o primeiro vôo rumo a uma guinada lingüística, estudando as descrições definidas e postulando um vínculo factual dessas estruturas com a realidade. Com isso, referir passa a se distinguir de falar significativamente (Araújo, 2004: p. 64) e, assim, Frege promove uma “desontologização da linguagem” (op. cit.: p. 65). Este seria o primeiro passo para uma futura e proveitosa distinção entre objetos-de-mundo e objetos-de-discurso.

Mas muitos outros foram aqueles que, durante um longo tempo, concordaram com idéias formalistas tais como as de Russell. Lyons (1977) foi um desses estudiosos que acreditavam que a referência fosse uma noção dependente do enunciado. Também Ogden e Richards (1923), em alusão a Lyons (op. cit.), definem os referentes como objetos ou estado de coisas do mundo exterior, sendo este nomeado por palavras ou expressões.

Sobre essa dualidade de posições, Marcuschi (1983) menciona algumas das várias mudanças pelas quais passou a lingüística, em especial a de texto (LT), após os anos setenta. Dentre elas, o autor cita as modificações havidas nas concepções de língua e texto, adotando como parâmetro comparativo os trabalhos de cunho mais *formais* e os mais *funcionalistas*.

Adotando essa linha, um dos teóricos sobre os quais Marcuschi, Harweg (em obras datadas de 1968, 1974, 1978 e 1980) se dedica a explicar a noção de texto e teria cunhado a distinção entre textos *êmicos* e *éticos*. "*O texto êmico é aquele que se realiza na sua relação de imanência do sistema ao texto em si (...)*" (Marcuschi, 1983: p. 06). Desconsideram-se, nesta concepção, os aspectos sócio-históricos e cognitivos envolvidos quando da produção textual.

É possível, então, enquadrar os estudiosos formalistas nesta primeira instância, uma vez que eles postulam uma relação especular entre língua e realidade cujo mecanismo de realização é a referência.

Já a concepção, de *texto ético*, também criada por Harweg, abarca os moldes de ordem pragmática de abordagens sobre textos. Neste caso, ganham corpo as ideologias mais ligadas à linguagem voltada para as práticas sociais, nas quais se refletem os aspectos pragmáticos da enunciação, como agentes interferentes na produção discursiva. Trata-se de uma perspectiva que se desvincula da posição tradicional e acaba por favorecer a descrição do fazer referencial como um trabalho negociado entre locutor e interlocutor.

E acerca especificamente do fenômeno da anáfora, muito já foi apontado, na história da Lingüística. Halliday e Hasan (1976), já falavam da conectividade textual, em seu trabalho. Mas esta era tratada através de uma abordagem que considerava as retomadas na imanência do texto (*texto êmico*), o que os estudos posteriores, partindo de uma concepção de *texto ético*, complementaram, considerando todos os componentes intervenientes para a concorrência do sucesso comunicativo atuantes fora dos limites do co-texto.

A partir desta nova visão, sob a influência dos renovados estudos cognitivos e da noção pragmática de linguagem, a noção inserida neste quadro de estudos, o *contexto*, passou a dar conta de interlocutores, entornos situacionais (papéis sociais, local, data da produção...), assuntos envolvidos, objetivos da interação (gêneros / tipos textuais produzidos). Todas essas novas questões / condições forçaram a conceber a anáfora como um trabalho de construção referencial voltado para a consecução de um novo sentido e não somente para a retomada de elementos anteriores.

Com isso, modernamente, Marcuschi e Koch (1998), Koch e Marcuschi (1999) e Koch (2002) tratam o referente como um *objeto-de-discurso*, negociado sócio-cognitivamente entre os interactantes. Nota-se, então, uma revisão da teoria de biunivocidade proposta pelos estruturalistas. É que, à semelhança do que ocorreu com os paradigmas teóricos da argumentação, a teoria da referenciação também foi largamente influenciada pelas mudanças nos parâmetros de pesquisa operadas após os anos 70 sob a influência do pensamento pragmático.

Assim, mudar o enfoque de “etiquetagem” e de “rótulo” para “processo”, ou “atividade de negociação” significa, na concepção destes mesmos estudiosos, desontologizar o léxico, que não discretiza uma realidade objetiva e *apriorística*, mas, pelo contrário, modela essa realidade constituída de *objetos-de-mundo*. Esse estatuto de criação é o que justifica, pois, a compreensão e a produção de entidades referenciais.

Marcuschi (2000) ratifica esse novo ponto de vista acerca da atividade referencial, definindo que:

“referir não é etiquetar, nem apontar, nem relacionar, mas sim, agir colaborativamente na produção de orientações interpretativas. A referência é um processo”, pois “todas as nossas atividades, sejam elas lingüísticas ou não, são sempre contextualizadas, históricas ou interacionais e não dependem de um mundo a priori ou de um mundo explicitado objetivamente.”.

Então, por um lado, esta idéia de referenciar como *processo* entra em conciliação com as propostas de Apothéloz e Reichler-Bérguelin (1995) e Mondada e Dubois (1995), que concebem os referentes como *objetos-de-discurso*, sendo elaborações conceituais que se atualizam discursivamente à mercê de uma intencionalidade. Em termos de processamento cognitivo, isso quer dizer que o mundo é percebido por esquemas, ou estruturas cognitivas que, *por um lado, sofrem alterações com a experiência, e, por outro, também provocam uma alteração na maneira de percepção do mundo* (Leffa, 1996: p. 34).

Por essa razão, é válido dizer que a escolha de um dado objeto-de-discurso revela uma relação de experiência entre o enunciador e o objeto enunciado, o que, ao longo de um texto, deve desvendar uma maneira particular de enxergar o mundo por parte do sujeito enunciador. Para tanto, a realização, a renovação e a articulação dos referentes, ao longo do texto, saltam do nível da co-textualidade e se amparam em informações de natureza inferencial, ao passo que o processamento textual vai sendo organizado pelo enunciador.

De outra forma, em consonância a isso, tende-se a admitir, como Cortez (2002), que a referenciação constitui-se como uma **atividade estratégica** de elaboração discursiva de pontos de vista. Isso significa dizer que as estratégias apropriadas são concebidas mediante uma previsão do público interlocutor e do gênero textual a ser escolhido para o desempenho da atividade comunicativa.

A referenciação, assim sendo, caracteriza-se como um fenômeno discursivo que se desenvolve entre cognições sociais intersubjetivamente. Isso porque, tanto para a produção como para a compreensão dos discursos, fazem-se necessárias atualizações das experiências de mundo particulares dos interlocutores, organizadas em prol da formulação dos conteúdos e em conformidade com os fins a que se destina a interação.

Cortez (op. cit.: 39), à luz de Nonnon (1996), também admite que a *“elaboração, modificação e confrontação dos objetos e de suas noções (flexibilidade semântica) são fundamentais à argumentação e indissociáveis à elaboração e transformação pelas quais o ponto de vista evolui”*. Isso corresponde a dizer que, em termos de referenciação, a subjetividade dos enunciadores atua sobre a formulação dos referentes, sobretudo no que concerne ao que se chamou de *flexibilidade semântica das noções*, que é um aspecto que remete ao componente cognitivo ligado a essa atividade. Esse ponto de vista de Nonnon corresponde ao que Cortez (op. cit.) considerou como sendo uma questão de *conveniência sócio-cultural*.

Koch (2004) explica que sempre que a referência é utilizada uma forma simbólica, ocorre uma manipulação na percepção da realidade de maneira significativa. Koch encerra esse parecer alertando para o fato de que a realidade é construída, mantida e alterada pela forma como, sócio-cognitivamente é possível interagir com ela. Logo, a construção do mundo e a interpretação que se dá a ele se realizam por uma interação física, social e cultural.

É por esta razão que se afirma, nesta investigação, que os saberes que circulam através da língua são construídos intersubjetivamente conforme as trocas de experiências e a ponderação de posturas discursivas. Isso também implica

considerar que a negociação dos efeitos discursivos dos referentes se ancoram, no plano da enunciação, através da construção das subjetividades, pelo que se autoriza uma seleção lexical de acordo com uma “*base mais disponível e compartilhável para a comunicação*” (Mondada e Dubois, 2003: 32).

Na concepção de Mondada e Dubois (op. cit.), a construção dos objetos cognitivos e discursivos emerge da intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções públicas e individuais do mundo. Assim sendo, a enunciação de um item lexical, longe de simplesmente acionar um sentido específico e *apriorístico* (se tomada isoladamente do discurso, como gostariam os literalistas), efetua para os interlocutores efeitos de sentido que, na verdade, conferem ao texto **uma versão** da realidade construída na intersubjetividade das relações empreendida na interação¹⁶.

Essa questão de se criar uma versão para a realidade se faz notar no trecho de notícia abaixo, onde se faz uma retomada referencial a Marlene, incutindo-se nisso uma explicação interpretativa a respeito da cantora:

N2, DM-GO, 04/10/2005, Última Hora

Tristeza

Adeus a Emilinha

Morre a cantora ‘Rainha do Rádio’ dos anos 40 e 50, famosa por suas marchinhas de carnaval
Da Agência Estado, do Rio de Janeiro

Emilinha Borba morreu no início da tarde de ontem, provavelmente em decorrência de problemas cardíacos, em sua casa no Rio. (...)

A cantora Marlene, sua maior rival nos tempos da Rádio Nacional, mas amiga de longa data, não pôde receber a notícia. (...)

Isso faz perceber, novamente à luz Mondada e Dubois (op. cit.), uma instabilidade inerente das representações de mundo, mas que se direciona para uma estabilização dentro de um contexto de interação. Ainda segundo as autoras (p.

¹⁶ E o próprio sentido literal, conforme postula Koch (1999: 26), “*é um efeito de sentido entre outros*”.

32), “a mudança e a instabilidade não são, de modo nenhum, exceções ou problemas, mas uma dimensão intrínseca do discurso e da cognição”. Assim, os efeitos de sentido ocasionados *discursivamente* pelo emprego do léxico, para caracterizar objetivamente uma realidade, são a consecução de um complexo de relações experimentadas e *experienciadas* sobre conceitos instáveis do mundo ao longo da moderação intersubjetiva efetuada através da língua.

Os conceitos situados discursivamente, então, atuam de forma solidária para a constituição dos objetos discursivos, já que um elemento lexical considerado estanque e isoladamente não é suficiente para atualizar um sentido. Isso aponta para o fato de que, além da mencionada *conveniência cultural*, a referenciação é também uma operação clivada pelo componente cognitivo. Essa operação se justifica pela inter-relação entre os diversos conceitos que compõem um texto e que é efetuada negociadamente pelos interlocutores.

Esse particular ratifica a instância da instabilidade dos conceitos de mundo e que são direcionados à estabilização lingüisticamente via *objetos-de-discurso*. Portanto, o mundo objetivamente discursado, embora não seja um dado *a priori*, encaminha-se para uma estabilização aparente no (e somente no) discurso, a depender das tomadas de decisões adotadas pelos atores sociais para resolver suas tentativas de representação de uma realidade.

Essa flexibilidade de particularização de conceitos se vincula à forma como Leffa (op. cit.) se refere aos *esquemas cognitivos*, quando diz que essas estruturas evoluem com a experiência, na mesma proporção que aumentam em número e complexidade. Essa questão dos *esquemas* já era discutida por Kant, em 1781, mas voltou à tona com Bartlett, em 1932.

Filósofo responsável pela “Crítica da razão pura”, Kant acreditava que a percepção humana era estruturalmente organizada em blocos e que os esquemas seriam responsáveis por essa organização. Ferreira Júnior (2000: 41), acredita que, com isso, Kant tentasse conciliar idéias racionalistas com empiristas a respeito da origem do conhecimento.

Partindo desse princípio de que a mente humana “arquiva” diversos tipos de conhecimento, o psicólogo Frederic Bartlett criou a noção de esquema (*schema*). Contudo, ele acrescenta o dado da particularidade intersubjetiva da formulação desses esquemas, pois, segundo Ferreira Júnior (op. cit.), o psicólogo compreende que a interpretação é resultado de um processo construtivo baseado na relação entre conhecimentos prévios e as informações recentes.

Essa última constatação justifica a instabilidade dos sentidos e dá respaldo à concepção anteriormente mencionada de que só se pode chegar a uma suposta estabilidade mediante um convênio entre crenças e valores partilhados pelos sujeitos e consoante determinados propósitos.

Tal plasticidade é, segundo Mondada e Dubois (2003), uma garantia de adequação contextual, tendo em vista que os conceitos são, freqüentemente, reelaborados, identificados e enquadrados em contextos de usos afins. Tudo em correlação com os “projetos de dizer”, viabilizando uma precisão dos efeitos de sentido destinados ao cumprimento de tarefa.

A constituição dessas versões da realidade que emergem nos discursos através dos objetos é, portanto, provisória, mas necessariamente situada. Tais procedimentos põem à margem de uma análise construtivista o dogmatismo do

sentido literal (imanentista, rotulista, etiqueteiro) e enaltece o discurso como o ambiente próprio das realizações lingüísticas.

Dentro dessa renovada perspectiva de estudos, em que se considera a referenciação não mais como uma forma de retomada puramente sinonímica e nem a língua é concebida mais, por consequência, como sistema *in vitro*, as investigações acerca dos estudos do fenômeno da anáfora foram além de sua tipificação e chegaram a uma descrição da natureza sócio-cognitiva do seu processamento semântico. Isso ocorreu, sobretudo, pela consideração de que segundo Marcuschi (2003b), *“a atividade referencial não parte do zero cognitivo, pelo contrário, pressupõe uma relativa estabilidade no seio social.”*.

Logo, uma tipificação precisa de como se devem considerar as diversas ocorrências deste fenômeno, conforme a natureza do seu processamento semântico, fazia-se necessária, ao que atende o trabalho de Mônica Cavalcante (2003). Nele, há uma série de categorizações dos procedimentos fóricos, em princípio, divididos em dois blocos, os procedimentos considerados referenciais puros (sem continuidade referencial) e os que realizam tal continuidade. A cumprir o papel dos primeiros, foram categorizados os usos dêiticos (pessoais, espaciais, temporais, e memoriais). Para o segundo caso, foram agrupados os fenômenos de (1) *anáforas com retomada* (dentro do que se enquadram os casos de anáfora co-referencial (total) – processos de co-significação, recategorização – e de anáforas parciais por co-significação); e de (2) *anáforas sem retomada*, chamadas *indiretas* (procedimentos de categorização de novos referentes, recategorizações lexicais implícitas e recategorização lexical simples), *encapsuladoras* e *encapsuladoras com dêitico*.

É interessante lembrar que, deste escopo descrito por Cavalcante (2003), esta investigação se volta aos casos de anáfora com retomada recategorizadora por expressão definida e aos casos de anáfora sem retomada *encapsuladoras* (com e sem dêitico).

Sobre este último caso, o dos encapsulamento, destaque-se a influência teórica que a pesquisa da professora Maria-Elizabeth Conte (2003) exerceu sobre esta investigação. Analisando encapsulamento anafóricos, Conte demonstrou como sintagmas nominais podem funcionar como paráfrases resumitivas, resultando num efeito que caracteriza o termo encapsulador (referente) como um argumento de dados posteriores a ele.

Conte considera, dentro de um nível sócio-cognitivo de análise, que os núcleos das expressões referenciais encapsuladoras se constituem de nomes axiológicos e que, por isso, representam um meio de manipulação do leitor. A partir disso, esta pesquisa considerou que a utilização dos encapsulamentos anafóricos revelaria uma postura argumentativa quanto ao modo como os veículos de comunicação de massa constroem suas versões acerca dos fatos noticiados.

Ainda considerando este mesmo nível sócio-cognitivo de análise textual-discursiva, considera-se o estudo de Graziela Zamponi (2003), a respeito de *anáforas associativas* e *nominalizações*. Nele, Zamponi (2003), à luz da semântica de eventos, distribui esses dois fenômenos considerando a teoria dos papéis temáticos desenvolvida por Chierchia (1997).

Para uma pesquisa sobre referência e argumentação, esse componente a mais (o da semântica de eventos) ganha relevância porque os papéis temáticos podem ser considerados como definidores dos componentes comunicativos, o que

significa que a sua explicitação (através das retomadas por nominalizações) deve apontar uma preferência argumentativa por parte de um locutor (explicitar tal aspecto seria uma opção prevista no seu “projeto de dizer” para alcançar suas pretensões comunicativas). Assim, por explicitar a noção de “eventualidade”, nesta dissertação, é adotada a abordagem de Zamponi (2003) referente aos processos de *nominalização*.

Destarte, todos esses posicionamentos de linha mais “construtivista” (no que diz respeito à negociação colaborativa dos sentidos dos referentes), à revelia dos formalistas, apontam, basicamente, para duas direções:

1. a realização discursiva de signos lexicais promove a formulação de identidades e autoriza indícios semânticos sobre os tópicos. A atividade de referenciação enquadra, pois, o(s) conteúdo(s) segundo convicções, pretensões (“projetos de dizer” – Koch, 2003: p. 35);
2. os referentes são argumentativamente elaborados, vez que, à medida que são reformulados, ocorre um trabalho subjetivo sobre o conteúdo das expressões, exercício que está atrelado a objetivos vários e pertinentes aos enunciadores.

Para conciliar esses dois vieses, este estudo aborda a atualização (referencial) de sentidos pelo léxico como um movimento sócio-cognitivo organizado. Trata o referido fenômeno como uma decisão do enunciador para desencadear um lastro de sentidos apropriados através do emprego de uma determinada expressão referencial. Isso abarca o caráter subjetivo da referenciação, ao passo que identifica um trabalho de atuação sobre um conteúdo com vistas a um fim específico.

E, no sentido ainda de promover essa conciliação, nesta pesquisa, são observados os fenômenos referenciais da *nominalização*, dos *encapsulamentos* e das *expressões nominais*. Mônica Cavalcante (2003) propõe uma classificação detalhada dos fenômenos referenciais, no que se incluem estes aqui mencionados, à exceção das *nominalizações*, tratadas em perspectiva teórica semelhante pela terceira autora.

No âmbito das continuidades referenciais (manutenção das bases referenciais dos textos com base no co(n)texto), Cavalcante situa o uso da **expressão nominal** como sendo uma retomada anafórica correferencial recategorizadora. A estudiosa compreende que, com a recuperação parcial ou correferencial de um referente através dos seus atributos, ocorre uma particularização do termo retomado, a partir do que se observa a enunciação de pontos de vista do locutor. Cavalcante lembra, ainda, que Shwartz (2000), outro autor que compartilha do seu ponto de vista, atribui a esse emprego referencial uma “função temática e remática”, exatamente como se pode perceber do exemplo:

N2, DM-GO, 04/10/2005, Última Hora

Tristeza

Adeus a Emilinha

Morre a cantora ‘Rainha do Rádio’ dos anos 40 e 50, famosa por suas marchinhas de carnaval
Da Agência Estado, do Rio de Janeiro

Emilinha Borba morreu no início da tarde de ontem, provavelmente em decorrência de problemas cardíacos, em sua casa no Rio. Rainha do Rádio, sucesso nacional nos anos 40 e 50, ela completara 82 anos em 4 de setembro. Fez uma festa na Sala Baden Powell, também para comemorar sua recuperação de um tombo que sofrera em junho e a deixou internada durante quase um mês.

Aqui, cada retomada de Emilinha Borba, além de encadear o texto com novas informações sobre o tópico, explicita versões, interpretações a respeito da cantora. São retomadas que traduzem, comentam um ponto de vista acerca da observação

da personalidade de Emilinha, como se cada expressão referencial explicasse (ou explicitasse) a noção introduzida pelo termo *Emilinha Borba*.

Quanto ao **encapsulamento**, Cavalcante defende a vocação anafórica “não-retomadora” deste fenômeno. Ela descreve o encapsulamento anafórico (com ou sem dêitico) como uma operação de “empacotamento”, em uma expressão referencial, de informações ou segmentos textuais anteriores ao termo referidor. Esse procedimento rotula o trecho referido e indica como se deve interpretar esse conteúdo.

Nas palavras da professora Maria-Elisabeth Conte (2003: p.178), o termo encapsulador se constitui de um sintagma nominal e “*funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto*”. Segundo ela, o termo encapsulador trata-se de um nome geral (axiológico ou avaliativo), que traduz uma ponderação ou categorização do termo referido, sendo, por isso, princípios de organização dos discursos, conforme a ocorrência seguinte:

R19, JC-PE, 07/10/2005, Economia

LEI KANDIR

Lula vai liberar R\$ 900 mi para compensação de perdas

BELO HORIZONTE e BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pôs fim a um capítulo da queda-de-braço entre União e Estados a respeito da Lei Kandir, afirmou ontem o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Segundo Aécio, Lula disse, em Belo Horizonte, que vai liberar os R\$ 900 milhões referentes a perdas de receitas estaduais com exportações. Mas a disputa pelos ressarcimentos continua.

A Lei Kandir garante às empresas isenção de ICMS para produtos exportados. À União, conforme a lei, compete compensar os Estados pela perda de receita que têm. O anúncio da liberação foi feito por Aécio, que deixou claro que a novela vai prosseguir, já que a anunciada garantia de pagamento diz respeito só à complementação deste ano. Lula não deu garantia para 2006.

Sobre o fenômeno da **nominalização**, adotando linha teórica semelhante e se voltando mais à semântica de eventos, Graziela Zamponi (2003: p. 122) trata desse mecanismo referenciador como

“um fenômeno em que um sintagma nominal transforma em referente o processo denotado por uma proposição, que, obviamente, não tinha esse estatuto anteriormente. Trata-se de uma operação que consiste em referir, por meio de um SN, a um processo ou estado que foi previamente significado por uma proposição”.

Nesta investigação, assume-se com Zamponi (op. cit.) a idéia de nomes eventivos. Em seu trabalho, ela compara esses usos ao processo de anáfora associativa actancial. Com isso, são contemplados como elementos referenciais os chamados substantivos *deverbais*, que são descritos pela literatura lingüística como *substantivo formado a partir de verbo por derivação regressiva pelo acréscimo das vogais –o, -a, ou –e ao radical do verbo*. Esse tipo de retomada ocorre em:

R19, JC-PE, 07/10/2005, Economia

LEI KANDIR

Lula vai liberar R\$ 900 mi para compensação de perdas

(...)

A Lei Kandir garante às empresas isenção de ICMS para produtos exportados. À União, conforme a lei, compete compensar os Estados pela perda de receita que têm. O anúncio da liberação foi feito por Aécio, que deixou claro que a novela vai prosseguir, já que **a anunciada garantia de pagamento** diz respeito só à complementação deste ano. Lula não deu garantia para 2006.

Mesmo com o anúncio do restante dos repasses deste ano, os Estados vão manter o protocolo que adotaram na última terça, pelo qual deixam de reconhecer os créditos das empresas exportadoras, até a liberação dos R\$ 900 milhões, apesar de o tucano dizer que vale a palavra do presidente.

Entretanto, outros nomes não-deverbais, mas indicadores de processos (“fatos verbais” não catalogados por Zamponi) também podem cumprir essa função de explicitação de evento, postulada pela autora. É o caso de *natação, agressão, nomeação, traição* etc, que carregam, em sua estrutura, sufixos designadores de ação ou de resultado dela (-ção e -(s)são). Nomes com essas terminações podem igualmente traduzir a determinação de um verbo enunciado de um segmento de texto anterior, explicitando-se esse evento, tal como o exemplo que segue:

R13, JC-RS, 05/10/2005, Reportagens

ECONOMIA

Fiat suspende investimento de R\$ 1,3 bilhão

A Fiat anunciou a suspensão do plano de investimento de R\$ 1,3 bilhão na fábrica de Betim (MG) devido à decisão dos estados de bloquear o reconhecimento e pagamento dos créditos a empresas exportadoras que são beneficiadas com a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevista na Lei Kandir.

São estes os fundamentos teóricos que norteiam as análises desta investigação. Acredita-se que uma observação mais atenta das formulações discursivas proporcionadas pela seleção de referentes pode denunciar um engendramento dos recursos da língua pela imprensa escrita para a manutenção do controle das opiniões do público leitor.

Nas análises, é explicitado como se procede à manipulação dos referentes argumentativamente. É quando, também, se mostra que a busca pela adesão de um público através da referenciação desmistifica o discurso de imparcialidade em que se envolve a ciência, já que a escolha dos itens referenciais realiza uma postura retórica de *justificativa* de posições.



A propalada “imparcialidade” na apresentação de fatos pela mídia ao seu público motivou a investigação a respeito de textos (não-prototipicamente argumentativos) de jornais impressos de diversas partes do país. Percebeu-se que, embora a estrutura rígida (canônica) dos textos preservasse a esfera do contexto dos acontecimentos noticiados (o quê?; quando?; por quê?; como?; quem?; onde?), a condução dos temas pela atividade referencial evidenciava um trabalho “tendencioso” sobre o conteúdo discursado.

Isso fez com que se passasse a investigar a hipótese de que existe uma natureza argumentativa embutida no fenômeno da referenciação que dá conta dessa manipulação de sentidos pela imprensa. Acredita-se, então, que, através da realização deste fenômeno, é possível atribuir novas “roupagens” aos conteúdos discursados e, assim, contribuir para a divulgação dos interesses dos veículos de comunicação e dos de quem a eles se vincula.

É por essa razão que este trabalho de pesquisa, ancorado numa concepção de língua que a concebe como fenômeno historicamente situado, realizado na intersubjetividade e, por isso mesmo, dependente de condições sócio-cognitivas, descreve a atividade referencial como fazer argumentativo, atrelado ao processamento discursivo de textos jornalísticos da imprensa escrita brasileira.

Assim, deseja-se, nesta investigação, demonstrar como as estratégias anafóricas de *nominalização*, *recategorização por expressão nominal (in)definida* e *encapsulamento* podem revelar o mencionado expediente de manipulação de sentidos.

Acredita-se que uma avaliação destas estratégias, dando conta desse *trabalho sobre o conteúdo*, acrescenta um dado significativo ao quadro de descrição da natureza destes recursos. Isso porque a maioria das pesquisas que descreve essas estratégias fóricas (Marcuschi e Koch, 1998; Koch e Marcuschi, 1999; Cavalcante, 2003) o faz apontando o processamento lingüístico-cognitivo das retomadas, mas não descreve a natureza argumentativa embutida em tal processamento.

Em uma segunda instância, isso significa dizer, também, que, uma vez concebida a referenciação como recurso de textualização de projetos de dizer, a “difundida” imparcialidade no tratamento de fatos pela imprensa não passa de uma mera falácia. Os textos jornalísticos, dessa forma, são passíveis de serem vistos como simples recortes de um fato, o que evidenciaria um enquadramento deste último quanto aos interesses envolvidos, do ponto de vista da produção das matérias.

Para embasar tal ponto de vista, recorreu-se a uma revisão de literatura a respeito de argumentação. A concepção que mais se afinou com a idéia central desta pesquisa foi a postulada por (Koch, 1999: p. 21), para quem a argumentação é constitutiva das atividades da língua(gem). E esse parecer implica na consideração da “*língua(gem) como uma forma de ação sobre o mundo*” (op. cit.), o que significa

que atitudes lingüísticas não podem ser desempenhadas de uma forma “neutra”, como se pressupõe, tradicionalmente, do fazer jornalístico.

Em consonância com esta visão, interessa ressaltar que é relevante o estudo do processo de referenciação não só pelo destaque que essa corrente angariou dentro da agenda de estudos lingüísticos, mas também pela relevância que esse fenômeno tem para a organização e o processamento discursivo nos eventos comunicativos. Ele pressupõe um trabalho intimamente ligado às condições culturais, sócio-ideológicas e históricas de uma comunidade lingüística tal como postulam Marcuschi e Koch (1998) e Koch e Marcuschi (1999).

Para examinar a pertinência dessas crenças que descredenciam o mito da imparcialidade jornalística e comprová-las, ao todo, foram coletados e analisados 40 textos, distribuídos entre *reportagens* e *notícias* (20 de cada gênero), que formam o *corpus* ampliado desta pesquisa. Estes textos foram recolhidos de quatro veículos do jornalismo impresso no Brasil, quais sejam: Folha de S.Paulo (SP), Jornal do Commercio (PE), Jornal do Comércio (RS) e Diário da Manhã (GO). De cada jornal, foram recolhidos 10 textos (seis por gênero).

Todos os textos foram divulgados durante a primeira semana de outubro de 2005 (compreendida entre 03 e 08 do referido mês). O primeiro passo da seleção das matérias foi a escolha de textos publicados sob uma mesma editoria em cada jornal. Assim, por exemplo, todas as notícias da *Folha de S.Paulo* (doravante FSP) aqui analisadas foram retiradas da sessão “*Folha Mundo*” e as do *Diário da Manhã* (doravante DM), da seção “*Última hora*”, assim como todas as notícias do Jornal do Commercio / PE (doravante JC-PE) foram extraídas da seção “*Internacional*” e as do Jornal do Comércio / RS (doravante JC-RS), da sessão “*Notícias*”.

Em relação às reportagens da FSP, selecionou-se a seção *Folha Brasil*; do DM, a *Brasil / Mundo*; do JC-PE, a *Economia*; e do JC-RS, a *Reportagens*. Essa postura foi feita visando-se a uma padronização das escolhas, a fim de não se denotar preferência por esta ou por aquela linha editorial.

Destes 40 textos, foram selecionados 12 (seis de cada gênero), para formar o *corpus* reduzido. A escolha das matérias que compõem este último número foi procedida de maneira aleatória.

Assim, como este trabalho de pesquisa tem como objetivo descrever a natureza argumentativa embutida na atividade referencial, preferiu-se trabalhar com gêneros não-prototipicamente argumentativos. Isso, além de distanciar nosso material de pesquisa da verificação do óbvio, possibilitou desmitificar a carapaça de imparcialidade de que se reveste o domínio jornalístico, mesmo no que concerne aos seus textos de caráter mais rígido, como são a *notícia* e a *reportagem*, objetos desta investigação.

Faz-se mister, no entanto, alertar que *este não é um trabalho cujo foco central seja o estudo dos gêneros textuais*. Isso implica dizer que não se pretende, aqui, desenvolver esforços em direção à descrição da estética das matérias do fazer jornalístico, tampouco mensurar ou tomar partido a respeito das práticas jornalísticas de quaisquer dos veículos em questão. Conquanto, inevitavelmente, deve-se relacionar a caracterização teórica (mais prototípica) dos gêneros aqui enfocados (a *reportagem* e a *notícia*) ao processamento textual / discursivo da atividade referencial empreendida nestes textos. Para subsidiar isso, foi inserido, no referencial teórico, um pequeno item de discussão teórica a respeito de gêneros e tipos textuais, o item 1.1.

Quanto aos dois objetos teóricos envolvidos nesta pesquisa (a *referenciação* – com a caracterização das mencionadas estratégias – e a *argumentação*), eles foram tratados, juntamente, no capítulo 1, dentre uma súmula das teorias em que se ampara esta investigação. Tal agrupamento deve-se à intenção de caracterizá-los como fenômenos solidários e concomitantes. Esta arrumação, à revelia de se dispor desses elementos em capítulos isolados, evita o equívoco de se interpretar que eles são elementos que se justapõem no processamento textual.

Para efeito de justificativa da postura teórica aqui sustentada, nesta fase do trabalho também são apresentadas abordagens diferentes sobre os referidos fenômenos envolvidos ao longo da história das pesquisas a seu respeito.

A propósito dessa renovação de saberes, esclareça-se que as transformações teóricas transcorridas nas pesquisas sobre *argumentação* e *referência* sob influência dos diversos paradigmas vigorados nos estudos sobre a língua foram apreciadas a partir de uma visão de progressivo aprimoramento do fazer científico no interior dos Estudos da Língua(gem). Considera-se que as significativas mudanças de paradigmas ocorridas na Lingüística foram e têm sido fruto da renovação das bases da agenda de pesquisas deste ramo de estudo, influenciada pelas interferências exercidas pelo momento histórico, tanto sobre os objetos de estudos como sobre o método de análise dos fenômenos.

Para a ilustração de alguns dados desse referencial teórico, foram distribuídos exemplos retirados do *corpus* restrito desta investigação. Isso foi feito para que se pudesse ilustrar com maior clareza o problema de pesquisa (a argumentatividade embutida nas formas referenciais), ao mesmo tempo em que tornou possível, nas análises, apontar esta ou aquela estratégia de retomada como uma instância

característica de um ou de outro gênero. Além disso, os *corpora* dispostos ao longo do capítulo teórico, servindo como exemplos das determinações aqui adotadas, justificam, como forma de constatação empírica, a escolha de tais noções.

Com isso, a disposição das explicações sobre os objetos teóricos aqui estudados construiu-se a partir dos aspectos constitutivos para os realizadores do processo de textualização. Ou seja, os esclarecimentos teóricos guiaram-se de uma explanação sobre argumentação, para culminar numa discussão sobre os procedimentos de referenciação. Vale lembrar que a referenciação está sendo tomada neste trabalho como elemento de textualização de sentidos, tal como a concebe Marcuschi (2003b).

Vale lembrar que, nesta instância, houve a necessidade de redimensionamento nos parâmetros teóricos vinculados à estratégia *nominalização*. Isso aconteceu porque, durante as análises, foram verificadas ocorrências que fugiam aos parâmetros convencionais de definição deste fenômeno, muito embora a forma de processamento das retomadas verificadas nos textos levasse a crer que os casos se tratavam, de fato, de *nominalizações*. Logo, saliente-se que, durante a explanação sobre as concepções basilares de descrição desta forma de retomada, encontra-se uma ressalva que aponta o novo aspecto verificado, a fim de que se justifique a preferência por uma ampliação da definição da descrição convencional adotada para a referida estratégia.

À sua vez, para efeito didático, as análises estão subdivididas por fenômeno (*nominalização, encapsulamento e expressões nominais (in)definidas*). Esse procedimento foi adotado para que se pudesse detalhar com maior clareza e

precisão as especificidades do fazer argumentativo, no que concerne a cada um dos mecanismos supracitados.

Dedica-se, nesta fase, um espaço de discussão para que sejam levadas em conta as questões mais evidentes do uso argumentativo das expressões referenciais. Assim, é conforme se afigurem os casos de retomada que se pleiteia um lugar para a descrição da natureza argumentativa da referenciação, para que esta seja incluída como aspecto significativo e constituinte da natureza dos fenômenos supracitados.

Nesse intento, optou-se, na maioria dos casos, pela ilustração com trechos dos textos do *corpus* restrito, embora o material completo esteja em anexo para proporcionar ao leitor a opção de realizar a leitura desses textos na íntegra, se assim o desejar. Este trabalho com segmentos de textos foi adotado para dar mais clareza e dinamicidade ao tratamento das noções teóricas aqui abordadas.

Importa, ainda, salientar que, ao longo das análises, deu-se preferência por tratar dos fenômenos gênero a gênero. Isso reflete a preocupação de se observar se os casos de ocorrência das estratégias (e o papel que elas desempenham na construção do discurso) são ou não característicos de um ou de outro gênero. Tal metodologia foi utilizada a fim de facilitar a observação das tendências discursivas das linhas editoriais, porque deixa à amostra o tratamento que cada jornal dá as temas e evidencia as estratégias utilizadas pelos veículos gênero a gênero para dar cabo às suas pretensões enunciativas.

Entende-se que a consecução de todo esse modo de sistematização de conteúdos é a compreensão do processamento referencial como procedimento de textualização de uma atividade retórica. Então, o produto da descrição empreendida

nesta fase é que deve corroborar para a tese de que *referir é argumentar*, observando que a referenciação é uma instância do processamento discursivo de textos jornalísticos que descredibiliza a suposta imparcialidade dos textos jornalísticos.

É, portanto, a partir do julgamento de que, nos textos noticiosos há a manifestação das linhas editoriais dos veículos em que circulam, que se postula que certas ênfases traduzem os interesses da instituição que os publicam. Postula-se, por isso, que o emprego dos *objetos-de-discurso* sanciona uma decisão acerca dos objetos-de-mundo tornados discursivos pelo sujeito enunciador.

Finalmente, considerando que um trabalho científico é importante para ajudar a tornar o ensino (neste caso, o de língua) uma prática humanizadora, destinou-se um capítulo desta pesquisa ao desenvolvimento de uma proposta de aplicação didática. Esta se volta para a inserção social a partir do instrumento de que os seres humanos dispõem para constituir a identidade dos seus semelhantes e a si mesmos, a língua.

Assim sendo, o último passo dado nesta investigação apresenta uma proposta de transposição das noções teóricas discutidas e dos eventos textuais empiricamente verificados. Objetiva-se, com isso, contribuir para estender os horizontes do escopo de práticas escolares que se utilizam dos textos jornalísticos como instrumento didático, já que o ensino tradicional de língua não dá conta de todo o potencial de utilização de textos desse domínio.

A necessidade de inserção desta etapa na pesquisa se deve ao fato de que a função social da escola é essencialmente a de formar cidadãos capazes de interagir, argumentar, formar opiniões e defender pontos de vista nas mais diversas áreas de

conhecimento. Afora isso, Koch (1999: p. 16) alerta sobre a importância da formulação de trabalhos sobre argumentação e sua aplicabilidade ao ensino de língua, dizendo:

“Em nosso meio, faltam ainda obras que, partindo de um estudo teórico sobre a argumentatividade da língua, busquem a aplicação desse estudo à análise e, por via de conseqüências, à leitura / produção de textos.”

Então, para que tais objetivos sejam alcançados, é de fundamental importância que, no domínio escolar, existam práticas que, quando adequadamente utilizadas, possam, de forma satisfatória, atender às metas almejadas para a boa formação do indivíduo.

Essa visão, por conseguinte, põe a produção de textos no lugar de culminância do processo de ensino-aprendizado de língua, sendo, pois, um fator preponderante no desenvolvimento das potencialidades lingüísticas dos estudantes. Sua execução, no âmbito escolar, é favorável à formação de seres humanos com as habilidades que se esperam deles em seu processo de aprendizagem e de atuação social.

O expediente de produção de textos, logo, é tomado por um dos métodos participantes desse percurso de aperfeiçoamento. Por isso, chama-se atenção para a necessidade de uma reformulação das estratégias didáticas empregadas junto ao alunado, para que a redação de textos e os seus modos de circulação na escola, não se reduzam ao tradicional “fim em si mesmo” (a prática tradicional meramente avaliativa).

A referida proposta de intervenção didática consiste na verificação de como o procedimento de condução / renovação de tópicos pela mídia pode auxiliar no desenvolvimento da competência argumentativa aprendizes da Educação Básica (evidencia-se, aqui, o Ensino Médio). O trabalho que se desenvolve, neste momento “de aprendizagem”, propõe-se ser um instrumento que possibilite o (re)conhecimento de recursos lingüísticos responsáveis pelo curso da atividade argumentativa por via da referenciação, além de se constituir como uma proposta de estudo, ensino e aprendizado de gêneros textuais.

Contemplou-se o Ensino Médio como etapa à qual se destina a proposta didática desta investigação. Esta decisão deu-se pelo fato de que é nesta fase da Educação Básica que a escola, convencionalmente, cobra um intensivo desenvolvimento da competência argumentativa. É por esse motivo que o trabalho com gêneros que lidem com estratégias de expressão de uma grande carga ilocucional, visando à persuasão, tais como os da publicidade, textos do domínio jornalístico e do domínio jurídico, pode auxiliar no alcance desse objetivo.

Acredita-se que uma proposta didática dessa ordem possa servir como base para a ilustração de possíveis formas de exploração de temáticas variadas, sendo, portanto, um espaço para que seja situada a *referenciação* como aspecto válido ao desenvolvimento da competência argumentativa, dentro de uma metodologia de trabalho construtivista focada em compreensão e produção textual.

Toda essa disposição metodológica, nesta investigação, caracteriza este trabalho (agora tomado como um todo) como uma pesquisa que não se destina a fins somente teóricos. O investimento na construção de uma proposta didática

sinaliza para a compreensão de que, em geral, o fazer científico deve visar a uma contribuição social mais imediata.

Portanto, a fusão entre o elemento teórico e a sua *práxis* – sobretudo no que concerne às práticas envolvidas na aprendizagem dos fenômenos estudados – torna-se relevante pelo objetivo maior de integrar a educação científica (no caso, a educação lingüística) à vida social dos usuários da língua.

No próximo capítulo, será vista, então, a etapa de identificação dos fenômenos *in loco*, acompanhada de explicação que aponta os procedimentos argumentativos embutidos na atividade referencial. O item seguinte traz uma caracterização detalhada das estratégias de referenciação que são enfocadas nesta investigação, observando suas ocorrências gênero a gênero. No transcorrer das análises e, mais aprofundadamente, em seguida a elas, há ponderações a respeito de como tais fenômenos se implicam no transcorrer da textualização.



As análises a seguir situam o fenômeno da referenciação na dimensão do fazer argumentativo, atividade estruturante do dia-a-dia discursivo. Entende-se que a atividade referencial, no jornalismo informativo, é um instrumento destinado à dissolução de diferenças de opinião entre locutor (jornalista / veículo de informação) e interlocutor (público leitor), buscando-se a adesão desse auditório à visão veiculada acerca do fato noticiado.

As verificações no *corpus*, conforme poderão ser acompanhadas, revelaram que a argumentatividade de que é dotada a referenciação situa-se no plano da *justificativa*, quando se observa um locutor preocupado em selecionar idéias para auxiliar na estruturação e na defesa de seu ponto de vista através da utilização dos referentes como objetos-de-discurso e não enquanto entidades reais do mundo.

3.1. O CASO DAS NOMINALIZAÇÕES

Nesta etapa das análises, são contemplados casos de *nominalizações* que corroboram para a tese de que a referenciação realiza um trabalho argumentativo sobre as opções dos locutores para representarem os conteúdos de *notícias* e *reportagens*. Mas, 3.1.1 e 3.1.2 não reproduzem um ao outro, simplesmente, como mera repetição de um trabalho descritivo. Preferiu-se a exposição de dados gênero a gênero, porque, conforme será observado, o fenômeno da *nominalização* apresentou diferentes facetas de realização, consoante o gênero em que fosse empregado para atualizar sentidos.

Acredita-se que essa diferença se deva aos propósitos para os quais se voltam *notícia* e *reportagem*, como recursos do chamado jornalismo informativo. E é por isso que aqui são exibidos casos de realização desta estratégia que aguçaram uma necessidade de ampliação no tratamento teórico dado a esse mecanismo de retomada de sentidos¹⁷.

3.1.1. AS NOTÍCIAS

O segmento de texto a seguir foi retirado de uma das notícias de nosso *corpus*. Ele traz (em destaque) uma ocorrência de nominalização:

N1, DM-GO, 03/10/2005, Última Hora

União Européia não define adesão turca

Os ministros de Relações Exteriores dos países da União Européia falharam em convencer a Áustria a abandonar suas objeções ao início de negociações para o ingresso da Turquia no grupo. (...)

Neste trecho, verifica-se que não há uma conexão explícita (direta) entre o termo sublinhado e um possível antecedente. O provável processamento de sentido da expressão se dá pelo nexos semântico com a expressão, *adesão turca*, contida no título. Mas estes dados seriam suficientes para se considerar esta ocorrência como um caso típico de anáfora indireta, não de *nominalização*, como aqui se o descreve.

No entanto, há de se observar que todo o contexto de produção da matéria (cf. anexos) remete à possibilidade de a Turquia **ingressar** no grupo que forma a União Européia. Este é um fato que salienta uma ligação nominal entre o ato de *ingressar* e o processamento desta atitude (o ingresso, como

¹⁷ Esses casos são mais evidentes nas notícias.

se nota no texto). Ademais, atendendo às características que tipificam a estratégia de *nominalização* como tal, o substantivo *ingresso* é um deverbais.

Um outro particular dessa retomada ora em análise, segundo a semântica de eventos, é o fato de que retomar ações, atividades em processamento pelo correspondente nominal (a estratégia de *nominalização*) caracteriza uma referência à eventualidade do contexto e salienta, no discurso, uma equivalência entre os papéis temáticos de evento e de argumento-evento. Isso implica dizer que, ao invés de se deixar implícita uma referência ao evento (como se fez no título da matéria), deu-se preferência à explicitação desse mesmo evento.

Nas palavras de Zamponi (2003: 124):

“Chierchia (1997) aborda a questão dos nomes eventivos quando trata das nominalizações, restringindo esse fenômeno ao domínio dos deverbais, cuja principal característica é fazer referência, diretamente, a eventualidade; derivando de um verbo, ou deverbais (± complemento / modificador) permite saturar todos os argumentos desse verbo, exceto o argumento-evento. E aqui se vê a utilidade dos papéis temáticos na caracterização semântica dos nomes derivados”.

Estes são dados a partir dos quais se pleiteia uma extensão da descrição do fenômeno da *nominalização*, para que este conceito possa abarcar casos como este, em que há uma clara predileção pela explicitação da eventualidade, conquanto não haja remissão a nenhum antecedente explícito. O emprego do substantivo deverbais *ingresso*, a despeito da forma verbal *ingressar* (que acarretaria, inclusive, um rearranjo no segmento mencionado), traduz, logo, uma decisão do autor por explicitar o evento

citado, demonstrando que este aspecto é mais importante de ser salientado na matéria.

Este mesmo aspecto do fenômeno da *nominalização* ocorre em:

N8, FSP-SP, 05/10/2006, Folha Mundo

INFÂNCIA

Ex-países comunistas são acusados

Estudo do Unicef nota segregação a deficiente

DA ASSOCIATED PRESS

Estudo encomendado pelo Unicef, agência das Nações Unidas para a infância, revela que 27 países que integravam o antigo bloco comunista continuam a **segregar** crianças com deficiências.

A segregação ocorre quando as crianças são abandonadas pelos pais ou quando os governos, em lugar de matriculá-las na rede escolar como forma de integrá-las à sociedade, acabam por fechá-las em internatos ou em estabelecimentos especializados. (...)

A partir de um enfoque mais textual-discursivo, pode-se perceber que, em **segregação**, encontra-se um caso de *nominalização*. Com o citado termo anafórico, procede-se à denominação de um fato (o ato de segregar), anteriormente mencionado. **Segregação**, indicativo de processo ou atitude (sob uma forma substantivada), evidencia, portanto, o evento suscitado a partir do termo actancial anaforizado “segregar”.

Tal “eventualidade”, tornada evidente, atesta a opção por se enfatizar o processo em detrimento da atitude. Deduz-se disso que estão em xeque as estratégias adotadas por tal método de exclusão e tudo o que se envolve no próprio processo de segregação.

Esta é uma estratégia que traduz uma decisão por deixar mais claro tudo o que se envolve nas “maneiras de se discriminar” e, de fato, é o que se observa ao longo do texto, através do qual se procede a uma descrição do programa de segregação adotado pelos ex-países comunistas (para mais

detalhes cf. anexos). Trata-se de uma maneira de garantir um acesso mais direto / seguro aos sentidos do texto, ao mesmo tempo em que a entidade autoral credita um espaço maior para a manipulação de dados conforme a necessidade do autor / entidade autoral.

Isso significa dizer que a *nominalização* pode ser vista como uma estratégia que favorece uma fuga à estrutura rígida, canônica da notícia. Com ela, o autor consegue passar por entre as brechas da suposta imparcialidade jornalística, fornecendo pistas ao leitor dos textos acerca dos sentidos que precisam ficar em evidência, a depender dos interesses da entidade autoral do texto.

Este caso de **N8**, assim como em **N1**, corresponde ao mencionado *trabalho sobre o conteúdo*, concorrente da prática argumentativa de manipulação de sentidos. Atente-se, entretanto, para o fato de que em **N8** já não se verifica um dos problemas observados no caso anterior, quando não se tinha um antecedente explícito que saturasse o sentido da expressão anafórica. Em **N8**, claramente se percebe a âncora à qual remete o termo *segregação*.

Importa considerar, ainda, uma outra dúvida que se afigura, ainda sobre este caso: perceba-se que o anafórico em questão não se trata de um deverbal. Isso, do ponto de vista lexical, descredibilizaria a rotulação desta estratégia pela terminologia *nominalização*. Não obstante, com o referido termo, designa-se um processo por intermédio de um nome. Esse evento também é explicado por Zamponi (2003: 130):

“Podemos identificar, pelo menos, duas visões do fenômeno: uma semântica, que trata o fenômeno do ponto de vista léxico, e outra textual-discursiva, que abriga sob o rótulo de ‘nominalização’ a designação de um processo por meio de um nome, tributário, não sendo obrigatório que ele seja morfológicamente derivado de um morfema verbal ou constitua um hiperônimo desse processo.”.

Logo, atribuir o rótulo de *nominalização* ao caso de **N8** é uma consideração válida, uma vez que a descrição do fenômeno admite as duas possibilidades de tipificação mencionadas por Zamponi (a da semântica de eventos e a da abordagem textual-discursiva). Em primeiro lugar, porque o termo referente se trata de um eventivo, pois constitui um explicitador do papel temático de argumento-evento; em segundo lugar, porque se apresenta como uma retomada por um nome designador de processo.

Estes dois exemplos em que figura o fenômeno da *nominalização* exemplificam o parecer de Zamponi (op. cit.), que apenas considera como *nominalizações* “as anáforas realizadas por deverbais, hiperônimos ou nomes que possam constituir paráfrases semanticamente predizíveis do significado da seqüência precedente.”, ou que sejam inferíveis a partir de dados obtidos do evento enunciativo.

3.1.2. AS REPORTAGENS

Observe-se o trecho de reportagem abaixo:

R10, FSP-SP, 07/10/2005, Folha Brasil

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ CASO CELSO DANIEL

Gilberto Carvalho teria relatado esquema de corrupção; acareação será no dia 26

Irmão de prefeito morto diz que assessor de Lula mente

HUDSON CORRÊA

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

O professor de economia Bruno Daniel, 52, irmão do prefeito petista de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002, confirmou ontem à CPI dos Bingos **ter ouvido de Gilberto Carvalho**, chefe-de-gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, [um relato](#) sobre corrupção na prefeitura com arrecadação de propina para o PT.

(...)

"À saída da missa, nós tivemos essa conversa em que Gilberto Carvalho relatou que, numa das oportunidades, chegou a encaminhar a São Paulo, ao deputado José Dirceu [PT], a quantia de R\$ 1,2 milhão", disse Bruno Daniel.

O depoente confirmou a versão que seu outro irmão, o oftalmologista João Francisco Daniel, apresentou à CPI em setembro. João Francisco afirmou ter ouvido em três conversas diferentes a história de Carvalho.

O chefe-de-gabinete de Lula falou à CPI em 15 de setembro e **negou ter feito tais afirmações**. [O depoimento](#) foi a portas fechadas (a pedido dele) e, por isso, não há mais detalhes. "Carvalho não falou a verdade", disse Bruno Daniel, ontem.

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), marcou para o próximo dia 26 uma acareação entre Carvalho e os irmãos de Celso Daniel a fim de saber quem fala a verdade.

(...)

Aos senadores, Bruno Daniel disse que a princípio não quis mencionar [o relato](#) ouvido de Carvalho. "Não era necessário que eu viesse a público me expor. No entanto, quando o deputado José Dirceu moveu um processo contra o meu irmão [João Francisco], eu não podia deixar de aparecer como testemunha."

A primeira retomada (com o referente [relato](#)) pode ser processada a partir da leitura da âncora no subtítulo da matéria situado acima do título: **"Gilberto Carvalho teria relatado esquema de corrupção"**. Esta é uma retomada que caracteriza a *nominalização*, quando se procede, nos termos de uma semântica de eventos, à simples substituição do argumento-evento (todo o conteúdo oracional). Isso significa que houve a explicitação direta da "eventualidade" no procedimento enunciativo, dando-se preferência à explicitação desse mesmo evento.

O fato de o sintagma em questão estar inserido por um artigo indefinido apenas reforça o caráter introdutório do primeiro parágrafo do texto. Essa atividade modalizadora pode proporcionar ao seu provável leitor um trabalho de compreensão mais seguro numa tentativa de fazer com que ele possa se situar ante o fato noticiado, do mesmo modo em que se confere uma carga de dramaticidade e suspense à situação relatada.

Essa retomada, da forma como está construída (sintagma nominal indefinido) também abre espaço para a inserção de novos dados na matéria, trazendo à tona não só o caráter investigativo do gênero, mas também proporcionando o enquadramento do fato noticiado em uma ótica específica: a perspectiva política.

É o caso, então, de caracterizar o gênero *reportagem*, embora como um texto de informação (à semelhança da notícia), como um artifício do jornalismo informativo em que se pode, com certa continência, expressar a subjetividade, em comparação à notícia. O jornalista, através desse espaço de que dispõe, limita a construção do quadro noticiado sob um enquadre específico voltado aos propósitos de persuasão do público leitor das idéias ali expostas, exatamente como se procedeu com a retomada por nominalização pelo sintagma um relato.

Esse efeito de introdução de sentidos já não se nota na última retomada por *nominalização* verificada no texto. Mais uma vez, dá-se preferência a se deixar evidente o fato através do seu correspondente deverbal. Mas o substantivo relato vem precedido, desta vez, pelo artigo definido. Isso dimensiona a referência da situação discursada a um fato que já

é de conhecimento público, não sendo mais um item a ser desvendado no *devir* da matéria.

Outro dado interessante é que esta última retomada não é co-referencial da primeira, quando se nominaliza por indeterminação (indefinição de uma noção que se está acabando de introduzir num texto). Embora, como já se disse, o termo um relato se relacione com a expressão-âncora “Gilberto Carvalho teria relatado esquema de corrupção”, o novo referente, o relato, se identifica com todo o contexto descrito em “À saída da missa, nós tivemos essa conversa em que Gilberto Carvalho relatou que, numa das oportunidades, chegou a encaminhar a São Paulo, ao deputado José Dirceu [PT], a quantia de R\$ 1,2 milhão”.

Logo, embora ambas as referências tenham, em essência, a mesma noção-fonte (o acontecimento-central noticiado), elas se afastam quanto aos seus aspectos constitutivos. A grande diferença entre as duas retomadas é a de que, em uma delas (a primeira), ainda se está criando o ambiente textual para a explicitação do fato; em outra (a segunda), o fato já é de domínio público, o que já permite a sua determinação através do artigo definido.

Cabe, neste momento, a explicação de Koch (2002, p. 21), que esclarece que, “no texto escrito, alguém se fixa como locutor, fixando o(s) outros(s) como destinatário(s)”. Esse particular tende a auxiliar na estereotipização do texto jornalístico escrito como dotado de um *juízo de*

*verdade*¹⁸ e contribui para a referida legitimação pública da posição defendida pelos veículos a respeito dos fatos noticiados.

Tal postura decorre do trabalho com / sobre informações empreendidas no jornalismo, que se destina ao propósito de legitimar opiniões a respeito de fatos (Memória Globo, 2004). Sobre isso, Corrêa (2002, p. 76) afirma:

*“se isso que se chama opinião pública pode ser forjado por diversos veículos, é de se esperar que caiba a cada um deles construir de uma certa forma os **fatos**. Obviamente, o alcance desses veículos é diferente, e essa diferença se deve aos interesses que sustentam uns e outros. Pode-se, pois, afirmar que o **fato** tal como o recebemos como notícia é uma **construção**”.*

E é essa mesma construção que se faz perceber na retomada pelo termo sintagmático o depoimento. Ele se ancora no encapsulamento (cf. o item 3.2) o depoente, referente a Bruno Daniel. Além disso, o nome tributário assinalador de atividade (ato de prestar testemunho) enquadra todo o processo a que foi submetido Bruno Daniel, por ocasião da CPI dos Bingos.

Essa explicitação de evento confere ao acontecimento noticiado um caráter de “fato oficial”, dada a sua importância nos trâmites jurídicos. Ela também acrescenta a importância da declaração pública prestada pelo economista e irmão do ex-prefeito petista do município de Santo André-SP, convertendo a situação noticiada ao âmbito dos interesses nacionais.

Nota-se, pois, um trabalho sobre um conteúdo, à proporção que se informa, que se narra um acontecimento. Essa manipulação em reportagens ocorre à semelhança das notícias, conquanto no primeiro gênero haja um

¹⁸ Uma vez que a possibilidade de questionamento(s) ao(s) efeito(s) da(s) manobra(s) discursiva(s) sobre um fato só se torna possível num tempo de ação posterior à produção e à leitura do texto.

espaço maior para a expressão de uma criatividade por parte da entidade autoral para construir seus discursos sobre os fatos relatados.

Em Faria (1991), há uma declaração do jornalista Ricardo Kotscho sobre essa “liberdade” de formatação do gênero reportagem. Ele menciona como um repórter age para noticiar um fato, comentando a respeito da possibilidade de envolvimento com o acontecimento narrado. Ele adota como pilar essencial da produção de uma reportagem a “dosagem” de *informação e emoção*.

Quanto a isso, Kotscho (apud Faria, 2001) se refere à possibilidade de o jornalista perceber subjetivamente um episódio para, com isso, poder apresentá-lo com mais precisão. Diante desse quadro, a informação passa a ser um instrumento de mudança de um quadro social, ficando patente a formulação dos conteúdos, conforme as pretensões enunciativas do jornalista.

Por essa razão, é pertinente a consideração de Koch (2002, p. 27):

“Não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção (...) É nesse sentido que se pode afirmar que a linguagem é constitutiva das próprias possibilidades de significação.”

Dessa forma, as condições de circulação do gênero reportagem, em um domínio midiático de utilidade pública, e a busca por um relato objetivo, que culmina na persuasão, determinam os usos lexicais a serem efetuados no texto em função de um acesso seguro de sentidos. Isso para que o leitor possa aderir às demandas ideológicas de informação contidas em uma matéria. As ponderações procedidas no encadeamento referencial, uma vez

que se apropriam de um fato de forte repercussão pública, representam, ou (re)constroem um estado de coisas do mundo.

E essas mesmas questões são as que interferem na referenciação observadas no segmento de texto seguinte:

R13, JC-RS, 05/10/2005, Reportagens

ECONOMIA

Fiat **suspende** investimento de R\$ 1,3 bilhão

A Fiat anunciou a suspensão do plano de investimento de R\$ 1,3 bilhão na fábrica de Betim (MG) devido à decisão dos estados de bloquear o reconhecimento e pagamento dos créditos a empresas exportadoras que são beneficiadas com a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevista na Lei Kandir. (...)

Têm-se, aqui, uma retomada por *nominalização*. Embora não se observe um deverbal com núcleo da expressão referente, um nome indicativo de processo ocupa esse lugar, garantindo a explicitação do argumento-evento do título. Observe-se que a objetividade no tratamento do tema cedeu lugar à dramaticidade relacionada à suspensão do investimento anunciada no título: a composição de todo o sintagma nominal do referente acentua a noção de *desejo* e a quantia relacionada à concretização disto.

Este uso particular realça as perdas a serem sofridas com a atitude tomada pela montadora de automóveis, em função de uma nova política de concessões que ora se afigura: a Lei Kandir. Mas, veja-se que o processamento da atividade referencial por *nominalização* exercida, tanto nesta reportagem como nas anteriores, não oferece maiores dificuldades à saturação do termo referido, diferentemente do que se verificou nas notícias.

Cabe, agora, uma ponderação a respeito dos gêneros, a fim de se buscar uma explicação no que concerne a este problema: acredita-se que com a estratégia de *nominalização*, nas notícias, busque-se atender a uma demanda maior, no que diz respeito a um fluxo de informações. As notícias, em relação às reportagens, se revestem de um caráter objetivo maior, tendendo à narração superficial de um fato, o que já não ocorre com reportagens, que cumprem um expediente mais *laborioso* de relato de investigação e enquadramento mais amplo dos fatos.

O caso de **R13**, por exemplo, em que se enquadra um fato sob a ótica econômica, permite que o ato de suspensão da Fiat ganhe importância e abrangência nacional. Vê-se essa possibilidade de enquadramento / universalização como uma vantagem da *reportagem* sobre a *notícia*, no que diz respeito ao tratamento dos fatos por via da atividade referencial.

Essa condição que se afigura na reportagem evita que o jornalista caia no equívoco de superdimensionar um fato pelas suas repercussões em nível regional. Isso significaria incorrer na indesejada parcialidade. Então, pode-se dizer que a carapaça apenas aparente de estilo neutro e a também aparente renúncia à opinião destina-se a aumentar a credibilidade junto ao público leitor ante a descrição do fato, em contraste com um possível estilo argumentativo sensacionalista.

Isso ainda proporciona, agora em termos de abordagem da referenciação, um cenário mais claro de tratamento dos fatos. Busca-se, com isso, oferecer ao leitor um alicerce mais seguro do processamento referencial pretendido, o que já não ocorre nas *notícias*. Nelas, verificaram-se casos de

retomada por *nominalização* sem âncora explícita e outras ocorrências em que se apresentaram apenas dados que contribuíam para a saturação dos referentes-fonte.

É possível que as estruturas composicionais dos gêneros textuais *reportagem* e *notícia* também interfiram nesta questão. No seio social, a *notícia* deve se ocupar de uma atividade muito mais objetiva e imediatista do que a *reportagem*. Ela deve prestar conta de um acontecimento e de tudo o que se envolve no momento em que a situação noticiada ocorreu, diferentemente da reportagem, em que se dá conta disso e do entorno, dos fatos externos que motivaram ou que se relacionam com o acontecimento.

Outro dado relevante a ser mencionado é que, dado esse seu caráter mais imediatista, a *notícia* tende a sofrer muito mais com o já mencionado efeito de periodicidade, dadas as limitações de sua *constituição genérica*. Na *reportagem*, embora a periodicidade também interfira na sucessão das matérias, garante-se a possibilidade de detalhamento da situação relatada (no que se inclui uma retrospectiva dos fatos) por esse particular da liberdade maior para criação que se tem nesse gênero (como se verificou em **R10**, por exemplo).

O exemplo abaixo encerra estas discussões (texto integral):

R19, JC-PE, 07/10/2005, Economia

LEI KANDIR

Lula vai liberar R\$ 900 mi para compensação de perdas

BELO HORIZONTE e BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pôs fim a um capítulo da **queda-de-braço entre União e Estados** a respeito da Lei Kandir, afirmou ontem o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Segundo Aécio, **Lula disse, em Belo Horizonte, que vai liberar os R\$ 900 milhões** referentes a perdas de receitas estaduais com exportações. Mas a disputa pelos ressarcimentos continua.

A Lei Kandir garante às empresas isenção de ICMS para produtos exportados. À União, conforme a lei, compete compensar os Estados pela perda de receita que têm. O anúncio da liberação foi feito por Aécio, que deixou claro que a novela vai prosseguir, já que a anunciada garantia de pagamento diz respeito só à complementação deste ano. Lula não deu garantia para 2006.

Mesmo com o anúncio do restante dos repasses deste ano, os Estados vão manter o protocolo que adotaram na última terça, pelo qual deixam de reconhecer os créditos das empresas exportadoras, até a liberação dos R\$ 900 milhões, apesar de o tucano dizer que vale a palavra do presidente.

Na primeira retomada, a disputa, reitera-se por um deverbal (estrutura canônica da nominalização) a expressão metafórica **queda-de-braço**, do primeiro parágrafo. Também as retomadas seguintes se desencadeiam por um processamento simples: em o anúncio da liberação, retoma-se o argumento-evento **Lula disse, em Belo Horizonte, que vai liberar os R\$ 900 milhões**, que é uma operação co-referencial de o anúncio do restante dos repasses.

Nessas três situações, percebe-se uma preocupação em evidenciar uma polêmica através da enunciação nominal do próprio fato causador da polêmica. Observe-se também que a primeira das três *nominalizações* tende a explicitar ainda mais essa condição “polemizadora” das retomadas, vez que seu termo-fonte se constitui por uma alusão metafórica aos entraves ocorridos nos estados pela sanção da nova Lei.

As *nominalizações*, portanto, credenciam um acesso mais seguro aos sentidos e asseguram a possibilidade de trabalho sobre um conteúdo por parte da entidade autoral, ante a demanda de fatos, com o que se busca a

adesão de uma público leitor. Nesses casos, o trabalho argumentativo trata da ligação estabelecida entre subjetividades (locutor x leitores) e o conteúdo formulado conforme o repertório cognitivo presumido de ambos.

Deduz-se, enfim, que as operações de retomada por nominalização em reportagens ligam-se ao dado que os manuais de redação dos veículos de comunicação chamam de *estilo*, mais propício lugar de criação nos gêneros. Acredita-se que, em se tratando de um domínio de comunicação pública, como o *jornalístico*, os gêneros se apresentam como atualizadores dos propósitos argumentativos do veículo e do interlocutor nunca ingênuos no processo enunciado que se encontram envolvidos.

A seguir, serão tratados os casos de encapsulamento anafórico, apontando-se para o potencial argumentativo dessa estratégia de referenciação.

3.2. O CASO DOS ENCAPSULAMENTOS

Aqui, como na fase anterior, são apresentados trechos do *corpus* que ilustram retomadas, desta vez dando enfoque aos *encapsulamentos*. Postula-se que esta, em comparação à *nominalização*, seja uma estratégia através da qual se torna mais evidente a manipulação de recursos lingüísticos pelos jornalistas a fim de se conseguir a adesão de um público amplo, porque serve de movimento discursivo que orienta interpretações a respeito de idéias antecedentes.

Ao mesmo tempo, a partir das análises dos casos, expõe-se que, embora se descreva a realização deste fenômeno em gêneros distintos, os efeitos buscados com o emprego desta estratégia são correlatos: apresentam um caráter resumitivo, rotulador. O que justifica, então, a segmentação desta fase das análises por gênero é o fato de que a argumentação pelas formas referenciais provoca, em cada gênero, uma fuga aos seus padrões tradicionais de configuração. Esse novo dado deslocou o foco das observações para dois novos aspectos a serem observados: os padrões de subjetividade e objetividade e os de *genericidade*, de acordo com o que se poderá examinar a seguir.

3.2.1. AS NOTÍCIAS

Ao se proceder à leitura do trecho de notícia a seguir, deve-se perceber que as retomadas da idéia “*crianças com deficiência*” não são pressupostas de um simples trabalho cognitivo-descritivo do locutor em relação ao conteúdo relatado, mas caracterizam um vínculo emocional (por assim dizer) entre o autor e o termo referido:

N8, FSP-SP, 05/10/2006, Folha Mundo

INFÂNCIA

Ex-países comunistas são acusados

Estudo do Unicef nota segregação a deficiente

DA ASSOCIATED PRESS

(...)

Em suas 64 páginas, o trabalho constata que, nesses países, existem hoje **317 mil crianças deficientes** em internatos ou freqüentando escolas reservadas apenas para elas. É um número quase idêntico ao que existia nos tempos do comunismo.

Isoladas, essas crianças tendem a se manter segregadas na vida adulta e a "sofrer com a negação dos direitos humanos". O Unicef está em campanha pelo fim da segregação contra deficientes.

A primeira retomada, um número, relaciona-se, não resumitiva, mas axiologicamente com a expressão estendida antecedente **317 mil crianças deficientes**. O termo referente efetua uma paráfrase do termo fonte realçando um de seus aspectos constitutivos, a “numeralidade”, dando-lhe uma interpretação contábil e, com isso, estabelecendo uma ponderação valorativa do termo-fonte.

Trata-se de uma avaliação da representatividade percentual do quadro tecido no primeiro período do segmento de texto destacado. Esse expediente acentua a dramaticidade desse problema de violação dos direitos humanos, quando “traduz”, em números, os sujeitos alijados do sistema social dos países componentes do ex-bloco comunista.

Atente-se, com isso, para o fato de que, se apenas for considerado o caráter resumitivo da expressão encapsuladora, em muito se reduzirá o campo de observações do potencial discursivo de tal retomada. Do contrário, atentando para essa marca de orientação discursiva, pode-se dizer, à luz de Conte (2003), que o termo encapsulador se torna o argumento de predicacões posteriores.

Isso significa que, ao mesmo tempo em que se procede a essa atividade de etiquetagem de fundo ilocutório, compacta-se todo um fato relatado sob um rótulo atributivo que realça apenas um dos seus aspectos constitutivos da situação relatada. Ocorre que os aspectos constitutivos deixados em evidência são aqueles que servem ao interesse da entidade autoral.

Assim, a dramaticidade do quadro tecido prossegue pela universalização das vítimas da segregação pelo termo genérico crianças (com o que se acentua o caráter de inocência), introduzido pelo orientador dêitico essas. Essa operação evidencia a criação e introdução de um referente na dinâmica do texto, na co-textualidade (aspecto que particulariza o *encapsulamento* dos outros tipos de retomada anafórica) e favorece a acoplagem do determinante demonstrativo, como bem ressalta Conte (2003: p. 183):

“Defendo que é essa natureza estabelecadora de referente do encapsulamento anafórico que favorece a recorrência de determinantes demonstrativos em vez do artigo definido.

*(...) O demonstrativo (por seu intrínseco poder dêitico) apresenta um objeto textual novo ao leitor, ou o põe em foco. (...) Quando o nome encapsulador é axiológico, o determinante demonstrativo é quase inevitável, já que existe um tipo de afinidade eletiva (*Wahlverwandtschaft*) entre demonstrativos e termos avaliativos (axiológicos).”.*

E, em particular para o caso do encapsulamento por essas crianças, note-se que ele se procede pela escolha do lastro de sentidos vinculado à fragilidade psicossocial desses seres humanos. O dêitico aspectualiza o sentido universal do termo “criança”, vinculando-o à condição de fragilidade dos sujeitos vitimizados apresentada no co-texto: a deficiência.

Então, temos as seguintes possibilidades de *lastros* de sentido:

Tabela 1: lastros das referências aos segregados (encapsulamento com e sem dêitico)

SEM DÊITICO		COM DÊITICO	
Núcleo	Lastro de sentidos	Núcleo	Lastro de sentidos
CRIANÇAS	Inocência	ESSAS CRIANÇAS	Inocência
	Ingenuidade		Ingenuidade
	Pouca idade		Pouca idade
	Que precisam de orientação moral		Que precisam de orientação moral
			Que têm necessidades especiais

Os processos de encapsulamento do próximo texto também podem ser percebidos como modalizações retóricas de um conteúdo noticiado:

N15, JC-RS, 07/10/2005, Notícias

INTERNACIONAL

Seis africanos clandestinos morrem na fronteira

(...)

A representante do governo espanhol, María Teresa Fernández de la Vega, confirmou ontem que os imigrantes que entraram clandestinamente na Espanha pela fronteira com o Marrocos serão repatriados.

A primeira vice-presidente do Governo afirmou, em entrevista coletiva no enclave espanhol de Melilla, que **os ministérios de Assuntos Exteriores, do Interior, do Trabalho e de Assuntos Sociais, trabalham na operação de repatriação ao Marrocos de um primeiro grupo de imigrantes**. Ela não especificou o número ou nacionalidade dos imigrantes que estão envolvidos *nesta ação*. Nem informou se *a medida* afetarà aos clandestinos que cruzavam a fronteira à força.

A recuperação de segmento textual efetuada pelo demonstrativo dêitico *esta*, em *nesta ação*, aponta para todo o segmento anterior, explicitando a natureza intencional da atividade desempenhada pela junta de autoridades espanholas. Esse movimento dêitico-argumentativo caracteriza-se como uma **definição**. Conforme Morel (1988, apud Faria, 2004), essa operação compõe o escopo de movimentos argumentativos de segunda classe, pois são voltados para o enunciado do próprio locutor, e ocasionam um esclarecimento do domínio referencial do locutor ao seu público em relação ao fato tematizado.

Assim, o procedimento referencial de nesta ação emana do domínio do co-texto, diferentemente do que se nota em a medida, sintagma precedido por um determinante definido, com o que se atribui uma denominação mais genérica ao programa de repatriação. Essa ampliação de lastro de sentidos acentua a necessidade de recorrência ao “*sentido velho*” para que se possa compreender o novo dado acrescentado pela expressão referencial. Mas a referenciação operada por a medida está implicada, ainda, no conceito particular de “medida” que o interlocutor tem e que é incitado à ativação pelo autor da matéria.

Isso indica que o *rótulo* com o qual se encapsula um segmento de texto indicia como o autor da matéria espera que o conteúdo resumido seja interpretado. Sobre tal operação, Cavalcante (2003: p. 115) revela: “*Todas as anáforas encapsuladoras resumem uma porção textual e rotulam-na, indicando ao co-enunciador como se espera que o conteúdo resumido seja interpretado*”.

Ou seja: na primeira retomada, com nesta ação, salienta-se o desempenho das atribuições administrativas dos cargos de poder envolvidos e sua influência no exercício de suas funções (o que abona legalmente, aos olhos da opinião pública, a manobra de repatriação dos imigrantes). Já no segundo caso, com a medida, deixa-se evidente o caráter emergencial da providência tomada por meios legais, conduzindo-se a crer que o procedimento de repatriação é um tema relevante ao ponto de ser submetido ao consenso de uma junta de autoridades incumbida de lhe cassar a eficácia ou a convertê-lo em lei.

Já no exemplo abaixo, evidencia-se um caráter processual bem próprio de atividades decisórias de repercussão pública, numa tentativa de conduzir o leitor à crença de que as decisões tomadas a respeito da composição da Carta Constitucional Iraquiana tiveram respaldo deliberativo:

N14, JC-RS, 06/10/2005, Notícias

INTERNACIONAL

Assembléia iraquiana recua sobre referendo

Depois de forte pressão da ONU, dos EUA e de líderes árabes sunitas, a Assembléia Nacional Iraquiana reverteu ontem a decisão adotada no domingo sobre o referendo em que a população decidirá, no dia 15, se aceita o texto da nova Constituição. A atual legislação prevê que a Constituição será aprovada se tiver o apoio de mais de 50% dos eleitores que forem às urnas e não for vetada por dois terços dos votantes em pelo menos três províncias.

No domingo, os parlamentares haviam modificado essa lei e determinado que a Carta só poderia ser vetada por dois terços de todos os cidadãos com direito a voto – um patamar praticamente impossível de ser alcançado. (...)

Embora a expressão marcada não processe uma retomada anafórica (não há, na superfície textual, uma âncora anterior ao termo à qual ele possa se remeter), percebe-se que o sentido da expressão destacada pode ser saturado a partir da leitura do segundo parágrafo, onde se relata o que esteve envolvido no processo de *decisão*.

O caso particular desta retomada, então, merece uma atenção a mais. Neste momento, percebe-se uma necessidade de recorrência a dados extra-textuais e aos que se envolvem no contexto de circulação do gênero notícia.

Em primeiro lugar, saliente-se que o fato noticiado foi pauta de diversas edições de jornais diários no Brasil e no mundo. Isso significa que a população foi continuamente bombardeada pelas informações insurgidas a respeito da promulgação da constituição iraquiana, o que atesta que este foi um assunto de domínio público.

Em segundo lugar, é preciso saber dos textos noticiosos, tais como os gêneros *notícia* e *reportagem*, a sua propriedade de encadeamento episódico dos fatos. O reconhecimento do tema é fundamental para um esclarecimento

do tratamento que se dá a ele ao longo da matéria. Por isso mesmo, para que não haja uma interpretação parcial / “fracionada” a respeito dos fatos noticiados, é necessário que se tenha em mente os dados levantados em matérias anteriores.

Por essa razão, é possível dizer que esta postura de se pospor o termo-fonte ao termo referente (configurando, portanto, uma catáfora), conforme se observa em N14, alia-se a uma manobra de fidelização da clientela do veículo de informação. E o leitor que vem acompanhando, diariamente, os fatos (sobretudo os que já estão familiarizados com a ótica do jornal em questão), tende a saturar com maior facilidade o sentido do termo catafórico, antes mesmo que, a partir da leitura do segundo parágrafo, ocorra a associação entre o termo referido e o termo referente¹⁹.

3.2.2. AS REPORTAGENS

As análises, neste tópico, revelam que o teor argumentativo dos *encapsulamentos* não só servem de movimento discursivo que orienta interpretações a respeito de idéias antecedentes, como também aparentam mais claramente a manipulação de dispositivos da língua pelos jornalistas, em relação ao que se percebeu nas *notícias*. Acredita-se que esse comportamento diferencial ocorra porque, à revelia da forma engessada da *notícia*, a *reportagem* apresenta um já mencionado caráter investigativo e que proporciona o enquadramento dos fatos, dando espaço à expressão da subjetividade da entidade autoral.

¹⁹ O leitor alia os seus conhecimentos sobre a expectativa que ele pressupõe do gênero e de suas condições de circulação ao que ele sabe do assunto em pauta, juntamente com as expectativas a respeito do tratamento que tal veículo costuma dar ao tema.

E é a essa motivação inquiridora que se atribui o farto emprego dessa estratégia de referenciação em *reportagens* a despeito das *notícias*. Julga-se que um espaço maior para criação que há no primeiro gênero proporciona um tratamento temático mais indutivo, do que se infere uma postura argumentativa.

Perceba-se, então, o que ocorre no texto a seguir:

R5, DM-GO, 07/10/2005, Brasil/Mundo

Protesto latino

Três bombas de fabricação caseira explodiram ontem em lojas dos arredores de Buenos Aires onde também foram achados panfletos com mensagens contrárias à visita à Argentina do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Os ataques, que causaram danos graves, mas não fizeram nenhuma vítima, foram cometidos nesta madrugada em duas agências bancárias e em uma locadora de vídeos, todos de capital americano, informaram fontes policiais.

Os fatos aconteceram um dia depois de a Casa Branca confirmar que Bush irá no próximo mês a este país para participar da IV Cúpula das Américas, que ocorrerá na cidade de Mar del Plata, ao sul de Buenos Aires.

A retomada através da expressão os ataques, explicita-se a motivação em se caracterizar o fato relatado como uma investida ofensiva por parte dos latinos contra a visita do presidente norte-americano à Argentina. Ao mesmo tempo, os ataques resume todo o contexto bélico descrito no segmento anterior.

Assim, é relevante se atentar para o fato de que esse mesmo referenciador que inicia uma nova informação a respeito do protesto é o mesmo que retoma uma porção de texto anterior. Isso transforma o termo encapsulador anafórico em um importante elemento organizador da estrutura discursiva. Essa função faz com que o encapsulador sumarie as formulações anteriores, ao mesmo tempo em que as interpreta e dá início a um novo enunciado.

Além desse caso de os ataques, a retomada por os fatos, assim determinada pelo artigo, “empacota” todo o discurso do parágrafo anterior sob a denominação de um nome genérico. Isso ocorre porque, segundo Conte (2003: p. 184), o sintagma nominal encapsulador se eleva na hierarquia semântica do texto: *“De modo muito interessante, o encapsulamento anafórico muito freqüentemente ocorre no ponto inicial de um parágrafo e, então, funciona como um princípio organizador da postura discursiva”*, completa a autora.

Assim sendo, os fatos acentua a veracidade do acontecimento descrito na reportagem, tomando-o como um dado pretérito, à revelia do que ocorreria na notícia, onde importa mais o imediatismo do relato e não as apurações posteriores a um ocorrido. Isso significa que, além de retomar, o recurso referencial em questão opera uma atividade argumentativa na medida em que organiza e orienta as interpretações textuais, configurando-se como um recurso textual de manipulação de um público leitor.

Um outro caso semelhante ocorre em:

R6, FSP-SP, 03/10/2005, Folha Brasil

ESCÂNDALO DO MENSALÃO / A HORA DAS PROVAS

Para presidente da CPI, operações entre partido e Marcos Valério seriam só de fachada

Caixa 2 do PT pode ter vindo de conta de fora, diz Delcídio

LEONARDO SOUZA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

(...)

O presidente da CPI levanta uma série de hipóteses sobre a operação triangular. O publicitário Marcos Valério tomou empréstimos de cerca de R\$ 55 milhões junto aos Bancos Rural e BMG e os repassou para o PT. A operação foi avalizada pelo então presidente da legenda José Genoíno. Supostamente, os recursos seriam utilizados para pagar despesas da campanha de 2002 do partido e da base aliada, que não haviam sido contabilizadas.

Uma das hipóteses é que a ação serviria para repatriar dinheiro. “Você poderia ter contas lá fora e os empréstimos seriam de fachada, empréstimos de você para você mesmo”, disse o senador.

(...)

Neste caso, embora não ocorra da forma canônica (no início do parágrafo), **a ação**, encerra um resumo da descrição dada no parágrafo anterior para a organização do esquema de corrupção chefiado por Marcos Valério. Tal estratégia reflete um comportamento semelhante ao que ocorre com **a operação**, quando se retoma todo o procedimento descrito no período anterior.

Em ambos os casos, orienta-se a leitura do texto para a compreensão de um caráter processual das atividades ilegais exercidas por Marcos Valério e Delúbio Soares. Assim, pode-se dizer que, embora dependente do co-texto, a operação de encapsulamento avalia os segmentos de texto retomados, tratando-se de um dispositivo de produção de sentidos inferencialmente constituído. Mas é justamente esse processo inferencial de categorização que promove o movimento argumentativo no texto noticioso.

Finalmente, apenas para ratificar o fenômeno da periodicidade, próprio da natureza das *reportagens*, veja-se o que ocorre no trecho de matéria abaixo:

R19, JC-PE, 07/10/2005, Economia

LEI KANDIR

Lula vai liberar R\$ 900 mi para compensação de perdas

BELO HORIZONTE e BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pôs fim a um capítulo da **queda-de-braço** entre União e Estados a respeito da Lei Kandir, afirmou ontem o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Segundo Aécio, Lula disse, em Belo Horizonte, que vai liberar os R\$ 900 milhões referentes a perdas de receitas estaduais com exportações. Mas a disputa pelos ressarcimentos continua. (...)

A compreensão da expressão **queda-de-braço** só deve ser adequadamente processada pelo leitor que acompanha a resenha dos fatos pela imprensa (especialmente pelos simpatizantes da linha editorial do veículo

em questão). Ela refere-se ao embate político-financeiro entre Governo e Estados gerado pela sanção da Lei Kandir, razão pela qual muitas das aplicações de recursos financeiros internacionais junto às unidades da federação foram suspensas.

Todo o processo de briga e discussão ocasionado em torno da nova legislação e divulgado pela imprensa foi resumitivamente englobado no sintagma nominal preposicionado da queda-de-braço, o que caracteriza o encapsulamento.

Perceba-se que esta atividade, neste exemplo, mostra-se não só como a já mencionada manobra por uma fidelização da clientela (pela necessário acompanhamento periódico dos fatos), como também constitui um movimento de avaliação dos acontecimentos relatados, orientando, pois, a interpretação dos leitores da matéria.

Os três trechos analisados neste tópico confirmam a natureza indutiva do tratamento dado aos fatos nas *reportagens*, a partir do que se infere uma postura argumentativa. Os *encapsulamentos* verificados, por isso, atuam ora como categorizadores, ora como avaliadores do extrato de texto que retomam, ressaltando-se como nomes referenciais orientadores de interpretações.

As expressões referenciais apontadas nesta etapa demonstram que a retomada de uma porção textual através do *encapsulamento*, enquadrando-a conforme pretensões discursivas, caracteriza um expediente de manipulação de dispositivos da língua pelos jornalistas. Além disso, dado ao maior número de emprego desses recursos em *reportagens* que em *notícias*, pode-se

postular que os modelos aceitos socialmente como característicos dos gêneros atuam na plasticidade da criação das formas referenciais, no sentido de que certas estratégias são mais típicas de um gênero que de outro.

3.3. O CASO DAS EXPRESSÕES NOMINAIS DEFINIDAS

A forma pela qual se caracterizam personagens dos acontecimentos relatados, em *notícias* e *reportagens*, chamou a atenção, porque essas formas de retomada tendem não só a particularizar uma informação a respeito do termo referido, como denunciam um trabalho ilocutório do enunciador sobre o conteúdo referencialmente concebido. Nesta etapa, dá-se enfoque a esse procedimento de caracterização do referente pelo termo referidor, procurando-se enquadrar as operações referenciais a serem ilustradas nos trâmites das práticas argumentativas encaradas como processos.

Ressalte-se que, mais uma vez, houve diferença no quantitativo de usos dessas retomadas de *notícias* em relação a *reportagens*. Também a natureza do emprego das expressões definidas variou de gênero para gênero.

Todas essas questões serão tratadas nos tópicos seguintes.

3.3.1. AS NOTÍCIAS

O segmento de texto a seguir foi retirado de uma das notícias de nosso *corpus*. Ele traz (em destaque) uma ocorrência de nominalização:

N1, DM-GO, 03/10/2005, Última Hora

União Européia não define adesão turca

Os ministros de Relações Exteriores dos países da União Européia falharam em convencer a Áustria a abandonar suas objeções ao início de negociações para o ingresso da Turquia no grupo. As conversações foram suspensas ontem e deverão ser retomadas hoje pela manhã, dizem diplomatas. O secretário britânico, Jack Straw, que presidia a reunião, manteve um segundo encontro em separado com a chanceler austríaca, Ursula Plassnik, mas ela se recusou a retirar as objeções de seu país ao início de conversas com o governo turco. A negociação com a Turquia está marcada para começar hoje. Na Turquia, milhares de nacionalistas fizeram manifestações ontem para exigir que seu governo não inicie as negociações de entrada na União Européia. Em Istambul, o primeiro-ministro turco, Rəcəp Tayip Erdoğan, advertiu à UE que está em suas mãos decidir se quer permanecer “como um clube cristão” ou se transformar “num personagem global”.

Todos os casos de retomada destacados neste texto mencionam uma determinação política para os envolvidos nos fatos narrados. Os cargos políticos ocupados pelas personalidades citadas na matéria são importantes para o esclarecimento do seu nível de envolvimento para com a adesão da Turquia à UE e para dimensionar a repercussão do próprio acontecimento noticiado.

Destarte, o que poderia parecer uma postura mais imparcial, constitui-se como uma manobra discursiva que busca dissolver uma possível falta de consenso quanto à propriedade das discussões políticas noticiadas. O jornalista enunciador parte dessa suposta diferença de pontos de vista sobre o assunto (a (não)importância do ingresso da Turquia na União Européia para o cenário político mundial), e lança mão da informação da eminência das pessoas envolvidas para justificar a relevância do seu relato.

Note-se, na maioria das vezes (só não em Os ministros das Relações Exteriores, que retoma **União Européia**, no título), que os títulos ou atribuições políticas dos envolvidos vêm antes da identificação da identidade da personalidade ocupante de tais postos de hierarquia. Isso significa que a linha editorial adotada pelo veículo em questão dá grande importância à dimensão político-administrativa do fato relatado, no condizente aos esforços empreendidos em prol da inserção turca no grupo europeu.

Essa mesma postura de realce de “patentes” já não é observada no trecho a seguir, posto que o que fica em xeque nesta nova matéria é o acontecimento e não a sua dimensão político-administrativa. Por isso, dá-se

privilégio à particularização do fato em detrimento ao realce das hierarquias políticas envolvidas neles. Veja-se:

N14, JC-RS, 06/10/2005, Notícias

INTERNACIONAL

Assembléia iraquiana recua sobre referendo

(...)

No domingo, os parlamentares haviam modificado essa lei e determinado que a Carta só poderia ser vetada por **dois terços de todos os cidadãos com direito a voto** – um patamar praticamente impossível de ser alcançado.

(...)

Ainda ontem, pelo menos 26 pessoas morreram e mais de 80 ficaram feridas na explosão de uma bomba na entrada de uma mesquita xiita em Hilla, 100 quilômetros ao sul de Bagdá. A bomba, que a polícia acredita ter sido plantada, explodiu no início da noite, num momento em que o recinto estava lotado para as preces do Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos.

Em um patamar praticamente impossível de ser alcançado, percebe-se um esclarecimento da representatividade do embargo estabelecido pelo percentual de votos exigido para o veto da Constituição Iraquiana. Essa é a orientação interpretativa dada pelo emprego da palavra *patamar* (objetivo, degrau alto) e por sua modalização, *praticamente impossível de ser alcançado* (quando se acentua a dificuldade de se atingir a meta referida).

Com isso, explicitam-se, ao mesmo tempo em que se potencializam, as razões as quais geraram revolta à população iraquiana, especialmente ao grupo sunita. A retomada também tende a conduzir o leitor a aderir uma postura contrária ao decreto do Parlamento. Isso porque a expressão nominal, aliada à forma como é conduzido o discurso do primeiro parágrafo, faz parecer que houve manobra política (golpe) na decisão tomada pelos políticos, deixando o processo se aparentar a um jogo de interesses.

À sua vez, o que consta em o mês sagrado dos muçulmanos, não é o simples acréscimo de informações para o esclarecimento de um termo culturalmente desconhecido. Trata-se de uma postura de alerta às conseqüências terroristas da falta de autonomia e unidade política naquela região. Além disso, chama-se a atenção para o fato de que compatriotas não se respeitam mais e também não levam em conta os valores sagrados de seu povo.

Acentua-se, com isso, a manobra argumentativa de se buscar a adesão dos leitores evidenciando-se dados que aparentemente apenas viriam a esclarecer os dados postos no texto. Especialmente quanto à segunda retomada, evidencia-se o clímax do estado de coisas provocado pela nova lei do veto constitucional. Essa postura faz perceber o ponto em que os problemas políticos iraquianos chegaram por conta da decisão do parlamento: o desrespeito a um traço cultural forte daquele povo que é a religião.

3.3.2. AS REPORTAGENS

À revelia do que foi verificado nas *notícias*, nas *reportagens* analisadas não houve muitos casos em que ocorreu uma caracterização dos participantes dos acontecimentos noticiados pelas expressões nominais em detrimento da descrição dos fatos através desse instrumento. Acredita-se que o quantitativo das expressões nominais referenciais encontradas tenha-se voltado mais à caracterização dos personagens do que dos fatos, porque estes já são o foco principal do tipo de jornalismo investigativo que se verifica em *reportagens*, o que significa que é mais esclarecedor, em termos de um

enfoque mais amplo, proceder-se ao realce de um dado do perfil dos participantes do acontecimento narrado.

É o que ocorre no trecho transcrito a seguir:

R3, DM-GO, 05/10/2005, Brasil/Mundo

São Francisco

Multidão celebra ação de frei

Da Agência Estado, de Cabrobó, Pernambuco

Índios, católicos, evangélicos, agricultores, artistas populares e representantes de movimentos sociais de todos os Estados nordestinos solidarizaram-se ontem com o frei Luiz Flávio Cappio, no dia do aniversário de 59 anos dele, mesma data dedicada ao Rio São Francisco e à morte de São Francisco de Assis. Frei Luiz, bispo da Diocese de Barra (BA), está em greve de fome há dez dias pela revogação do projeto do governo federal de transposição do rio.

Cerca de 2.500 pessoas, segundo a Polícia Militar, participaram na manhã de ontem do aniversário do frei. Chamado de anjo da guarda do Rio São Francisco, o bispo recebeu a solidariedade de católicos, evangélicos, índios e agricultores, além de políticos da Bahia e de Sergipe. Ele celebrou missa e recebeu romeiros das 7 às 10 horas na capela São Sebastião, a quatro quilômetros de Cabrobó, onde está instalado desde que iniciou a greve de fome no dia 26.

(...)

Com a denominação metafórica de anjo da guarda, o texto da reportagem enriquece o seu tom de crítica à atitude do Governo Federal em transpor as águas do Rio São Francisco. Essa identificação do Bispo também assinala, com certa carga de dramaticidade, o seu protesto (greve de fome) movido em favor “do rio”, das populações ribeirinhas e de todo o ecossistema dependente através daquelas águas.

Acentua-se, com isso, o confronto político formado entre igreja, segmentos da sociedade envolvidos no acontecimento relatado na matéria e poder federal, porque, com a retomada pela expressão anjo da guarda do Rio São Francisco, atribui-se um caráter de divindade à atitude tomada pelo religioso católico. Isso atribui uma gravidade maior ao problema de desvio do

rio, na medida em que se busca estabelecer um embate: poder divino x poder político (material).

Essa situação se reforça pela coincidência assinalada pela expressão nominal *mesma data dedicada ao Rio São Francisco e à morte de São Francisco de Assis*, utilizada para elevar a relevância da greve de fome movida pelo padre, atribuindo a ele uma aura de predestinação.

Observe-se, agora o funcionamento do fenômeno da retomada por expressões referenciais em:

R6, FSP-SP, 03/10/2005, Folha Brasil

ESCÂNDALO DO MENSALÃO/ A HORA DAS PROVAS

Para presidente da CPI, *operações entre partido e Marcos Valério* seriam só de fachada

Caixa 2 do PT pode ter vindo de conta de fora, diz Delcídio

LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da CPI dos Correios, senador petista Delcídio Amaral (MS), disse que os recursos que alimentaram o caixa dois do PT poderiam ser dinheiro do próprio partido no exterior. Em sua opinião, está cada vez mais claro que os empréstimos tomados pelo empresário Marcos Valério de Souza e repassados ao partido são fictícios.

(...)

O presidente da CPI levanta uma série de hipóteses sobre a operação triangular. O publicitário Marcos Valério tomou empréstimos de cerca de R\$ 55 milhões junto aos Bancos Rural e BMG e os repassou para o PT. A operação foi avalizada pelo *então presidente da legenda* José Genoíno. Supostamente, os recursos seriam utilizados para pagar despesas da campanha de 2002 do partido e da base aliada, que não haviam sido contabilizadas.

Para Delcídio, são muitas as razões para crer que os empréstimos eram apenas um meio para despistar de onde realmente vinham os recursos de caixa dois. Primeiro, diz, porque os empréstimos nem sequer estavam registrados na contabilidade da SMPB, *a agência de propaganda que Valério usou para obter o crédito*. "Qualquer empresa minimamente séria contabiliza, principalmente operações desse montante. É absolutamente claro que isso era para não se pagar."

(...)

À semelhança foi descrito em N1, no item 3.3.1., as retomadas desta reportagem focalizam o envolvimento político dos personagens do acontecimento noticiado, no caso do texto em questão, o mensalão. Logo, são explicitadas e antecipadas as denominações dos cargos políticos ocupados pelas personalidades citadas na matéria.

Um dado que acentua o potencial argumentativo desse tipo de retomada é o parecer dado por Schwarz (2000), que atribui a esse tipo de retomada uma função temática e remática. Essas funções de tópico e comentário são importantes ao desenvolvimento do discurso de uma reportagem, no que diz respeito às expressões nominais, porque tratam-se das brechas deixadas pela “cruza” do jornalismo informativo por onde pode vazar a subjetividade do enunciador da matéria.

E a questão se torna ainda mais nodal porque, no caso da reportagem **R6**, os comentários, ou seja, a porção remática que compreende toda a expressão nominal referencial é antecipada ao nome. Essa postura tende a acentuar a importância da repercussão político-administrativa dos fatos, conforme sejam os graus de hierarquia dos que se envolveram no escândalo de desvio de verbas.

Tal operação fica mais clara quando se observa, no trecho abaixo, uma disposição por se ressaltar um distanciamento de certos envolvidos no escândalo com os cargos administrativos investigados. Na maioria dos casos de retomadas relativas às pessoas que não ocupam cargos administrativos, como é o caso de **Bruno Daniel**, estas são feitas conforme seu *status* profissional, ou, quando muito, revelam o seu grau de relação com um dos personagens do desvio de dinheiro, como em *irmão de prefeito morto*. Veja-se:

R10, FSP-SP, 07/10/2005, Folha Brasil

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ CASO CELSO DANIEL**Gilberto Carvalho teria relatado esquema de corrupção; acareação será no dia 26****Irmão de prefeito morto diz que assessor de Lula mente****HUDSON CORRÊA**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

O professor de economia Bruno Daniel, 52, irmão do prefeito petista de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002, confirmou ontem à CPI dos Bingos ter ouvido de **Gilberto Carvalho**, chefe-de-gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um relato sobre corrupção na prefeitura com arrecadação de propina para o PT.

A conversa, segundo relato de Bruno Daniel, ocorreu após a missa de sétimo dia do prefeito em 26 de janeiro de 2002. **Carvalho**, então secretário de Governo da Prefeitura de Santo André, teria dito que encaminhava dinheiro de propina de empresários ao PT para campanhas eleitorais.

(...)

O depoente confirmou a versão que **seu outro irmão**, o oftalmologista João Francisco Daniel, apresentou à CPI em setembro. João Francisco afirmou ter ouvido em três conversas diferentes a história de Carvalho.

Ressalte-se, ainda, uma tentativa de distanciamento maior da figura de **Bruno** na denúncia de escândalo, quando se menciona a sua condição de depoente.

Em suma, os casos analisados, fenômeno a fenômeno, gênero a gênero, apontam para uma manipulação de recursos da língua a fim de que haja a adesão do público ao discurso do locutor e do veículo em que circulam os textos. É preciso, pois, reconhecer o valor argumentativo da atividade referencial, já que, através do procedimento de escolha dos objetos-de-discurso, verifica-se um movimento de justificativa de posições e de interpretações do locutor, traduzindo-se, então, numa tentativa de legitimação de discursos junto ao grande público.

Por isso, essa tese corrobora para o incentivo de uma prática de leitura mais criteriosa dos textos jornalísticos pelo grande público. Essa mudança de postura tende a proporcionar aos leitores uma ampliação do alcance da sua cidadania, porque tende a fazê-los perceber a proposta indutiva de organização dos fatos no jornalismo impresso.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA

Em consonância com os princípios sócio-cognitivos adotados no referencial teórico, esta proposta de intervenção didática rejeita a prática simplista e reducionista de se utilizar os gêneros jornalísticos como uma simples fonte de consulta temática e mote único e determinante da orientação do trabalho de produção de textos. Entende-se que isso significaria dar à atividade de leitura um fim-em-si-mesma, bem como em nada auxiliaria ao trabalho de integração da prática de produção de textos à atividade de reflexão lingüística.

Esta etapa do trabalho compreenderá, portanto, o desenvolvimento de uma proposta de aplicação didática da manipulação desses textos jornalísticos como material didático. Visa à formação de cidadãos lingüística e discursivamente proficientes no exercício da linguagem no que diz respeito ao desempenho das práticas argumentativas de que esta dissertação pretende dar conta.

Dada a natureza inclusivista dessa última meta, apregoa-se que as composições dos educandos, sempre quando possível, não fiquem restritas à sala de aula. Elas precisam extrapolar as possibilidades das propostas avaliativas formais cotidianas, para atingir um espaço de circulação social mais amplo e despotencializando, com isso, o seu caráter tradicional estanque.

Afora isso, sendo a escola um dos principais espaços que visam desenvolver e promover a interação social, é indispensável que as competências da linguagem sejam aperfeiçoadas constantemente para que isso ocorra. Assim, gêneros do domínio jornalístico (tais como a *notícia* e a *reportagem*) – enxergados como

possíveis instrumentos participantes desse processo de aperfeiçoamento – devem e podem ser utilizados neste nível da educação formal, desde que os critérios e propostas para sua utilização sejam adequados às condições e necessidades de produção construídas junto aos aprendizes.

É sob essas condições que se delineia esta proposta de intervenção didática.

4.1. DO “ESTADO DE COISAS”

Indicadores da UNESCO publicados pelo MEC/INEP²⁰ apontam que 13,6% da população brasileira são analfabetos (critério utilizado para verificar o índice de desenvolvimento dos países, considerando-se uma população de faixa etária a partir de 15 anos). Tal situação concorre para que o Brasil figure na 73ª do ranking de desenvolvimento de países formulado pela entidade. O país fica atrás de outros terceiro-mundistas como Argentina, Chile, Costa Rica, Trinidad e Tobago, México e Colômbia.

Estes dados do retrocesso educacional do Brasil são alarmantes, sobretudo se for levado em conta o fato de que a maioria da população fica à margem do exercício de sua plena cidadania por conta da carência de um sistema de instrução de qualidade. A grande massa marginalizada torna-se, por isso, alvo fácil daqueles que, munidos de poder, manobram fatos para o alcance do seu próprio interesse através de instituições veiculadoras de informação.

²⁰ Para mais detalhes, consultar a página da WEB:
http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/rbep/rbep199_010.pdf.

Isso significa que as desigualdades sociais são, em grande medida, fruto de uma educação lingüística inapropriada, que, além de não humanizar e de não libertar os aprendizes, não os leva a refletirem sobre os sentidos que circulam ao seu redor na sociedade, deixando-os a mercê de uma indústria de informação que, dessa forma, os manipula. Tais práticas educacionais equivocadas descaracterizam a função precípua do ensino de língua nas escolas: o desenvolvimento da consciência crítica dos aprendizes que os tornaria proficientes no usufruto da sua cidadania.

Kleiman e Silva (1999) já alertaram para esse problema, quando enumeraram como sintomas do fracasso da educação escolar em Língua Portuguesa as bibliotecas escassas, as classes numerosas, a qualificação docente precária e a falta de clareza quanto à verdadeira função da **leitura** na escola. E não só no que concerne à leitura, mas também em relação às práticas de **escrita**, faz-se necessário uma revisão em torno de função, métodos e processos didáticos, para que a produção textual não se perca no famigerado fim-em-si-mesmo em que se encerra a tradicional redação escolar. A Professora Elizabeth Marcuschi (2001) alerta para o fato de que, da forma como é tradicionalmente proposta, a redação escolar

*“Não serve para nada. Da forma como é proposta, serve para cumprir, apenas, o contrato pedagógico da escola e, por isso, tem um fim em si mesma. A **redação tradicional** é autofágica, só é utilizada para a atribuição de nota. Entretanto, torna-se um processo válido quando se apresenta de uma forma mimética, reproduzindo os gêneros que circulam na sociedade, embora, ainda sim, não se constitua como o gênero que reproduz. Porém, esta forma, a **redação mimética**, parece uma maneira mais adequada de se trabalhar com produção de texto.”*

É preciso, pois, que haja uma conexão clara e verdadeiramente eficiente entre uma pedagogia para o ensino de procedimentos de leitura e produção de textos a fim de que sejam libertados os educandos das garras de um sistema manipulador que os aliena através da manipulação da própria linguagem dos aprendizes. Se for atentado para o fato de que é com a linguagem que se age com e sobre a sociedade, será percebida a importância de uma educação lingüística eficiente e que se volte à formação de cidadãos com consciência crítica. Esse tipo de cidadão não se deixa manipular pelos engendros de linguagem da mídia, porque percebe neles uma estratégia de acomodação de fatos a interesses fortuitos.

Uma educação lingüística de qualidade não restringe o estudo da língua à mera descrição reducionista de seus aspectos em isolado, mas transcende os limites da sala de aula e capacita os aprendizes para a que eles contribuam para a construção de uma sociedade mais justa. Organizado em torno desse referencial, o ensino de leitura e escrita deve proporcionar a formação de leitores e autores que enxerguem além da superfície do texto e da decoreba das regras gramaticais: faz com que se domine gêneros textuais e que se reconheça seus aspectos constitutivos e recursos de linguagem próprios.

Segundo Bakhtin (1997: p. 303), *“São muitas as pessoas que, dominando magnificamente a língua, sentem-se logo desamparadas em certas esferas da comunicação, precisamente pelo fato de não dominarem, na prática, as formas do gênero de uma dada esfera”*. É desse desamparo que se favorecem os meios de comunicação em massa para formar opiniões e moldar a consciência social da população. Mesmo quando se trata da utilização de gêneros canonicamente descritos como neutros, imparciais pela literatura de comunicação ou pelo consenso social, tais como a *notícia* e a *reportagem*, o jornalismo tem meios para burlar as

fronteiras do que prega ser um fazer meramente informativo (sobre o que as análises empreendidas nesta investigação já demonstraram o contrário).

Portanto, só a partir de uma consciência pedagógica que incorpore uma noção como a de Marcuschi (no prelo), de que *“Os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa”*, pode-se pensar em um ensino de língua eficaz e que liberte os cidadãos das garras dos veículos de informação. Mas, para tanto, é necessária a adoção de alternativas de ensino que objetivem:

1. Ampliar o escopo das práticas pedagógicas tradicionais que se utilizam dos **textos jornalísticos** e não dão conta de todo o potencial de utilização dos gêneros *reportagem* e *notícia*, por exemplo;
2. Pensar atividades que possibilitem o efetivo desenvolvimento das competências argumentativa, lingüística e discursiva dos alunos;
3. Ilustrar possíveis formas de exploração de temáticas variadas.

Acredita-se, nesta pesquisa, que as possibilidades de intervenção dos educandos frente a essa sociedade desigual seja mediatizada por uma consciência desenvolvida a respeito de práticas argumentativas. Somente argumentando, sabendo ponderar posições e fazendo um auditório aderir às suas idéias, os cidadãos podem contribuir para a (re)construção de seu contexto social, fazendo frutificar o seu discurso nas práticas da sua comunidade (pela reivindicação da

melhoria de condições habitacionais e de estruturação familiar, acesso à leitura e à escrita por meio de uma educação mais inclusiva...).

Mas, em se tratando da imprensa e do seu suposto discurso imparcial em *notícias* e *reportagens*, faz-se mister considerar a argumentação não só como um *tipo textual*. Essa expressão apenas “*designa uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)*. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*” (Marcuschi, no prelo). É preciso fazer os aprendizes perceberem que a mídia serve-se também de outros dispositivos mais sutis para engendrar seu discurso em torno de problemáticas do interesse próprio em detrimento ao do público.

Dentre esses recursos, encontra-se a escolha dos elementos referenciais textualizados ao longo dos discursos de *notícias* e *reportagens*. Entretanto, como o foco maior do desenvolvimento das práticas argumentativas situa-se no Ensino Médio, esta proposta de intervenção didática se volta para essa etapa da escolarização básica.

A própria definição, em sala de aula, constituída a partir do (re)conhecimento do gênero proposto para o trabalho com práticas de leitura e produção de textos circulantes na sociedade pode, inicialmente, auxiliar na contextualização das atividades. Deve tangenciar esse procedimento a distinção da aplicação desses gêneros (notícia e reportagem) em diferentes tipos de suporte (jornais impressos ou televisionados, revistas, internet...). Isso para que se faça perceber aos educandos

que, dependendo do veículo material por onde circulam, esses gêneros podem adquirir nuances diferentes em suas características e funções.

As propostas de leitura e produção, portanto, devem estar ligadas à descrição de todo entorno situacional de circulação dos gêneros na sociedade, desvinculando-se as práticas educacionais da afetação dos textos não-autênticos. Uma prática dessa natureza deve atender à verificação do desempenho lingüístico discursivo dos alunos e pode alavancar o desenvolvimento desse rendimento.

Esse tipo de didática deve constituir-se, sempre, como ponto de partida das práticas pedagógicas concernentes ao ensino de língua, porque tende a proficientizar os aprendizes no domínio dos recursos que a linguagem oferece à sua atuação argumentativa, tais como o reconhecimento do potencial argumentativo das expressões referenciais. Adotando-se essa postura, abandona-se a disposição canônica de ensino de língua (estudo de leitura e interpretação de textos, de gramática e de produção textual), que termina por não contemplar os fenômenos da linguagem adequadamente por não concebê-los como elementos solidários e concomitantes no curso das práticas sociais.

É por essas razões, também, que não se deve avaliar em caráter definitivo (somente através das notas) o que se realiza na sala de aula de língua portuguesa. Isso porque o aprendizado de língua, assim como o seu objeto de estudo, é socialmente concatenado e está sujeito a constantes transformações. É necessário entender o progresso do desempenho lingüístico do aluno não apenas como um número anotado em caderneta, mas observar as potencialidades do estudante em sua forma completa como ser humano (holisticamente).

Por isso, a avaliação deve ser cuidadosa, processual, e não definitiva. Nas palavras de Hoffman (1998: p. 27), citadas na Revista Nova Escola de janeiro de 2003):

“Quem procura um médico está em busca de pelo menos duas coisas, um diagnóstico e um remédio para seus males. Imagine sair do consultório segurando nas mãos, em vez da receita, um boletim. Estado geral de saúde nota 6, e ponto final. Doente nenhum se contentaria com isso. E os alunos que recebem apenas uma nota no final de um bimestre, será que não se sentem igualmente insatisfeitos? Se a escola existe para ensinar, de que vale uma avaliação que só confirma “a doença”, sem identificá-la ou mostrar sua cura?

Assim como o médico, que ouve o relato de sintomas, examina o doente e analisa radiografias, você também tem à disposição diversos recursos que podem ajudar a diagnosticar problemas de sua turma. É preciso, no entanto, prescrever o remédio.” (Revista Nova Escola, janeiro de 2003).

Luckesi (2000) também encerra um parecer importante a respeito do processo de avaliação de leitura e de escrita:

“A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam”.

Em suma, deve-se estimular um cotidiano de práticas contínuas de aprendizagem de leitura e escrita para se promover a libertação dos cidadãos do mundo da mera reprodução das idéias que lhes chegam através dos meios de informação. *De per si*, a compreensão de que é possível um trabalho didático que chame a atenção para os dispositivos com os quais a mídia manipula as massas já é uma postura que assinala não só uma mudança nos rumos do ensino de língua materna, como também favorece uma transformação das disparidades sociais inicialmente comentadas neste capítulo e que são fomentadas pelo desconhecimento pela população dos instrumentos utilizados pelo jornalismo de informação em *reportagens* e *notícias*.

4.2. DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA

Por se entender que um processo didático apropriado – que vise à aprendizagem efetiva de conteúdos relevantes à construção e afirmação social dos indivíduos – necessita de procedimentos de reflexão e de auto-avaliação constantes por parte do docente (antes, durante e após a prática pedagógica), o projeto de intervenção didática que ora se apresenta foi esquematizado através de uma descrição sistemática das variáveis envolvidas na concepção e implementação de atividades de sala de aula voltadas para o desenvolvimento de uma competência argumentativa.

4.2.1. O PLANEJAMENTO

O primeiro dos elementos a ser considerado são os sujeitos envolvidos na situação de aprendizagem. Assim como se sugere na *Pedagogia da Libertação*, de Paulo Freire (cf. Freire, 2001), admite-se, nesta proposta de intervenção, que **o aprendiz** é o cerne de toda a conjuntura de ensino. Acredita-se que só a partir da consideração da sua individualidade (faixa etária, grau de desenvolvimento cognitivo, problemas com aprendizagem e maturidade textual, por exemplo) se pode construir uma situação de aprendizado eficaz. *Partindo-se dele, com ele e para ele.*

Nesta dissertação já se definiu, anteriormente, o público visado pela proposta de intervenção didática que, desde já, começa a se delinear: Estudantes do Ensino Médio, cuja faixa etária situa-se, tradicionalmente, no período final da adolescência (geralmente a partir dos 15 anos). Conforme recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, eles vivenciam uma fase da Educação Básica, o Ensino Médio, em que são constantemente bombardeados pela exigência de assumirem um posicionamento crítico frente às polêmicas que se lhes afiguram no cenário social, sejam essas questões de âmbito cultural, político, econômico, ou de qualquer outra ordem igualmente relevante.

E assim se instaura o segundo elemento a ser levado em consideração no planejamento desta proposta de intervenção didática: **a competência a ser desenvolvida** (a argumentativa). Ela é essencial para que os sujeitos-aprendizes não se limitem à passividade da recepção das informações. De acordo com o que já se mencionou nesta pesquisa, ela é mister para que os

indivíduos se constituam como agentes de mudança na sociedade em que se inserem.

Há uma terceira variável que também se afigura, neste momento: é preciso **delimitar o campo de abordagem** do trabalho com a argumentação. Esta proposta se restringe à análise de textos autênticos, a serem tomados como *material didático*. Tal recorte deve evidenciar, aos educandos, a necessidade de uma vivência cotidiana das práticas argumentativas e tende a fazê-los perceber que, no mundo da informação, é preciso ir muito além da superfície textual para que se possa ler, com proficiência, um texto. Nas palavras de Antunes (1996: p. 27), “*um texto requer mais que um aparato lingüístico perceptível*”.

A escolha, portanto, de textos jornalísticos impressos de caráter noticioso implementa: 1. um trabalho de *leitura* para o reconhecimento de fatores discursivos intervenientes na construção de tópicos e condução de temas desses textos; 2. uma discussão a respeito da função social da imprensa como serviço de utilidade pública, questionando-se o seu compromisso (não cumprido) de imparcialidade quanto à exposição dos fatos noticiados; 3. um trabalho de identificação, reconhecimento e aprendizado de utilização dos recursos lingüístico-discursivos (no que se incluem questões de ordem morfossintática) utilizados nas matérias para burlar a dita neutralidade do discurso jornalístico; e 4. uma culminância no aprendizado da escrita, fazendo-se perceber como é possível praticar particularidades de usos da língua que se apresentam como recursos autorizados para a construção de um fazer argumentativo, no decorrer do procedimento escritural.

Mas é necessário considerar, ainda, um outro dado: **os recursos didáticos** a ser dispor. Certamente que apenas livros didáticos (LD) não dariam conta de toda a demanda que está sendo descrita, mesmo se forem considerados os avanços desse ramo editorial. Até porque, em primeiro lugar, conforme informa Pinheiro (1999), a indústria da educação faz com que poucos LDs apresentem propostas de produção textual que realmente se preocupem com os elementos de ordem interacional que convergem para o ato da escrita (gênero, objetivo comunicativo, interlocutores envolvidos, variação de língua(gem)). Em segundo lugar, porque a sociedade tecnológica-globalizada em que se vive pressupõe o acompanhamento da demanda de informações em um ritmo muito frenético e impera à utilização de recursos audiovisuais capazes de fazer com que os usuários dessas informações as captem e sejam capazes de transformá-las com igual velocidade.

Não se trata de uma falência da leitura convencional, “livresca”, mas de uma iminente abertura a outros / novos recursos que tendem a favorecer à dinâmica da comunicação moderna. É preciso ousar com recursos multimídia, tais como o data-show, e não só o velho retroprojetor (para que haja a facilitação de conceitos e particularidades do conteúdo trabalhado); o aparelho de som (para a audição e análise de textos noticiosos radiofonados) e a TV (para que se estabeleça uma distinção entre a sistemática organizacional do jornal televisivo e a do jornal impresso).

E, tão importante quanto todas essas variáveis já descritas são **os instrumentos e os critérios de avaliação** a serem adotados. Já se falou, antes, da importância de uma avaliação inclusiva, que rejeite notificações estanques e que só levam em conta um único momento de todo um processo

de desenvolvimento. Então, para facilitar esta instância do planejamento, é importante que se determine previamente o nível de maturidade dos aprendizes quanto ao desempenho da competência argumentativa, a fim de que se adote como estratégia de avaliação o diagnóstico do crescimento desse desempenho. É mister lembrar que tão relevante quanto a observação desse crescimento de desempenho é o estímulo à prática da auto-avaliação²¹. Finalmente, também deve ser levado em conta o grau de apropriação pelos estudantes dos conceitos trabalhados.

Então, assim se pode, esquematicamente, pensar nas etapas de planejamento acima mencionadas:

²¹ Para maiores esclarecimentos sobre essa vivência, conferir item 4.1.2.

Tabela 2: esquema de planejamento da proposta de intervenção didática

Conteúdo (s)	Objetivo (s)	Estratégia (s) didática (s)	Recurso (s) didático (s)	Estratégias de avaliação
1. textualidade: referência; 2. metalinguagem e efeitos de discurso: processos de formação de palavras (derivação regressiva) e em prego de pronomes demonstrativos; 3. metalinguagem e modalização de discurso: aposto e orações subordinadas adjetivas.	1. desenvolver a competência argumentativa; 2. reconhecer o movimento argumentativo da justificativa do ponto de vista; 3. incitar a percepção da interferência do suporte no desenvolvimento de gêneros jornalísticos noticiosos; 4. conduzir o reconhecimento da morfossintaxe com o recurso de construção do discurso argumentativo.	1. leitura/audição de textos autênticos e de suportes vários: <i>notícias e reportagens</i> de rádio, tv e jornal impresso; 2. condução ao diagnóstico da interferência do suporte para a estruturação desses textos; 3. verificação das cadeias referenciais condutoras dos tópicos /temáticos discursivos daqueles textos; 4. esclarecimento geral a respeito dos usos e características dos gêneros <i>reportagem e notícia</i>; 5. análise interpretativa dos lastros de sentido ativados pela seleção lexical das cadeias referenciais destacadas; 6. análise interpretativa dos recursos morfossintáticos empregados nas cadeias referenciais para a condução de efeitos interpretativos; 7. debate sobre a imprensa e seu compromisso de prestação de serviço público e "imparcial"; 8. seleção, frente à sugestão dos aprendizes, de temas, de reconhecida relevância para a comunidade escolar; 9. solicitação da produção de textos noticiosos (<i>notícia e reportagem</i>); 10. releitura dos textos produzidos e já primeiramente avaliados para que seja iniciado o procedimento de reescrita.	1. aparelho de som; 2. aparelho de TV; 3. textos de jornal impresso; 4. data-show.	Primeira versão: a. ponderação das expectativas quanto a produção realizada pelos educandos em torno: 1. da adequação ao gênero proposto; 2. das possibilidades do alcance das metas pretendidas com a produção dos textos; 3. da adequação da variante linguística empregada mediante o gênero produzido e o público-alvo visado (a comunidade escolar e suas cercanias). Segunda versão: b. ponderação das expectativas quanto a produção reescrita pelos educandos em torno: 5. dos progressos verificados da primeira para a segunda versão; 6. da capacidade de auto-avaliação demonstrada pelos aprendizes na construção dessa segunda versão dos textos.

Comentários: várias aulas devem ser necessárias para a implantação deste plano. Também pode ser inevitável abortar alguma estratégia durante a sua transposição, para o caso de ocorrer algo que não seja bem-sucedido, na dinâmica de funcionamento do projeto, frente à turma.

Este investimento pedagógico visa transformar a sala de aula efetivamente num espaço para a circulação dos saberes, no qual há a integração dos eixos fundamentais ao aprendizado de língua portuguesa: o da leitura, o da escrita e o da metalinguagem, de acordo com as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Logo, necessita de um **espaço de tempo** razoável (última das variáveis) para ser realizado por completo. Várias aulas devem ser necessárias para a sua implantação. Mas o desafio vale a pena pela crença da contribuição dessa proposta para a satisfação das necessidades dos educandos voltadas ao exercício da sua cidadania.

4.3.2. A REALIZAÇÃO

O primeiro passo para a aplicação da proposta planejada é proporcionar aos estudantes **o contato com notícias e reportagens autênticas**, previamente gravadas e reproduzidas em seu devido suporte. Por isso é mister a utilização dos recursos audiovisuais.

É preciso incitar os alunos a reconhecerem estes gêneros e descreverem suas características e usos conforme o suporte em que os textos circulam. Por isso, também é preciso que seja veiculado aos educandos um número razoável de textos referentes a cada suporte. Deve-se fazer com que a turma atente para a interferência dos suportes na estruturação desses textos.

O passo seguinte é o **recorte da amostragem de textos** apresentada às matérias do jornalismo impresso. Nelas, devem ser observadas as cadeias referenciais condutoras dos tópicos discursivos (ou relacionadas a eles). É quando se faz necessário prestar esclarecimentos, no data-show, a respeito do processo de referenciação, para o que já precisam estar formatados e diagramados os textos impressos escolhidos para análise. É mister, ainda, dar destaque às cadeias referenciais a serem observadas, em relação ao restante do corpo dos textos expostos em tela.

Neste momento, pode ser feita uma **explicação acerca das estratégias de nominalização, encapsulamento e expressão nominal**, explicando-se o seu processamento mediante exemplos verificados nos textos. O ideal é que estes três primeiros passos estejam compreendidos no intervalo de tempo de duas aulas geminadas.

O passo seguinte é **relembrar aos estudantes as características e usos dos gêneros notícia e reportagem** descritas na primeira etapa. Depois de configurá-los pela definição tradicional que os postula como textos imparciais, de posicionamento neutro, deve-se chamar a atenção dos aprendizes para que verifiquem os lastros de sentidos que são ativados pelas expressões referenciais que foram destacadas, naquele contexto em que foram detectadas. Eles devem perceber que o emprego de tais expressões burla a definição “engessada” de tais gêneros e traduz uma força argumentativa que se põe a serviço dos interesses de uma entidade autoral.

Assim sendo, é válido **mostrar como se dá a formulação morfossintática desses elementos** para que sejam dispostos à manipulação dos fatos noticiados através da imprensa. É possível trabalhar conteúdos de ordem lingüístico-discursiva tais como: a) processo de formação de palavras (derivação regressiva / regressão), para o caso das *nominalizações*; b) concisão (construção de paráfrase resumidora por termo-síntese), para o caso dos *encapsulamentos*; c) modalização (aposto e as idéias de restrição e explicação das orações subordinadas adjetivas), para o caso das *expressões nominais*. Mais duas aulas seriam necessárias para a realização destas etapas.

Após esses procedimentos, valendo-se do tempo de mais duas aulas, dá-se início à proposta de produção textual pelos estudantes. Para prepará-los para construírem os gêneros *notícia* e *reportagem*, é importante reavivar a discussão sobre a imprensa e seu compromisso de prestação de serviço público e “imparcial”. Por meio desse **debate**, devem ser, suscitadas e registradas as informações mais relevantes para que sirvam de mote para a redação dos textos da turma.

Frente a isso, também deve ser engajado um levantamento de situações de relevância social reconhecida, no que diz respeito ao entorno da comunidade escolar (coleta de lixo, serviço de distribuição de água, mobilizações político-partidárias, constituição de associação de moradores do bairro...). O levantamento dessas questões pode ser previamente encomendado aos estudantes, que devem colocá-los em pauta, em sala, para que sejam discutidos. Eles também devem, a partir de então, engendrar como tais fatos podem ser noticiados em suas produções de texto.

O passo considerado a seguir é a **solicitação aos alunos para que produzam uma notícia e uma reportagem** curtas, para proporcionar a estes sujeitos-autores a vivência de uma prática argumentativa de relevante contribuição pública. É interessante que os aprendizes sintam-se à vontade, dentro do espaço de tempo de duas aulas, para realizar esta tarefa.

A avaliação da primeira versão desses textos deve, então, levar em conta todo o rendimento dos educandos observados durante a execução da proposta. É preciso considerar, também, o nível de maturidade lingüístico-discursiva em que eles se encontravam antes da aplicação daquela proposta, para que seja feito um diagnóstico comparativo. É necessário, também, que os textos não retornem para as mãos dos seus autores apenas como rabiscos que assinalam a superfície da folha da produção, mas que se anexe um parecer a essas notificações, explicando a natureza das deficiências e o que fazer para melhorá-las, numa segunda versão.

O seguinte passo a ser dado é a **releitura** dos textos produzidos e já primeiramente avaliados para que seja iniciado o procedimento de **reescrita**. A refacção deve ser cuidadosamente executada, contando com o estímulo à auto-avaliação. Por isso este último esforço dispor da mesma demanda de tempo recomendada para todos os outros momentos de transposição do projeto de intervenção didática.

A reavaliação, penúltimo passo desta proposta, tende à compreensão dos progressos verificados da primeira para a segunda versão. Os dados diagnosticados devem ser enquadrados *qualitativamente* numa classificação crescente quanto à maturidade lingüístico-discursiva do desempenho

alcançado pelos alunos a esta altura da proposta. Tais elementos devem se direcionar da mais básica textualização à completa maturidade lingüístico-discursiva.

O último passo de toda esta instrumentalização é descrito no tópico a seguir.

4.2.3. A CULMINÂNCIA

O momento final diz respeito à compilação e à catalogação dos textos dos alunos em forma de um tablóide. Este deve circular pela escola, divulgando as idéias dos sujeitos-cidadãos produtores daquelas *notícias* e *reportagens*. O nome e a formatação (*layout*) desse veículo de informação pode ser definido anteriormente, junto à turma.

É importante que os estudantes possam perceber que, de acordo com esta proposta, as suas produções funcionam como instrumentos de intervenção social e que podem, por isso mesmo, auxiliar no desenvolvimento de uma consciência crítica no meio cultural em que os aprendizes se inserem. É preciso, ainda, que a escola valorize esse tipo de atividade, para que se faça cumprir a sua função de agente transformador do / no seio social, não se limitando ao simples papel de transpositora de uma realidade social externa.

A atitude de lançar mão das produções textuais dos estudantes como instrumentos de mobilização social frente a um fato polêmico ainda proporciona a integração de conhecimentos múltiplos, não só os da área de língua portuguesa (leitura, análise lingüística e produção textual). Trata-se de

oportunizar um aprendizado integrado, em que as diversas áreas de conhecimento (as diferentes disciplinas envolvidas no processo de escolarização) tangenciam o desenvolvimento verbal e crítico do público-alvo. Assim, esse aparato de divulgação também tende a alavancar o desenvolvimento desse potencial do alunado para perceber os pontos de encontro das múltiplas abordagens da realidade oferecidas pela escola.

As preocupações incutidas nos passos metodológicos de planejamento e execução desta proposta de intervenção didática traduzem uma fuga dos trâmites das práticas tradicionais de ensino de Língua Portuguesa, cuja preocupação centra-se no normativismo prescritivista (Bagno, 1997 e 2000). Com isso, tende-se, ainda, a acorrer a uma necessidade antiga da escolarização básica que é apontada por Antunes (2003: p. 26-27):

“A prática de uma escrita sem função, destituída de qualquer valor interacional, sem autoria e sem recepção (apenas para “exercitar”), uma vez que, por ela, não se estabelece a relação pretendida entre a linguagem e o mundo, entre o autor e o leitor do texto;

[ocorre] a prática de uma escrita que se limita a oportunidades de exercitar aspectos não relevantes da língua, nessa altura do processo de apreensão da escrita, como, por exemplo, a fixação nos exercícios de separação das sílabas, de reconhecimento de dígrafos, encontros vocálicos e consonantais e outros inteiramente adiáveis;

[percebe-se] a prática, enfim, de uma escrita improvisada, sem planejamento e sem revisão, na qual o que conta é, prioritariamente, a tarefa de realizá-la, não importa ‘o que se diga’ e ‘o como se faz’.”

E, além disso, a respeito do ensino tradicional de leitura, Antunes (op. cit.: p. 27) aponta a seguinte falha teórico-metodológica:

“Uma atividade de leitura centrada nas habilidades mecânicas de codificação da escrita, sem dirigir, contudo, a aquisição de tais habilidades para a dimensão da interação verbal – quase sempre, nessas circunstâncias, não há leitura, porque não há “encontro” com ninguém do outro lado do texto.”

Então, o intento almejado com a proposição desta proposta de intervenção didática foi o de contribuir para que seja diminuído o fosso entre leitura, análise metalingüística e produção textual. Tentou-se mostrar que é possível um ensino de língua desvinculado da excessiva preocupação terminologia e que, muitas vezes, aparece descontextualizada das reais condições de uso da língua.

Esta proposta representa, sobretudo, um desejo de mudança daquele quadro educacional alarmante descrito no início deste capítulo. Para se utilizar um tom mais politizado a respeito dessa questão, não se pode admitir que grande parte da população de um país esteja à margem do desenvolvimento social, político e tecnológico dessa nação, alijada por um sistema educacional deficiente, quando a qualidade e a gratuidade deste é uma garantia constitucional abrangente a todos os brasileiros.

Não se admite também que a escola se reduza ao tradicional fim-em-si-mesmo, não formando (ou mal-formando) cidadãos proficientes para exigir este e outros direitos constitucionais. Ou pior, para permanecerem sempre à mercê das manobras lingüístico-discursivas de instituições veiculadoras de informação.

Novamente nas palavras de Antunes (op. cit.: p. 36):

“Já não se admite mais lugar para o professor simplistamente repetidor, (...), que fica, passivo, à espera de que lhe digam exatamente como fazer, como passar ou aplicar as noções que lhe ensinaram.”.

Esta reivindicação encerra, pois, os propósitos incutidos na pequena parcela de contribuição social a que se destinou esta proposta de intervenção didática.

 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Norteadas pela hipótese central de que **referir é argumentar**, esta investigação cumpriu um programa de pesquisa em que se teve como material de análise *notícias* e *reportagens* da imprensa escrita de quatro veículos de comunicação brasileiros. Desejava-se demonstrar que certas estratégias de condução referencial induzem à interpretação do público leitor dos jornais, através de uma manipulação dos recursos da língua para favorecer a prevalência de uma determinada ótica de observação.

Então, de acordo com o que se expôs ao longo desta pesquisa, pode-se dizer que este trabalho buscou pontuar os seguintes “processos”:

1. realiza-se um trabalho argumentativo (de busca de adesão de um público) pela seleção de elementos referenciais, particularizando-se o emprego de *nominalizações*, *encapsulamentos anafóricos* e *expressões nominais*, do que se pode deduzir que:

- 1.1. **as nominalizações** constituem uma explicitação do projeto-de-dizer embutido numa seqüência textual anterior e que se podem realizar através do uso de sintagmas nominais compostos por substantivos deverbais ou por nomes eventivos indicadores de processo;

- 1.2. **os encapsulamentos anafóricos** orientam as interpretações de porções de texto precedentes ao termo encapsulador, resumindo esses segmentos consoante o desejo do locutor por realçar um

aspecto característico a respeito do que se retoma, constituindo-se, portanto, como uma prática argumentativa;

1.3. as expressões nominais determinam a definição que deve ser interpretativamente aplicada a um termo anterior ou posterior ao referente, caracterizando o termo retomado e moldando suas características conforme seja o interesse discursivo de tal definição;

2. encontra-se no plano argumentativo da *justificativa* a seleção de objetos-de-discurso, posto que é através desse movimento que se orientam as escolhas dos argumentos que servirão essencialmente à defesa dos pontos de vista do jornalista ou do veículo de informação, caracterizando, também, a linha editorial do meio de comunicação em que circulam os fatos noticiados;
3. verifica-se, em textos jornalísticos convencionalmente concebidos como informativos, a manipulação de referentes. Isso se afigura como prática argumentativa que salta dos trâmites do mero relato de um fato e se propõe como recurso camuflado para a explicitação e defesa de juízos de valor, visando à adesão de um público leitor;
4. pode-se compreender a atividade de referenciação pela natureza de realização dos gêneros textuais jornalísticos, vez que a referência se procede, no que diz respeito às reportagens, conforme o que se chamou aqui de *efeito de periodicidade*, quanto ao acompanhamento diário dos fatos contidos nas matérias. Disso também se pode presumir uma prática argumentativa destinada não só à adesão, mas também à manutenção de um público leitor cativo;

5. necessita-se de um desligamento dos padrões tradicionais do ensino de língua (no que concerne à leitura e produção de textos), para que os alunos sejam contemplados com o desenvolvimento de uma consciência social crítica, ao que pode auxiliar, no trabalho de sala de aula, a abordagem do potencial argumentativo das expressões referenciais em *notícias* e *reportagens*, concebidas como formas de se camuflar a manutenção de um propósito discursivo de adesão do público.

Tais considerações sobre os enquadres discursivos procedidos mediante a seleção estratégica de referentes trazem à lembrança o que diz Antunes (1996: 27), quando alerta para a necessidade de uma leitura mais atenta do que aquela ligada somente à que superfície textual inicialmente oferece: “um texto requer mais que um aparato lingüístico perceptível”. Isso reforça uma das idéias desta investigação: a de que os indícios referenciais co-textualmente situados são apenas as primeiras variáveis (as únicas efetivamente indispensáveis ao processamento da compreensão) que se requisitam para a seleção de sentidos possíveis / atribuíveis a um dado conteúdo comentado em um texto. Isso porque é possível observar que os objetos-de-discurso, elaborados subjetivamente conforme uma experiência particular entre o sujeito enunciador e o conteúdo enunciado, impregnam-se de uma força ilocutória que se apresenta, nos textos, por um trabalho atuado sobre as expressões referenciais utilizadas durante o desenvolvimento de um tópico discursivo.

Assim sendo, a análise dos referentes como argumentos (dentro da concepção de argumentação concebida pela *Nova Retórica*), quando dispostos no discurso, faz com que eles fiquem passíveis de uma investigação mais aprofundada do que a estritamente guiada por parâmetros apenas de ordem lingüística e conduz ao julgamento de que fazer referência é renovar sentidos e adequá-los a

determinados propósitos construídos cognitivamente. Isso quer dizer que, ativadas, pois, ao longo de um texto, as variações de conteúdo auxiliam a percorrer um *continuum* referencial argumentativamente elaborado e negociado.

É por isso que se pode dizer que o trabalho argumentativo empreendido com os *objetos-de-discurso* se realiza através da ligação entre uma subjetividade (a do locutor, vez que, no caso do texto escrito, apenas cabe aos leitores perceber esse efeito argumentativo) e um conteúdo formulado. Essa relação se desenvolve conforme o repertório cognitivo que o sujeito locutor tem (e o que ele espera que o seu público tenha), dadas as suas experiências a respeito dos sentidos que são atribuídos ao mundo.

Cortez (op. cit.: 39), à luz de Nonnon (1996), reafirma esse expediente de “trabalho sobre o conteúdo do discurso” da argumentação admitindo que a “*elaboração, modificação e confrontação dos objetos e de suas noções (flexibilidade semântica)* são fundamentais à argumentação e indissociáveis à elaboração e transformação pelas quais o ponto de vista evolui”. Tal ponderação corresponde a dizer que, em termos de referenciação, o particular subjetivo dos enunciadores atua sobre a formulação dos referentes, sobretudo no que concerne ao que se chamou de *flexibilidade semântica das noções*, que é um aspecto que remete ao componente cognitivo ligado a essa atividade.

Essas relações mostram como a referenciação é um processo inequivocamente argumentativo, visto que, em certa instância, é uma atividade intersubjetivamente regulada no uso da língua. A inserção e a retomada dos referentes são frutos da dinâmica da língua e o enquadramento dos sentidos pelos interlocutores depende da sua proficiência em reconhecer a plasticidade dos signos

como representantes das demandas sócio-históricas do mundo. Sobre essa propriedade das expressões anafóricas, Apothéloz (2003: p. 53) afirma: “as expressões anafóricas têm propriedades diferentes, e não sofrem as mesmas restrições”.

E, como práticas argumentativas, os encadeamentos referenciais se mostram como uma atitude de manipulação de recursos da língua que, ao mesmo tempo em que introduzem os conteúdos, renovam as suas noções. Por isso, é prudente considerar o processamento da referenciação como uma operação não apenas de retomada, mas de *modalização* de tópicos discursivos proporcionada pelo *projeto de dizer* do seu locutor. Em especial essa afirmação vale para os textos escritos, em que não se procede às trocas de papéis entre os interlocutores como nas situações de interação face a face.

É por essa razão que se reafirma que as noções encadeadas referencialmente dependem muito mais de uma manipulação (o que solicita o reconhecimento dos referentes como argumentos e da referenciação como manobra argumentativa constitutiva do uso da linguagem), de uma atuação sobre os conteúdos, do que de uma retomada clara de um termo anteriormente posto no texto. Isso acentua mais ainda, a seleção de objetos-de-discurso com propósito argumentativo. (cf. item 2.1, p. 36).

Nas palavras de Apothéloz (op. cit.: 57): “o que se chama comumente de *antecedente* (...) não é, na realidade, um elemento de algum modo indispensável ao funcionamento das formas de retomada.”. Mas ancora as projeções de mundo do locutor e que estão discursivamente formuladas de modo a promover a adesão de um público leitor.

Em suma, os casos analisados apontam para uma manipulação de recursos da língua a fim de que haja a adesão do público ao discurso do veículo em que circulam os textos.

Este trabalho, então, deve ajudar no reconhecimento do valor argumentativo da atividade referencial, sendo esta a sua contribuição teórica. Ao mesmo tempo, deve auxiliar no processo de desburocratização o estudo do léxico em salas de aula, rejeitando a abordagem reducionista de classificação de elementos mórficos, constituindo-se como uma proposta de inclusão social que entende o ensino de língua como prática humanizadora.

 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A.S. (2002). *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 5. ed. São Paulo, Ateliê.

AMORIM, M.A.C. (2004). *O ensino de Português como segunda língua para surdos: os elementos conectores conjuntivos*. Tese de Doutorado. PUC-RIO.

ANTUNES, I. (1996). *Aspectos da coesão lexical: uma análise em editoriais jornalísticos*. Recife, UFPE.

_____. (2003). *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo, Parábola.

APHOTHÉLOZ, D.B. (2003). *O papel e o funcionamento da anáfora na dinâmica textual*. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs) (2003). *Referenciação*. São Paulo, Contexto. pp. 53 - 84.

_____. & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (1995). *Construction dès la reference et stratégies de désignation*. In: TRANEL. n. 23. p. 227 - 271.

ARAÚJO, I.L. (2004). *Do signo ao discurso*. São Paulo, Parábola.

AUSTIN, J. (1990). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre, Artes Médicas.

BAGNO, M. (1997). *A língua de Eulália – novela sociolinguística*. São Paulo, Contexto.

_____. (2000). *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. São Paulo, Loyola.

BAKHTIN, M. (1979). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1997). *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes.

BARROS, K.S.M. (1999). *Produção Textual interação, processamento, variação*. Natal, EDUFRN.

BEAUGRANDE, R. (1980). *Text, discourse and process – toward a multidisciplinary science of texts*. Florida, Longman.

BECHARA, E. (2000). *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Lucerna.

BRANDÃO, H. N. (1988). *Dialogismo e Polifonia Enunciativa – Análise do Discurso de Propaganda*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC-SP.

BRANDÃO, H.H.N. (1998). *Subjetividade, argumentação, polifonia : a propaganda da Petrobrás*. São Paulo, UNESP.

CAVALCANTE, M. (2003). *Expressões referenciais – uma proposta classificatória*. In: CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. N. 44. Campinas, São Paulo. pp 105 – 118.

CHIERCHIA, G. (1997). *Semântica*. Bolonha, Il Mulino.

CONTE, M.E. (2003). *Encapsulamento anafórico*. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs) (2003). *Referenciação*. São Paulo, Contexto. pp. 177 – 190.

CORRÊA, M.L.G. (2002). *Linguagem & Comunicação Social: visões da Lingüística moderna*. São Paulo, Parábola.

CORTEZ, S.L. (2002). *Referenciação e construção do ponto de vista*. São Paulo, UNICAMP.

DASCAL, M.; BORGES NETO, J. (1991). *De que trata a Lingüística afinal?* In: Histoire, epistemologie, language, 13. Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes. pp. 13-48.

DUCROT, O. (1980). *Les échelles argumentatives*. Paris, Les Éditions de Minuit.

FARIA, M.A. (1991). *O jornal na sala de aula*. São Paulo, Contexto.

FARIA, M.E.B. (2004). *Argumentação infantil*. Campina Grande, Bagagem.

FÁVERO, L.L. (1991). *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo, Ática.

_____ & KOCH, I. (1983). *Lingüística Textual: introdução*. São Paulo, Cortez.

FERNANDES, P. (2002a). *O encadeamento referencial em notícias, reportagens e artigos de opinião*. [trabalho apresentado em dezembro no X Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pernambuco (X CONIC)].

_____. (2002b). *O Encadeamento Referencial em Editoriais Jornalísticos*. Recife, UFPE. [trabalho apresentado em setembro na XIX Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste].

_____. (2003). *O papel das expressões nominais definidas na argumentação e condução tópica em editoriais e artigos de opinião em jornais*.

[trabalho apresentado em julho na 53ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada no *campus* da Universidade Federal de Pernambuco].

FERREIRA JÚNIOR, F.G. (2000). Programas de radio: uma alternativa de insumo em língua estrangeira. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP.

FLAVELL, J.; MILLER, P.; MILLER, S.A. (1999). *Desenvolvimento cognitivo*. Proto Alegre, Artes Médicas.

FREIRE, A. M. A. (2001). (org). *A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire*. São Paulo: UNESP.

GUIMARÃES, E. (1999). *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas, Pontes.

HALLIDAY & HASAN (1976). *Cohesion in English*. Londres, Longman.

HILGERT, J.G. (2003). *A seleção lexical na construção do texto falado*. In: PRETI, D. (org.) (2003). *Léxico na língua oral e na escrita*. n. 6. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP.

HOFFMANN, J. (2003). *Avaliar para ensinar, não para dar nota*. In: A Revista do Professor Nova Escola, nº 159 jan/fev. pp. 27.

KLEIMAN, A.; SILVA, E.M. (1999). *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas, Mercado das Letras.

KOCH, I. (1994). O funcionamento polifônico da argumentação. *Investigações*, 4. p. 31-36.

_____. (1997). *O Texto e a Construção dos Sentidos*. São Paulo, Contexto.

_____. (1999). *Argumentação e Linguagem*. 5. ed. São Paulo, Cortez.

_____. (2000). *Cognição e processamento textual*. Campinas, UNICAMP. [mimeo].

_____. (2001). A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41. p. 75-90.

_____. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo, Cortez.

_____. (2003). Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. In: *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*. v. 6. n. 1. jan-jun. Juiz de Fora, Editora da UFJF.

_____. (2004). *Introdução à Lingüística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo, Martins Fontes.

_____. & Cunha-Lima, M. L. (2004). *Do Cognitivismo ao Sócio-Cognitivismo*. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. (orgs.). (2004). *Introdução à Lingüística – fundamentos epistemológicos*. São Paulo, Cortez.

_____ & TRAVAGLIA, L.C. (1989). *Texto e Coerência*. São Paulo, Cortez.

_____ & TRAVAGLIA, L.C. (1990). *A Coerência Textual*. Contexto, São Paulo.

_____ & MARCUSCHI (1999). Processos de referenciação na produção discursiva. In: DELTA, 14. n. especial. pp: 169 – 190.

KUHN, Thomas S. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo, Perspectiva.

LAGE, N. (1979). *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis, Vozes.

LEFFA, V.J. (1996). *Aspectos da leitura – uma perspectiva psicolingüística*. Porto Alegre, Sagra-Luzzato.

LUCKESI, C.C. (2000). *O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?* In: PÁTIO, n. 12, fev/abr.

LYONS, J. (1977). *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press.

MARCUSCHI, E. (2000). *Redação escolar: que há num texto?*. XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste, Salvador, 04-06 de setembro. [mimeo].

_____. (2001). *A redação escolar na Berlinda*. I Congresso e IV Colóquio da ALED, Recife, 23-28 de setembro. [mimeo].

MARCUSCHI, L.A. (1983). *Lingüística de Texto – o que é, como se faz*. Recife, UFPE.

_____. (2000). *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. Recife, UFPE. [mimeo].

_____. (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo, Ática.

_____. (2003a). *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. (orgs.). *Gêneros textuais & Ensino*. Rio DE Janeiro, Lucerna. pp. 19-36.

_____. (2003b). Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In: *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*. v. 6. n. 1. jan-jun. Juiz de Fora, Editora da UFJF.

_____. (2004a). Programa e ementa do curso Gêneros Textuais. [mimeo]. Disciplina ministrada no Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE no segundo semestre. Recife, PE

_____. (2004b). Curso Gêneros Textuais (aulas 1 a 10). [mimeo]. Disciplina ministrada no Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE no segundo semestre. Recife, PE

_____. (2004c). *Propostas para um trabalho com gêneros textuais no formato de seqüências didáticas*. Recife, UFPE. [mimeo].

_____. (no prelo). *Gêneros Textuais – o que são, como se constituem*. Recife, UFPE.

_____ & KOCH, I. (1998). *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. In: ABAURRE, M.B. (org.). Gramática do português falado. Campinas: UNICAMP/FAPESP. v. 8. pp. 31 - 53.

MELO, S.H.D. (2000). *Estilo e neutralidade no texto noticioso jornalístico*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE.

MEMÓRIA GLOBO. (2004). *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor.

MILLER, C.R. (1984/1994). *Genre as Social Action*. In: FREEDMAN, A. & MEDWAY, P. (eds.). (1984). *Genre and the New Rhetoric*. London, Taylor & Francis.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. (1995). *Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation*. In: TRANEL. n. 23. p. 272 - 302.

_____. (2003). *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs) (2003). *Referenciação*. São Paulo, Contexto. pp. 19 – 52.

OGDEN, C.K.; RICHARDS, I.A. (1923). *The Meaning of Meaning*. London, Routledge & Kegan Paul, pp. 296-336.

PELLEGRINI, D. (2003). *Avaliar para ensinar melhor*. In: REVISTA NOVA ESCOLA, n. 159, jan-fev.

PERELMAN. (1976). *Logique juridique*. Paris.

PERELMAN, C. (1996a). *Tratado de argumentação*. São Paulo, Martins Fontes.

_____. (1996b). *O império retórico: retórica e argumentação*. Porto, Edições Asa.

_____ e OLBRECHTS-TYTECA, L. (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo, Martins Fontes.

PINHEIRO, I. (1999). *O que propõem os livros didáticos de língua portuguesa? Exercitar a escrita ou interagir escrevendo?*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE.

RANGEL, E.F.M. (2004). *Uma nova concepção de linguagem a partir do percurso performativo de Austin*. In: REVISTA LETRA MAGNA, n. 1.

ROCHA JÚNIOR, D.B. (2005). *Articulação e opinião na mídia pernambucana: os sujeitos psicossociais*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE.

RUSSELL, B. (1966). *An Inquiry into Meaning and Truth*. London: George Allen & Unwin Ltd.

SANTOS, S.L. (1996). *Perspectivas no estudo da argumentação cotidiana*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. v. 12, n. 1. jan-Abr, pp 11-21.

_____. (1999). *Contribuições dos estudos contemporâneos de argumentação a uma análise psicológica dos processos de construção de conhecimento em sala de aula*. Arquivos brasileiros de psicologia: Psicologia Cognitiva e Interdisciplinaridade. v. 51. n. 1. pp 91-108.

SHWARTZ, M. (2000). *Indirekten anaphern in texten*. Tübingen: Niemeyer.

SILVA, M.S.R. (2002). *A circulação do texto jornalístico na escola*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE.

SOLÉ, I. (1998) *Estratégias de leitura*. Porto Alegre, Artes Médicas.

WEEDWOOD, B. (2002). *História concisa da Lingüística*. São Paulo, Parábola.

ZAMPONI (2003). *Anáforas associativas actanciais e nominalizações: delimitação do ponto de vista da semântica de eventos*. In: CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. n. 44. Campinas, São Paulo. pp. 119 – 132.



NOTÍCIAS

N1, DM-GO, 03/10/2005, Última Hora

União Européia não define adesão turca

Os ministros de Relações Exteriores dos países da União Européia falharam em convencer a Áustria a abandonar suas objeções ao início de negociações para o ingresso da Turquia no grupo. As conversações foram suspensas ontem e deverão ser retomadas hoje pela manhã, dizem diplomatas. O secretário britânico, Jack Straw, que presidia a reunião, manteve um segundo encontro em separado com a chanceler austríaca, Ursula Plassnik, mas ela se recusou a retirar as objeções de seu país ao início de conversas com o governo turco. A negociação com a Turquia está marcada para começar hoje. Na Turquia, milhares de nacionalistas fizeram manifestações ontem para exigir que seu governo não inicie as negociações de entrada na União Européia. Em Istambul, o primeiro-ministro turco, Rəcəp Tayip Erdoğan, advertiu à UE que está em suas mãos decidir se quer permanecer “como um clube cristão” ou se transformar “num personagem global”.

N2, DM-GO, 04/10/2005, Última Hora

Tristeza

Adeus a Emilinha

Morre a cantora 'Rainha do Rádio' dos anos 40 e 50, famosa por suas marchinhas de carnaval

Da Agência Estado, do Rio de Janeiro

Emilinha Borba morreu no início da tarde de ontem, provavelmente em decorrência de problemas cardíacos, em sua casa no Rio. Rainha do Rádio, sucesso nacional nos anos 40 e 50, ela completara 82 anos em 4 de setembro. Fez uma festa na Sala Baden Powell, também para comemorar sua recuperação de um tombo que sofrera em junho e a deixou internada durante quase um mês.

O velório da cantora será na Câmara Municipal do Rio e o enterro, no Cemitério do Caju. O horário não havia sido confirmado até o início da noite.

"A Emilinha estava quase recuperada e ia ver a Marília Pêra como Carmem Miranda esta semana", disse o presidente de seu fã-club, Mário Lima. "Na última quarta-feira participou do jantar dos 70 anos da Rádio Tupi e já queria voltar às suas atividades normais."

A cantora Marlene, sua maior rival nos tempos da Rádio Nacional, mas amiga de longa data, não pôde receber a notícia. "Ela saiu do CTI há duas semanas e não agüentaria saber da morte da Emilinha", disse sua secretária Almerinda Manoela da Silva. "Elas são muito ligadas. Falaram pelo telefone ainda ontem".

Emília Pavana da Silva Borba nasceu no bairro da Mangueira, no Rio, e sempre foi ligada à escola de samba, mas a carreira começou no Cassino da Urca graças a Carmem Miranda, que a convidou para o cassino após saber que Emilinha a imitava em shows de calouro. A cantora alcançou o sucesso nos anos 50. O carnaval não começava sem sua marchinha do ano ("Pó de Mico, Se a Canoa não Virar, Cabeleira do Zezé, Mulata Bossa Nova").

Sempre animada, Emilinha preferia falar do presente e do futuro. "Essa história de passado é com meu fã-club. Eles me vigiam, registram tudo na minha carreira porque eu não guardo nada", disse em entrevista.

N8, FSP-SP, 05/10/2006, Folha Mundo

INFÂNCIA**Ex-países comunistas são acusados****Estudo do Unicef nota segregação a deficiente**

DA ASSOCIATED PRESS

Estudo encomendado pelo Unicef, agência das Nações Unidas para a infância, revela que 27 países que integravam o antigo bloco comunista continuam a segregar crianças com deficiências.

A segregação ocorre quando as crianças são abandonadas pelos pais ou quando os governos, em lugar de matriculá-las na rede escolar como forma de integrá-las à sociedade, acabam por fechá-las em internatos ou em estabelecimentos especializados.

O estudo, a ser divulgado oficialmente hoje, foi feito pelo Centro de Pesquisas Innocenti, baseado em Florença, na Itália.

Em suas 64 páginas, o trabalho constata que, nesses países, existem hoje 317 mil crianças deficientes em internatos ou freqüentando escolas reservadas apenas para elas. É um número quase idêntico ao que existia nos tempos do comunismo.

Isoladas, essas crianças tendem a se manter segregadas na vida adulta e a "sofrer com a negação dos direitos humanos". O Unicef está em campanha pelo fim da segregação contra deficientes.

N14, JC-RS, 06/10/2005, Notícias

INTERNACIONAL

Assembléia iraquiana recua sobre referendo

Depois de forte pressão da ONU, dos EUA e de líderes árabes sunitas, a Assembléia Nacional Iraquiana reverteu ontem a decisão adotada no domingo sobre o referendo em que a população decidirá, no dia 15, se aceita o texto da nova Constituição. A atual legislação prevê que a Constituição será aprovada se tiver o apoio de mais de 50% dos eleitores que forem às urnas e não for vetada por dois terços dos votantes em pelo menos três províncias.

No domingo, os parlamentares haviam modificado essa lei e determinado que a Carta só poderia ser vetada por dois terços de todos os cidadãos com direito a voto – um patamar praticamente impossível de ser alcançado.

Líderes da comunidade sunita iraquiana abandonaram as ameaças de boicote ao referendo depois da decisão da assembléia. Eles disseram que, agora, tentarão derrubar a Constituição no voto. Os sunitas dispõem de grande maioria em quatro províncias.

O fim do boicote por parte dos sunitas moderados representa uma vitória para o processo político em curso no Iraque, aumentando as chances de que o referendo seja encarado como legítimo por todos os segmentos da sociedade. No entanto, resta a possibilidade de que os sunitas consigam, nas urnas, vetar o texto constitucional, gerando mais instabilidade no país. Alguns dirigentes sunitas ameaçaram manter o boicote se os EUA não puserem fim à sua ofensiva militar contra grupos radicais islâmicos no noroeste do Iraque. As forças dos EUA estão bombardeando várias cidades nessa região, onde se infiltraram extremistas islâmicos.

Ainda ontem, pelo menos 26 pessoas morreram e mais de 80 ficaram feridas na explosão de uma bomba na entrada de uma mesquita xiita em Hilla, 100 quilômetros ao sul de Bagdá. A bomba, que a polícia acredita ter sido plantada, explodiu no início da noite, num momento em que o recinto estava lotado para as preces do Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos.

N15, JC-RS, 07/10/2005, Notícias

INTERNACIONAL

Seis africanos clandestinos morrem na fronteira

Seis imigrantes africanos morreram ontem durante uma tentativa de ultrapassar a barreira metálica que separa o território marroquino do enclave espanhol de Melilla, informou uma fonte do ministério marroquino do Interior. Durante o incidente, outros 30 imigrantes clandestinos ficaram feridos.

“Frente à violência inaudita dos atacantes, possuídos pela energia do desespero, a polícia defendeu legitimamente seus postos de vigilância ante à barreira e seis imigrantes clandestinos morreram”, afirmou a mesma fonte.

Segundo o governo, algumas das vítimas foram mortas por disparos da polícia, mas, de acordo com outros testemunhos, elas foram pisoteadas por seus próprios companheiros.

A representante do governo espanhol, María Teresa Fernández de la Vega, confirmou ontem que os imigrantes que entraram clandestinamente na Espanha pela fronteira com o Marrocos serão repatriados.

A primeira vice-presidente do Governo afirmou, em entrevista coletiva no enclave espanhol de Melilla, que os ministérios de Assuntos Exteriores, do Interior, do Trabalho e de Assuntos Sociais, trabalham na operação de repatriação ao Marrocos de um primeiro grupo de imigrantes. Ela não especificou o número ou nacionalidade dos imigrantes que estão envolvidos nesta ação. Nem informou se a medida afetará aos clandestinos que cruzavam a fronteira à força.

N17, JC-PE, 04/10/2005, Internacional

INDICAÇÃO

AMIGA DE BUSH NA SUPREMA CORTE

Publicado em 04.10.2005

O presidente dos EUA, George W. Bush, abriu ontem uma nova frente de problemas para seu governo ao indicar para uma vaga na Suprema Corte de Justiça a amiga e advogada Harriet Miers, 60 anos, que não foi bem recebida pela direita religiosa. Se seu nome for confirmado pelo Senado, Miers será a terceira mulher a ser nomeada para o posto, em substituição à juíza Sandra Day O'Connor, que vai aposentar-se. Harriet não tem experiência como juíza e suas posições nos temas polêmicos são desconhecidas.

REPORTAGENS

R3, DM-GO, 05/10/2005, Brasil/Mundo

São Francisco

Multidão celebra ação de frei*Da Agência Estado, de Cabrobó, Pernambuco*

Índios, católicos, evangélicos, agricultores, artistas populares e representantes de movimentos sociais de todos os Estados nordestinos solidarizaram-se ontem com o frei Luiz Flávio Cappio, no dia do aniversário de 59 anos dele, mesma data dedicada ao Rio São Francisco e à morte de São Francisco de Assis. Frei Luiz, bispo da Diocese de Barra (BA), está em greve de fome há dez dias pela revogação do projeto do governo federal de transposição do rio.

Cerca de 2.500 pessoas, segundo a Polícia Militar, participaram na manhã de ontem do aniversário do frei. Chamado de anjo da guarda do Rio São Francisco, o bispo recebeu a solidariedade de católicos, evangélicos, índios e agricultores, além de políticos da Bahia e de Sergipe. Ele celebrou missa e recebeu romeiros das 7 às 10 horas na capela São Sebastião, a quatro quilômetros de Cabrobó, onde está instalado desde que iniciou a greve de fome no dia 26.

O bispo só voltará a se alimentar se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva suspender o projeto de transposição do Rio São Francisco, que ele considera nefasto para a vida do rio e das populações ribeirinhas. O presidente Lula será o responsável por uma eventual morte do bispo na opinião de deputados federais do PV, do presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra e do governador de Sergipe, João Alves (PFL). Eles condenaram a fala do presidente, na noite de segunda-feira, quando ele disse “que se todo mundo for fazer greve de fome por alguma causa, a coisa fica complicado”. Ontem, mais quatro pessoas aderiram à greve de fome em solidariedade ao frade, que é bispo.

R5, DM-GO, 07/10/2005, Brasil/Mundo

Protesto latino

Três bombas de fabricação caseira explodiram ontem em lojas dos arredores de Buenos Aires onde também foram achados panfletos com mensagens contrárias à visita à Argentina do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Os ataques, que causaram danos graves, mas não fizeram nenhuma vítima, foram cometidos nesta madrugada em duas agências bancárias e em uma locadora de vídeos, todos de capital americano, informaram fontes policiais.

Os fatos aconteceram um dia depois de a Casa Branca confirmar que Bush irá no próximo mês a este país para participar da IV Cúpula das Américas, que ocorrerá na cidade de Mar del Plata, ao sul de Buenos Aires.

Os porta-vozes disseram que os atentados foram reivindicados pelo Comando Antiimperialista Comandante Che Guevara e por outro grupo denominado Coronel Dorrego, ambos até agora desconhecidos.

As bombas colocadas em dois escritórios do banco Citibank danificaram caixas eletrônicos, enquanto a bomba que explodiu em uma Blockbuster provocou um incêndio que destruiu grande parte da loja. Até o fechamento desta edição, não havia informações sobre suspeitos.

R6, FSP-SP, 03/10/2005, Folha Brasil

ESCÂNDALO DO MENSALÃO/ A HORA DAS PROVAS

Para presidente da CPI, operações entre partido e Marcos Valério seriam só de fachada

Caixa 2 do PT pode ter vindo de conta de fora, diz Delcídio**LEONARDO SOUZA**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da CPI dos Correios, senador petista Delcídio Amaral (MS), disse que os recursos que alimentaram o caixa dois do PT poderiam ser dinheiro do próprio partido no exterior. Em sua opinião, está cada vez mais claro que os empréstimos tomados pelo empresário Marcos Valério de Souza e repassados ao partido são fictícios.

"Você tem várias movimentações [financeiras]. Como o Marcos Valério pegando esses empréstimos – entre aspas, porque a cada dia nós nos convencemos mais de que essas operações de empréstimos são de fachada", disse ele ontem para a Folha.

Segundo Delcídio, a CPI já aprovou a contratação de pelo menos duas consultorias para auxiliar nas investigações relacionadas à movimentação financeira e à origem dos recursos de campanha não contabilizados. Quatro empresas já se apresentaram: KPMG, Ernst Young, Boucinhas e Campos e Price Waterhouse.

O presidente da CPI levanta uma série de hipóteses sobre a operação triangular. O publicitário Marcos Valério tomou empréstimos de cerca de R\$ 55 milhões junto aos Bancos Rural e BMG e os repassou para o PT. A operação foi avalizada pelo então presidente da legenda José Genoíno. Supostamente, os recursos seriam utilizados para pagar despesas da campanha de 2002 do partido e da base aliada, que não haviam sido contabilizadas.

Uma das hipóteses é que a ação serviria para repatriar dinheiro. "Você poderia ter contas lá fora e os empréstimos seriam de fachada, empréstimos de você para você mesmo", disse o senador.

Para Delcídio, são muitas as razões para crer que os empréstimos eram apenas um meio para despistar de onde realmente vinham os recursos de caixa dois. Primeiro, diz, porque os empréstimos nem sequer estavam registrados na contabilidade da SMPB, a agência de propaganda que Valério usou para obter o crédito. "Qualquer empresa minimamente séria contabiliza, principalmente operações desse montante. É absolutamente claro que isso era para não se pagar."

O presidente da CPI listou possibilidades de ações que explicariam a necessidade de uma operação de fachada. Primeiro, empresas que desejassem fazer doações de campanha não registradas na Justiça Eleitoral poderiam simular contratos de propaganda com as agências de publicidade de Valério. Mesmo que não fossem feitas, as campanhas publicitárias seriam pagas, e os recursos transferidos para o caixa dois.

"Exemplo: uma empresa privada contrata serviço para pesquisar a "birimbela da grampola". Um assunto subjetivo, você não sabe bem o quê, é difícil de mensurar. Com isso, você cria as condições necessárias para ajustar os recursos àquilo que você pretende fazer", disse Delcídio.

"Já há sinais claros de empresas privadas que aparentemente prestaram serviço, mas serviço que não tinha nenhuma praticidade, mas que eventualmente [serviram] para alimentar alguém."

Outra possibilidade, disse o senador, é que as campanhas publicitárias existissem, mas seriam superavaliadas. Ou seja, teriam um custo real, por exemplo, de R\$ 100 mil, mas a empresa contratante pagaria R\$ 500 mil – a "gordura" alimentaria o caixa dois.

"Esses recursos que vieram abastecer esse esquema todo que foi montado pode ter vindo do exterior. Efetivamente pode existir, até a partir do depoimento do Duda Mendonça", afirmou.

Delcídio se referia à declaração de Duda, à CPI dos Correios, de que teria recebido no exterior ao menos R\$ 10,5 milhões de Marcos Valério. O dinheiro se devia ao pagamento de campanhas feitas para o PT em 2002, disse Duda.

R10, FSP-SP, 07/10/2005, Folha Brasil

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ CASO CELSO DANIEL**Gilberto Carvalho teria relatado esquema de corrupção; acareação será no dia 26****Irmão de prefeito morto diz que assessor de Lula mente****HUDSON CORRÊA**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

O professor de economia Bruno Daniel, 52, irmão do prefeito petista de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002, confirmou ontem à CPI dos Bingos ter ouvido de Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um relato sobre corrupção na prefeitura com arrecadação de propina para o PT.

A conversa, segundo relato de Bruno Daniel, ocorreu após a missa de sétimo dia do prefeito em 26 de janeiro de 2002. Carvalho, então secretário de Governo da Prefeitura de Santo André, teria dito que encaminhava dinheiro de propina de empresários ao PT para campanhas eleitorais.

"À saída da missa, nós tivemos essa conversa em que Gilberto Carvalho relatou que, numa das oportunidades, chegou a encaminhar a São Paulo, ao deputado José Dirceu [PT], a quantia de R\$ 1,2 milhão", disse Bruno Daniel.

O depoente confirmou a versão que seu outro irmão, o oftalmologista João Francisco Daniel, apresentou à CPI em setembro. João Francisco afirmou ter ouvido em três conversas diferentes a história de Carvalho.

O chefe-de-gabinete de Lula falou à CPI em 15 de setembro e negou ter feito tais afirmações. O depoimento foi a portas fechadas (a pedido dele) e, por isso, não há mais detalhes. "Carvalho não falou a verdade", disse Bruno Daniel, ontem.

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), marcou para o próximo dia 26 uma acareação entre Carvalho e os irmãos de Celso Daniel a fim de saber quem fala a verdade.

Na terça-feira, ao saber da decisão, Lula ficou irritado e criticou a CPI por supostamente estar sem foco de investigação. O presidente disse que estava esperando a comissão chamar "bingueiro".

"O senhor Gilberto Carvalho está faltando com a verdade. A irritação do presidente da República é a demonstração maior de que o PT está com medo de que esse fato seja esclarecido", disse ontem o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

"Gilberto Carvalho é uma pessoa de honra sagrada. Eu jamais imagino alguém abrir mão da defesa, da inocência e da honra [dele]", defendeu o senador Tião Viana (PT-AC).

Aos senadores, Bruno Daniel disse que a princípio não quis mencionar o relato ouvido de Carvalho. "Não era necessário que eu viesse a público me expor. No entanto, quando o deputado José Dirceu moveu um processo contra o meu irmão [João Francisco], eu não podia deixar de aparecer como testemunha."

Segundo Bruno Daniel, o assessor de Lula "disse também que na tarefa dele havia sempre momento de tensão porque carregava sozinho o dinheiro em seu Corsa [de Santo André até São Paulo]".

Na versão dos irmãos, o prefeito controlava o esquema de cobrança e foi morto ao tentar rompê-lo. "Carvalho só encaminhava [o dinheiro]. O sistema era operado por Klinger Luiz de Oliveira [ex-secretário municipal da prefeitura e ex-vereador do PT] e [pelos empresários] Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva", disse Bruno Daniel. Silva é acusado de mandar matar o ex-prefeito.

Ainda segundo o depoente, os três acusados teriam enriquecido com o dinheiro do PT. "Nós encontramos [após a morte do ex-prefeito] um envelope com a letra do senhor Gilberto Carvalho que indica uma preocupação de identificar a existência de enriquecimento de pessoas ligadas à Prefeitura de Santo André", disse.

Na avaliação de Bruno Daniel, o prefeito foi torturado para contar se tinha prova do esquema. Ainda em 2002, a Polícia Civil de São Paulo concluiu que o crime foi seqüestro seguido de morte. Neste ano houve reabertura do caso. O Ministério Público acredita em crime ligado à corrupção.

R13, JC-RS, 05/10/2005, Reportagens

ECONOMIA

Fiat suspende investimento de R\$ 1,3 bilhão

A Fiat anunciou a suspensão do plano de investimento de R\$ 1,3 bilhão na fábrica de Betim (MG) devido à decisão dos estados de bloquear o reconhecimento e pagamento dos créditos a empresas exportadoras que são beneficiadas com a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevista na Lei Kandir.

Segundo o diretor financeiro da Fiat, José Silva Tavares, a empresa terá uma perda de R\$ 80 milhões se os governadores mantiverem a decisão. Em abril, a montadora havia anunciado em Turim (Itália), com a presença do governador Aécio Neves (PSDB-MG), que faria o investimento em Betim entre 2005 e 2007. “Os recursos serão utilizados no desenvolvimento de tecnologias, processos e produtos”, disse Tavares. A montadora encerrou 2004 com produção de 437 mil unidades, sendo 77,2 mil exportadas. A produção de 2004 foi 22% maior que a de 2003, segundo a empresa. As exportações, principalmente para o México, Argentina e Chile, foram o principal motivo para o aumento da produção. A fábrica de Betim tem capacidade total de produção diária de cerca de 2.300 veículos por dia.

R19, JC-PE, 07/10/2005, Economia

LEI KANDIR

Lula vai liberar R\$ 900 mi para compensação de perdas

Publicado em 07.10.2005

BELO HORIZONTE e BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pôs fim a um capítulo da queda-de-braço entre União e Estados a respeito da Lei Kandir, afirmou ontem o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Segundo Aécio, Lula disse, em Belo Horizonte, que vai liberar os R\$ 900 milhões referentes a perdas de receitas estaduais com exportações. Mas a disputa pelos ressarcimentos continua.

A Lei Kandir garante às empresas isenção de ICMS para produtos exportados. À União, conforme a lei, compete compensar os Estados pela perda de receita que têm. O anúncio da liberação foi feito por Aécio, que deixou claro que a novela vai prosseguir, já que a anunciada garantia de pagamento diz respeito só à complementação deste ano. Lula não deu garantia para 2006.

Mesmo com o anúncio do restante dos repasses deste ano, os Estados vão manter o protocolo que adotaram na última terça, pelo qual deixam de reconhecer os créditos das empresas exportadoras, até a liberação dos R\$ 900 milhões, apesar de o tucano dizer que vale a palavra do presidente.